





Revista  
*Ideação*

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde.  
v. 26, n. 2, 2024. ISSN: 1518-6911; e-ISSN: 1982-3010.

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste

REITOR

Alexandre Almeida Webber

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Sanimar Bussi

DIRETOR DO CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU

Sérgio Moacir Fabríz

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE

Adriana Zilly

---

## CONSELHO EDITORIAL

Adriana Zilly – Unioeste	Luciana Vedovato – Unioeste
Alessandra Rosa Carrijo – Unioeste	Marcel Bursztyn – UnB
Arminda Rachel Botelho Mourão – UFAM	Maria Paula Meneses – Universidade de Coimbra
Carla Macedo Martins – Fiocruz	Marilena Chauí – USP
Consuelo Uribe Mallarino – Universidad Javeriana, Colômbia	Marymárcia Guedes – UNESP
Dermeval da Hora – UFPA	Michael Lowy – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales
Dermeval Saviani – UNICAMP	Robert Frodeman – University of North Texas
Djalma Thurler – UFBA	Roberto Follari – Universidad Nacional de Cuyo
Euclides Marchi – UFPR	Rosane Andrade Berlinck – UNESP
Fabiany Tavares Silva – UEMS	Sérgio Lessa – UFAL
Felipe Botelho Corrêa – King’s College London	Sonia Maria Lazzarini Cyrino – UNICAMP
Fernando José Martins – Unioeste	Uskali Mäki – University of Helsinki
Ivani Catarina Fazenda – PUC-SP	Viviane Gontijo – Harvard University
Jacob Blanc – University of Edinburgh	Yolanda Rodríguez González – PUC-Peru
João Wanderley Geraldi – UNICAMP	Zaida Azeredo – Instituto Piaget, Portugal
Jorgelina Tallei – Unila	
Juan Carlos Villa Soto – UNAM, México	
Julia Malachen – Unioeste	

## PARECERISTAS

Adriane Elisa Glasser – Unioeste  
Águeda Aparecida Cruz Borges – UNEMAT  
Aguinaldo Marques – IFCH/UFPA  
Ailson Barbosa de Oliveira – Unesp  
Ailton Salgado Rosendo – UNOPAR  
Ana Karine Laranjeira de Sá – UFPE  
Antonio Ismael Lopes de Sousa – UEMA  
Carla da Conceição Mores Gastaldin - UFPR  
Carolina Montebelo Barcelos – UERJ  
Cláudio Eduardo Resende Alves – PUC  
Estevão Vinícius Candia – UFMS  
Fabiana Cristina Giehl Birão – Unioeste  
Fernanda Santiago Santos Mendonça – UEM  
Henrique Miguel – UniFAE  
João Henrique Suanno – UB  
João Roberto Bort Júnior – UNICAMP  
Marcos Augusto Moraes Arcoverde – Unioeste  
Ocerlan Ferreira Santos – UESB  
Olga Viviana Flores – Unioeste  
Regiane Bezerra Campos – Unioeste  
Rogério Luis Bauer - UnB/UFMT

© 2024

CAPA  
Brunna da Costa Silva

PROJETO GRÁFICO  
Central de informações/Unioeste Campus Foz do Iguaçu

DIAGRAMAÇÃO  
Lady Daiana Silva dos Santos  
Brunna da Costa Silva  
Manoela Micuanski da Silva

---

IDEAÇÃO / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação, Letras e Saúde.  
– Foz do Iguaçu, PR,  
Edunioeste, n. 1, (1998).

Publicação Semestral  
ISSN: 1518-6911  
e-ISSN: 1982-3010

1. Estudos linguísticos e literários – Periódicos. 2. Educação – Periódicos. 3. Ciências humanas – Periódicos. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação e Letras.

CDU 80/82(05)  
37(050)

---

INDEXADA EM / INDEXED IN:

Crossref  
Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras  
DOAJ – Directory of Open Access Journals  
ERIH PLUS – European Reference Index for the Humanities and Social Sciences  
EuroPub – Directory of Academic and Scientific Journals  
EZB – Elektronische Zeitschriftenbibliothek – University Library of Regensburg – Universität München  
Google Acadêmico  
LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal  
LatinREV – Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades  
LivRe – Revistas de Livre Acesso  
MIAR – Matriz de Información para el Análisis de Revistas – Universitat de Barcelona  
PKP-Index – Public Knowledge Project – Universidade de British Columbia – Canadá  
Portal de Periódicos Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior  
REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico  
ResearchBib – Academy Resource Index  
ROAD - Directory of Open Access scholarly Resources  
Sumários de Revistas Brasileiras - Fundação de Pesquisas Científicas de Ribeirão  
WorldCat – Online Computer Library Center (OCLC)  
Dialnet





## O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

DOI: 10.48075/ri.v26i2.32297

Anny Caroline Ribeiro Devechi<sup>1</sup>

Camila Harmuch<sup>2</sup>

Mateus Miranda Fernandes de Faria<sup>3</sup>

Jéssica dos Santos Pini<sup>4</sup>

André Estevam Jaques<sup>5</sup>

Marcelle Paiano<sup>6</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo identificar na literatura as aplicabilidades das tecnologias digitais em saúde mental utilizadas pelos profissionais de saúde na Atenção Primária à Saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, ancorada em artigos originais publicados entre 2016 a 2022, com os descritores "Mental Health", "Digital Technology" e "Primary Health Care", nas seguintes bases de dados: PubMed, Scopus, Web of Science, BVS e CINAHL. Do material obtido, foram encontrados 634 artigos, dos quais 19 responderam ao critério de elegibilidade. Percebe-se a aplicabilidade das tecnologias digitais em saúde mental no contexto da Atenção Primária, por meio da promoção da educação permanente, auxílio na tomada de decisão, maior eficiência na comunicação interna e externa e maior organização de informações. No entanto, dificuldades no manuseio das tecnologias, falta de treinamento e recursos financeiros foram algumas das barreiras gerenciais e operacionais encontradas. Por fim, os achados permitem apreender que as tecnologias digitais são importantes aliadas no processo de trabalho da Atenção Primária à Saúde, apoiando as práticas assistenciais e educativas que tangenciam a saúde mental, com vistas a superar os desafios do cotidiano de trabalho.

**Palavras-chave** Saúde Mental; Tecnologia Digital; Atenção Primária à Saúde.

## USE OF MENTAL HEALTH DIGITAL TECHNOLOGIES IN PRIMARY HEALTH CARE

**ABSTRACT:** This article aims to identify in the literature, mental health digital technologies applicability used by health professionals in Primary Health Care. This is an integrative literature review, anchored in original articles published between 2016 and 2022, with descriptors "Mental Health", "Digital Technology" and "Primary Health Care", in the following databases: PubMed, Scopus, Web of Science, BVS and CINAHL. From the material obtained, 634 articles were found and 19 of them met the eligibility criteria. The applicability of digital technologies in mental health in the context of Primary Care is perceived through permanent education promotion, like an aid in decision-making, with better efficiency in internal and external communication and

<sup>1</sup> Doutoranda em enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá - PSE/UEM. E-mail: ac.devechi@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: camilaharmuch@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: pg404256@uem.br.

<sup>4</sup> Doutora em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: jessicapini@bol.com.br.

<sup>5</sup> Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica (PPGEP) da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - EERP/USP. E-mail: aejaques@uem.br.

<sup>6</sup> Doutora em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: mpaiano@uem.br.

greater organization of information. However, difficulties in handling technologies, lack of training and financial resources were some of the managerial and operational barriers encountered. The findings allow us to understand that digital technologies are important allies of Primary Health Care work process, supporting care and educational practices related to mental health, with a view to overcoming daily work challenges.

**Keywords:** Mental Health; Digital Technology; Primary Health Care.

## INTRODUÇÃO

O segmento de saúde passa, atualmente, por transformações no que diz respeito à prestação de cuidados, na condução de pesquisas e na capacitação de profissionais da área. Novos meios, métodos e processos trazidos pelo uso e disponibilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), têm levado a assistência em saúde a um novo patamar (Araújo *et al.*, 2019).

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) constituem-se em mediadores da aprendizagem, no que diz respeito a conhecer, fazer e acessar a cultura tecnopopular (Costa; Duqueviz; Pedroza, 2015; Moreira; Schlemmer, 2020). Suas aplicações estão ligadas à promoção e ao compartilhamento de informação, atendimento com segurança, agilidade, confiabilidade, rapidez e facilidade de uso, acesso, produção e disseminação de conhecimento (Albuquerque, 2013).

Este processo se caracteriza pela conectividade, rapidez, apropriação de recursos abertos e de mídias como ferramentas de saúde digital compreendendo o uso de recursos das TIC's e incorporando avanços da tecnologia, aplicações de redes sociais, Internet das Coisas, Inteligência Artificial e entre outros (Who, 2021; Moreira, Schlemmer, 2020). Neste sentido, o avanço técnico-científico possibilita o surgimento de tecnologias para auxiliar os profissionais na personalização e ampliação das atividades, utilizando estratégias de vídeos e softwares, como instrumentos de promoção e educação em saúde (Feitosa *et al.*, 2022).

No campo da enfermagem, as TIC's vem sendo empregadas nas ações práticas com intuito de melhorar a qualidade do cuidado, permitindo ao profissional sistematizar as intervenções de forma coerente e organizada, oferecendo suporte ao desenvolvimento do processo de enfermagem, integrando-o em uma estrutura lógica de informação e conhecimento para a tomada de decisão no cuidado ao paciente (Rocha *et al.*, 2012).

No entanto, especificamente na área da saúde mental, a assistência às pessoas em sofrimento psíquico ainda está permeada de estereótipos e desafios à atenção qualificada que

superem o modelo biomédico e promovam a integralidade e continuidade do cuidado (Munari *et al.*, 2008). Deste modo, as TIC's permitiriam inovações nos processos de cuidado por meio do uso de softwares, ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas de informação e internet (Capella *et al.*, 2008).

A Atenção Primária à Saúde (APS) fornece cuidados contínuos, abrangentes e acessíveis à população, tornando-se uma das portas de entrada do sistema de saúde. A APS é essencial para garantir um sistema de saúde eficiente e equitativo, atendendo a uma ampla gama de necessidades de saúde e contribuindo para a melhoria geral da qualidade de vida, através da acessibilidade, integralidade, continuidade, prevenção e promoção da saúde e coordenação. No que tange à saúde mental, sua abordagem dentro da APS é crucial para promover o bem-estar psicológico, prevenir doenças mentais e garantir o tratamento precoce e efetivo de condições mentais (Aquad; Avelar; Bellini, 2023).

Como exemplo, destaca-se um estudo metodológico brasileiro de construção e validação de um website de cuidados sobre usuários de álcool e outras drogas, destinados aos profissionais da Equipe Saúde da Família, com um ambiente virtual dinâmico, podcasts, imagens e vídeos como recursos audiovisuais, a ferramenta constituiu-se de grande importância para apoiar os profissionais de saúde, além de um recurso educacional digital de educação permanente e fonte de informação em saúde mental (Devechi *et al.*, 2024).

A aplicação de tecnologias digitais em saúde mental na APS pode melhorar significativamente o acesso, a eficácia e a qualidade do tratamento. Entretanto, apesar dos inúmeros benefícios da incorporação de tecnologias digitais, existem vários obstáculos que podem impedir a adoção e o sucesso dessas tecnologias (Souza *et al.*, 2023).

Portanto, observando a lacuna entre as TIC's e o cuidado em saúde mental, objetivou-se com este estudo, identificar na literatura as aplicabilidades das tecnologias digitais em saúde mental utilizadas pelos profissionais de saúde na Atenção Primária à Saúde (APS).

## MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura norteada pelas seguintes etapas: construção da questão de pesquisa; definição das bases de dados e critérios de inclusão e

exclusão; definição das informações a serem extraídas; avaliação dos estudos incluídos, interpretação dos resultados e síntese dos dados (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

A questão de pesquisa foi elaborada segundo acrônimo PICO (Santos; Pimenta; Nobre, 2007), sendo P (população): profissionais de saúde; I (interesse): aplicabilidades das tecnologias digitais em saúde mental e Co (contexto de estudo): Atenção Primária a Saúde. Assim, a questão de pesquisa foi: quais são as aplicabilidades das tecnologias digitais em saúde mental utilizadas pelos profissionais de saúde na Atenção Primária a Saúde?

Estabeleceu-se os seguintes critérios de inclusão: *papers* originais de livre acesso, em espanhol, inglês ou português, que abordassem sobre tecnologias digitais na APS, publicados entre 2016 e 2023. Definiu-se esse recorte, pois, em 2016 foi publicada a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, que orienta o uso de TIC no sistema de saúde brasileiro (Brasil, 2016).

A coleta de dados foi realizada em setembro de 2023, nas plataformas Science Direct US National Library of Medicine (PubMed), Scopus, Web of Science, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL). O acesso se deu pelo Portal de Periódicos da CAPES, pela Comunidade Acadêmica Federada. Operadores booleanos AND/OR e descritores em português e inglês, foram empregados para formar as estratégias de busca conforme demonstrado no quadro 1.

**Quadro 1.** Estratégias de busca utilizadas

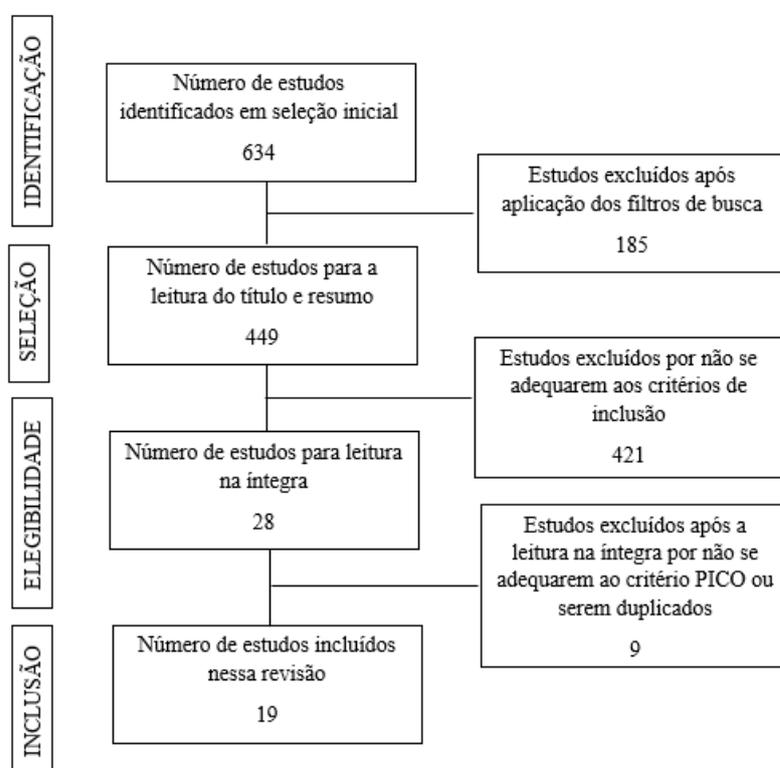
<b>SCOPUS/ WEB OF SCIENCE/ PUBMED</b>
"Mental Health" AND "Digital Technology" AND "Primary Health Care".
<b>BVS</b>
"Saúde Mental" AND "Educação Continuada" OR "Tecnologia Digital" AND "Atenção Primária à Saúde".
<b>CINAHL</b>
"Mental health" OR "Mental Health Assistance" AND "Training Courses" OR "Professional Training" OR "Continuing Education" OR "Educational Technology" OR "Teaching Materials" OR Software OR "Virtual Reality" OR "Computer Communication Networks" OR "Learning Health System" OR Simulation OR "Video-Audio Media" OR "Audiovisual Aids" OR "Educational Video" OR Webcast OR Podcast OR Games OR Technology OR "Virtual Learning Object" AND "Primary Care" OR "Primary Health Care" OR "Primary Nursing" OR "Primary Care Nursing".

Os resultados foram organizados e sintetizados em planilha eletrônica. Para classificar o nível de evidência, considerou-se: nível I - metanálise de estudos controlados e [Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.](#)

randomizados; II - experimental; III - quase experimental; IV - descritivo/não experimental ou abordagem qualitativa; V - relato de caso/experiência e VI - consenso e opinião de especialistas (Stillwell *et al.*, 2010).

O processo de busca e seleção dos estudos seguiu o fluxograma *Preferred Reporting of Systematic Reviews and Meta-Analyses* (Moher *et al.*, 2009) (Figura 1). A síntese qualitativa foi realizada descritivamente, agrupadas em duas temáticas.

**Figura 1.** Fluxograma de seleção dos estudos



Fonte: Elaboração própria.

Por se tratar de revisão, o estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, contudo as ideias dos autores foram mantidas.

## RESULTADOS

Os artigos foram publicados em periódicos internacionais, no idioma inglês. A maioria das publicações foram oriundas da Europa (26,3%), seguido da América (21,1%), Ásia (21,1%),

África (15,8%) e Oceania (15,8%). Majoritariamente (26,3%), foram publicados em 2020, seguidos de 2021 (21,1%), 2019 (15,8%), 2017 (15,8%), 2022 (15,8%) e 2018 (5,3%).

Houve maior número de estudos exploratórios (42,1%), seguido de avaliativos (26,3%), piloto randomizado (5,3%), ensaio híbrido randomizado (5,3%), descritivo (5,3%), estudo de caso (5,3%), prospectivo (5,3%) e métodos mistos (5,3%). Com relação ao nível de evidência, 84,2% são classificados a nível IV, 10,5% nível V e 5,3% nível V.

A população encontrada foi composta por profissionais de saúde que atuam na APS, sendo eles: enfermeiros, médicos, psicólogos e agentes comunitários de saúde e as tecnologias digitais de uso prioritário são os aplicativos e *websites*. Essas descrições e a síntese dos achados estão descritas no Quadro 2.

**Quadro 2.** Apresentação e síntese dos principais achados dos estudos incluídos na revisão

<b>Título<sup>n</sup> /país</b>	<b>Periódico, autores/ano</b>	<b>Metodologia/ nível de evidência</b>	<b>Principais achados</b>
Digital Training for Non-Specialist Health Workers to Deliver a Brief Psychological Treatment for Depression in Primary Care in India: Findings from a Randomized Pilot Study/ Índia	Int J Environ Res Public Health  Muke SS. <i>et al.</i> /2020	Piloto randomizado/II	Avaliou a aceitabilidade e a aplicabilidade do treinamento digital direcionado a profissionais da saúde. Houve melhora nas competências para atuar no fornecimento de apoio psicológico.
Perception of providers on use of the WHO mental health Gap Action Programme- Intervention Guide electronic version and smartphone-based clinical guidance in Nigerian primary care settings/Nigéria	BMC Prim Care.  Ojagbemi A. <i>et al.</i> /2022	Exploratório/IV	Verificou os benefícios do uso de orientações clínicas pelo emprego da versão eletrônica de tecnologia no tratamento de pessoas com problemas de saúde mental, apresentando-se viável para incorporar orientação clínica e ferramentas de tomada de decisão no gerenciamento desses casos na APS.
Technology and implementation science to forge the future of evidence-based psychotherapies: the	Digital Mental Health  Wainberg ML. <i>et al.</i> /2021	Ensaio híbrido randomizado/II	Relatou resultados do treinamento de profissionais por aplicativos móveis ( <i>E-mhTool</i> ) para triagem de pessoas com transtorno mental na APS. Os

PRIDE scale-up study/Moçambique			treinamentos melhoraram o conhecimento e os profissionais indicaram fortes intenções utilizá-los.
Increasing use of mental health services in remote areas using mobile technology: a pre-post evaluation of the SMART Mental Health project in rural India/Índia	J. Glob. Health Maulik PK. <i>et al.</i> /2017	Descritivo/IV	Descreve resultados de projeto em saúde mental, cujo foco era treinar profissionais da APS para o rastreamento e o tratamento de pessoas com algum problema de saúde mental com auxílio de sistema eletrônico para apoio da tomada de decisão. Verificou-se aumento no uso de serviços de saúde mental.
Using Virtual Patient Simulations to Prepare Primary Health Care Professionals to Conduct Substance Use and Mental Health Screening and Brief Intervention/EUA	J. Am. Psychiatr. Nurses Assoc. Albright G. <i>et al.</i> /2018	Avaliativo/IV	Desenvolveu-se estudo avaliativo junto a profissionais da APS, examinando o impacto da simulação online de dramatização com pacientes para aprender estratégias de entrevista motivacional para gerenciar melhor a triagem. Houve melhoria nas habilidades para identificar e se envolver na tomada de decisão colaborativa.
Use and Perceptions of Mobile Apps for Patients Among VA Primary Care Mental and Behavioral Health Providers/EUA	Prof. Psychol: Res. Pract. Miller KE. <i>et al.</i> /2019	Avaliativo/IV	Avaliou o uso e as percepções sobre aplicativos entre profissionais da APS. Apontou-se percepções positivas. A maior parte dos participantes recomendou/usou aplicativos com seus pacientes. Os profissionais viam os aplicativos como ferramentas acessíveis e os motivos para o não uso foram a pouca familiaridade.
Augmenting Mental Health in Primary Care: A 1-Year Study of Deploying Smartphone Apps in a	Front. Psychiatry Hoffman L. <i>et al.</i> /2019	Avaliativo/IV	Testou a viabilidade do uso de aplicativos, que esses são úteis e relevantes para pacientes em ambientes integrados de APS. Os

Multi-site Primary Care/Behavioral Health Integration Program/EUA			profissionais de saúde perceberam o valor de usar essas ferramentas como parte do atendimento ao paciente, mas precisam de treinamento para aumentar a confiança no uso.
Optimising the integration of technology-enabled solutions to enhance primary mental health care: a service mapping study/Austrália	BMC Health Serv. Res. LaMonica HM. <i>et al.</i> /2021	Estudo de caso/V	Demonstrou que o uso pode ser uma metodologia eficaz para entender o itinerário da pessoa na rede e serviu para destacar como a tecnologia pode otimizar os caminhos para melhorar a acessibilidade, a qualidade e a segurança clínica do atendimento em relação ao desempenho do serviço, facilitando a prestação do cuidado.
Technology-Enabled Solutions for Australian Mental Health Services Reform: Impact Evaluation/Austrália	JMIR Form. Res. LaMonica HM. <i>et al.</i> /2020	Prospectivo/IV	Os participantes endossaram o uso da tecnologia como parte de seu trabalho e concordaram que essa tem o potencial de melhorar os resultados para as pessoas com algum problema de saúde mental. Fatores gerenciais e operacionais foram apontados como dificultadores para a adesão.
Exploring the experiences of mental health professionals engaged in the adoption of mobile health technology in Irish mental health services/Irlanda	BMC Psychiatry Melia R. <i>et al.</i> /2021	Exploratório/IV	Expôs o potencial da integração de aplicativos móveis nos serviços de saúde mental, que apontaram benefícios acerca da maior acessibilidade, fornecimento de informações e intervenções psicológicas <i>in situ</i> . Outros perceberam o uso para crianças como facilitador ao acesso precoce à internet, além da importância de manutenção dos contatos presenciais.
Perspectives, Experiences, and	Qual. Health Res.	Exploratório/IV	Avultaram percepções acerca da potencialidade das

Practices in the Use of Digital Information Technologies in the Management of Depression and Alcohol Use Disorder in Health Care Systems in Colombia/Colômbia	Cardenas P. <i>et al.</i> /2020		tecnologias para auxílio diagnóstico, uso de escalas, acompanhamento remoto, comunicação profissional-paciente. Apontaram desafios como a alfabetização digital, dificuldade no acesso às tecnologias, confiabilidade e financiamento.
Acceptability and feasibility of digital technology for training community health workers to deliver brief psychological treatment for depression in rural India/Índia	Asian J Psychiatr. Muke SS. <i>et al.</i> /2019	Avaliativo/IV	Descreveu a avaliação de um protótipo de plataforma para treinamento de Agentes Comunitários de Saúde para o tratamento da depressão. Apontou a potencialidade dessa ferramenta especialmente em locais com poucos recursos.
Transitioning from face-to-face treatment to iCBT for youths in primary care - therapists' attitudes and experiences/Suécia	Internet Interv. Weineland S. <i>et al.</i> /2020	Exploratório/IV	Apresentou a transição das consultas presenciais para a terapia cognitivo-comportamental fornecida pela <i>internet</i> , para o tratamento de ansiedade e depressão. Verificou-se boa aceitabilidade e uma alternativa promissora para os jovens, com potencial devido ao acesso facilitado, mas desafios quanto a baixa adesão e pouca otimização do tempo.
A Brief Outline of the Use of New Technologies for Treating Substance Use Disorders in the European Union/União Europeia	Eur Addict Res. Quaglio JL. <i>et al.</i> /2017	Exploratório/IV	Apontou o potencial das intervenções baseadas em tecnologias no manejo dos transtornos por uso de substâncias, reconhecida como estratégia eficaz especialmente se combinada com a consulta clínica tradicional, auxiliando na superação de barreiras físicas. Vislumbrou-se desafios como ausência de

			leitura digital e escassos recursos estruturais.
Use of a Digital Modified Checklist for Autism in Toddlers - Revised with Follow-up to Improve Quality of Screening for Autism/EUA	J. Pediatr. Campbell K. <i>et al.</i> /2017	Avaliativo/IV	Avaliou a implementação de um formulário de triagem digital para crianças com risco de Transtorno do Espectro Autista. Percebeu-se boa aceitabilidade e melhor qualidade de atendimento após implementação.
Exploring the potential of delivering mental health care services using digital technologies in Bangladesh: A qualitative analysis/Bangladesh	Internet Interv. Koly KN. <i>et al.</i> /2022	Exploratório/IV	Identificou benefícios como sensibilização da população, redução do estigma e fortalecimento dos serviços. Verificou-se fragilidade com relação à disseminação de informações errôneas, negativas, problemas de conectividade e exclusão digital.
Human-centered design exploration with Kenyan health workers on proposed digital mental health screening and intervention training development: Thematic analysis of user preferences and needs/Quênia	Digit. Health Kumar M. <i>et al.</i> /2022	Exploratório/IV	Evidenciou que aplicação de e-Saúde para treinamento de profissionais com vistas a oferecer cuidados de saúde mental. Verificou-se boa receptividade à essas estratégias, porém existem barreiras como custo de <i>internet</i> e falta de tempo para acessar.
A Digital Intervention for Primary Care Practitioners to Support Antidepressant Discontinuation (Advisor for Health Professionals): Development Study/Reino Unido	JMIR Bowers H. <i>et al.</i> /2021	Métodos mistos/IV	Apresentou ferramenta que objetiva apoiar os profissionais a ajudar os pacientes descontinuarem o uso de antidepressivos inapropriados de longo prazo. Verificou-se boa recepção e potencial de uso.
Evaluation of Electronic Mental Health Implementation in Northern Territory	JMIR Mental Health Raphiphatthana B. <i>et al.</i> /2020	Exploratório/IV	Demonstrou uso de aplicativo, que incorpora perspectivas indígenas e ocidentais de saúde mental, de modo a auxiliar no

Services Using the Integrated “Promoting Action on Research Implementation in Health Services” Framework: Qualitative Study/Austrália			cuidado culturalmente sensível.
---	--	--	---------------------------------

Fonte: Elaboração própria.

## DISCUSSÃO

Os *papers* versaram sobre tecnologias digitais no desenvolvimento de práticas de educação em/na saúde, bem como ferramentas de apoio no cuidado, apontando potencialidades e fragilidades de sua implementação na APS. Assim, a discussão estruturou-se em duas temáticas principais: “Aplicações das tecnologias digitais em saúde mental”; e “Potencialidades e vulnerabilidades do uso das tecnologias digitais em saúde mental”.

### APLICAÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SAÚDE MENTAL

Reconhece-se uma variedade de tecnologias utilizadas por trabalhadores da saúde em ambientes de trabalho, com intuito de otimizar a atuação e garantir a qualidade da assistência (Pavinati *et al.*, 2022). Neste estudo, foi visualizado o potencial contributivo das tecnologias digitais em saúde mental no contexto da APS. As tecnologias foram empregadas em atividades de educação em saúde (Koly *et al.*, 2022; Maulik *et al.*, 2017; Ojagbemi *et al.*, 2022) e como ferramentas de apoio no cuidado à saúde (Bowers *et al.*, 2021; Campbell *et al.*, 2017; Cardenas *et al.*, 2020; Hoffman *et al.*, 2019; Lamonica *et al.*, 2020; Lamonica *et al.*, 2021; Melia *et al.*, 2021; Quaglio *et al.*, 2017; Raphiphatthana *et al.*, 2020; Weineland *et al.*, 2020).

Como exemplos de tecnologias educativas digitais, ressalta-se um estudo randomizado sobre um treinamento digital, o qual esteve disponível em forma de *website* e em aplicativo. Dirigido aos conselheiros leigos que não têm treinamento formal em cuidados de saúde mental na APS indiana, o recurso conta com manuais digitalizados, vídeos, apresentações, materiais de leitura e questionários interativos, que auxiliaram os conselheiros na capacitação sobre o atendimento básico e inicial aos pacientes psiquiátricos (Muke *et al.*, 2020).

Sobre as ferramentas de apoio no cuidado à saúde, destaca-se o aplicativo de triagem de pacientes psiquiátricos para não especialistas em saúde mental em Moçambique (Wainberg *et al.*, 2021). O uso de estratégias cuidado-educativas, ancoradas em tecnologias digitais, sustenta o ideal da inovação necessária no campo da saúde que, cotidianamente, enfrenta mudanças pelo desenvolvimento de novos recursos (Avelar; Santos, 2021).

Enquanto ferramenta do cuidado, as tecnologias contribuem no processo saúde-doença, ajudando na recuperação e atendimento de demandas complexas e dinâmicas. Entretanto, avulta-se a essencialidade do componente humano do cuidado, pautado no respeito, valorização e singularidades das pessoas (Avelar; Santos, 2021).

Diversas tecnologias foram utilizadas como ferramentas para atuação de profissionais na saúde mental, abrangendo a gestão do cuidado (Albright *et al.*, 2018; Maulik *et al.*, 2017; MUKÉ *et al.*, 2019) a assistência direta ao paciente de saúde mental, o seguimento dos casos e o apoio para tomada de decisões durante emergências psiquiátricas, apontando para o potencial de aplicabilidade de tecnologias no ambiente da APS, em especial no contexto da saúde mental (Bowers *et al.*, 2021; Cardenas *et al.*, 2020; Hoffman *et al.*, 2019; Lamonica *et al.*, 2021; Raphiphatthana *et al.*, 2020).

No que se refere às estratégias de educação com caráter formativo, evidenciou-se a aplicabilidade junto aos profissionais, visando à qualificação da prática. Pesquisas têm demonstrado que as tecnologias digitais são capazes de impactar na aprendizagem dos profissionais e transformar as ações assistenciais, aperfeiçoando o cuidado ofertado (Balbino; Silva; Queiroz, 2020; Nunes; Valença; Silva, 2020).

Para além das tecnologias direcionadas ao cuidado em saúde, tem sido notado o emprego em práticas educativas junto à população. O advento tecnológico impulsionou a necessidade de (re)pensar as ações de educação em saúde até então desenvolvidas, sobretudo pelo maior alcance da informação e facilidade da comunicação viabilizados pelo uso das tecnologias digitais, figurando, como importantes aliadas para os profissionais (Silva *et al.*, 2022).

Nesse contexto, as tecnologias educativas problematizadoras auxiliam na adesão e participação da população nas atividades propostas. Tal informação ratifica a necessidade da adaptação sociocultural das ações de educação em saúde, de modo a oportunizar que essas estejam consonantes com a realidade do público e proporcionar maior interação entre os

atores, em especial ante ao uso das tecnologias digitais enquanto estratégia de apoio (Araújo *et al.*, 2022).

## POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SAÚDE MENTAL

Nesta segunda categoria, foi possível observar a melhora das competências profissionais, pois promovem a educação permanente (Albright *et al.*, 2018; Bowers *et al.*, 2021; Muke *et al.*, 2019; Wainberg *et al.*, 2021; Weineland *et al.*, 2020), auxílio na tomada de decisão, maior eficiência na comunicação interna e externa e maior organização de informações (Raphiphatthana *et al.*, 2020), sensibilização dos usuários à busca por serviços de saúde (Koly *et al.*, 2022; Maulik *et al.*, 2017; Melia *et al.*, 2021), estímulo à corresponsabilização do cuidado, facilitação do acesso e melhor desempenho dos serviços (Campbell *et al.*, 2017; Lamonica *et al.*, 2020; Lamonica *et al.*, 2021; Quaglio *et al.*, 2017), aceitabilidade entre usuários/profissionais (Campbell *et al.*, 2017; Kumar *et al.*, 2022) e redução do estigma acerca das doenças (Koly *et al.*, 2022).

Visualiza-se grande potencial das estratégias tecnológicas, relacionando-se à importante capacidade de transpor dificuldades que são vivenciadas no cotidiano dos serviços de saúde mental, o que colabora na promoção à saúde e facilita o acesso aos serviços, uma vez que possuem capacidade de romper barreiras geográficas. Esses benefícios já são visualizados em países desenvolvidos (Sperb *et al.*, 2021).

Pesquisadores demonstraram o rico apoio evidenciado na prática clínica alcançado pela criação de um *website*, como por exemplo a criação do *iCanguru* para melhorar o acesso à saúde mental das crianças e adolescentes, enquanto ferramenta de apoio que, ancorada em diretrizes de ética e *design*, baseada em evidências científicas e com interface dinâmica e interativa, conseguiu fornecer aos usuários conforto, confiança e resultados positivos (Sperb *et al.*, 2021).

A pandemia da Covid-19 intensificou a discussão sobre tecnologias e mídias na propagação e difusão de conteúdos sobre estratégias para educação em saúde, suscitando o potencial e a transcendência que a era digital possui, o que também aponta a demanda por

novos estudos, considerando experiências prévias exitosas e os desafios (Abreu; Carvalho, 2021).

Ressalta-se que as intervenções digitais focadas em saúde mental apresentam potencial de eficácia no cuidado à saúde. Todavia, reforça-se que há de se pensar acerca do desenvolvimento de pesquisas que alcancem maior profundidade teórica dos elementos que determinam a eficácia dessas intervenções (Lattie *et al.*, 2019).

Acerca das vulnerabilidades observadas, aponta-se as dificuldades no manuseio (Miller *et al.*, 2019; Quaglio *et al.*, 2017), não familiaridade (Cardenas *et al.*, 2020; Miller *et al.*, 2019), baixa confiança e conforto no uso (Hoffman *et al.*, 2019), ausência de treinamentos específicos (Lamonica *et al.*, 2020), escassez de recursos financeiros para a aquisição de celulares e tablets (Cardenas *et al.*, 2020; Kumar *et al.*, 2022; Miller *et al.*, 2019; Maulik *et al.*, 2017) baixa adesão, difusão de *fake News* através das mídias digitais, exclusão digital, (Weineland *et al.*, 2020), além das barreiras gerenciais e operacionais tradicionais (Kumar *et al.*, 2022; Quaglio *et al.*, 2017).

Esses achados corroboram com revisão que aponta obstáculos para inserção de tecnologias digitais no cotidiano de trabalho e que, apesar do seu grande potencial de abrangência e inserção contextual, enfrenta desafios para alcançar adequada implementação, o que suscita necessidade de ampliar o escopo de trabalhos que se aprofundem na investigação dos aspectos inerentes uso, especialmente por meio de pesquisas qualitativas (Pavinati *et al.*, 2022).

Face à Covid-19, os Estados membros da Organização Mundial da Saúde instigaram o fortalecimento dos serviços de saúde mental e psicossocial, por meio do acesso equitativo as instituições, o que poderia ocorrer pelo uso de tecnologias digitais. Assinala-se a importância de serviços que atuem de forma proativa e integrada e que não se limitem ao desenvolvimento e manejo reativo dos casos nos serviços (The Lancet Health, 2021).

A implementação de tecnologias digitais nos cuidados de saúde mental figura como uma nova área a ser explorada. Entende-se a relevância dos profissionais e organizações de saúde mental estarem cientes e se organizarem para que haja a garantia e manutenção do cuidado holístico e centrado nas singularidades humanas, durante a prestação de cuidados guiados por ferramentas digitais (Kemp *et al.*, 2020).

## LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como limitação, aponta-se o baixo número de artigos captados durante a busca nas bases de dados elencadas e a não realização do procedimento de busca reversa, o que impede maiores generalizações. Ainda, observou-se a ausência de estudos desenvolvidos no âmbito brasileiro acerca do tema pesquisado, o que representa uma fragilidade por não permitir compreensão da realidade nacional sobre o uso de tecnologias digitais em saúde mental no contexto da APS.

## CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA

Esta pesquisa traz aprofundamento teórico e importantes reflexões sobre as tecnologias utilizadas no âmbito dos serviços de saúde, na área de saúde mental, o que pode possibilitar, estimular e direcionar o uso das mesmas na prática profissional, tanto como ferramentas assistencial e de cuidados, como também educacionais, o que colabora com a superação de cenários desafiadores derivados de mudanças no cotidiano de trabalho na APS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciaram-se diversas tecnologias digitais empregadas no cenário da APS na área de saúde mental. Os artigos captados apontaram para a existência de inúmeras possibilidades de uso, seja como ferramenta de apoio ao cuidado ou como estratégia para o desenvolvimento de ações de educação em/na saúde. Foram percebidas, potencialidades relacionadas à aplicação de instrumentos tecnológicos no contexto laboral, suscitando a relevância da abordagem na interface com a saúde mental.

Apreendeu-se que as tecnologias digitais são importantes aliadas no processo de trabalho da APS, apoiando as práticas assistenciais e educativas que tangenciam a saúde mental, com vistas a superar os desafios do cotidiano de trabalho. Contudo, diversas barreiras foram evidenciadas quanto à implementação, demandando estratégias que busquem, facilitar o uso de tais tecnologias, de modo a permitir sua devida utilização.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, N. R. F. O.; CARVALHO, A. L. B. Avanços e desafios da comunicação digital em saúde na era da pandemia. *Revista de APS*, v. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35190>. Acesso em: 16 de set. de 2023.
- ALBRIGHT, G. *et al.* Using Virtual Patient Simulations to Prepare Primary Health Care Professionals to Conduct Substance Use and Mental Health Screening and Brief Intervention. *Journal of the American Psychiatric Nurses Association*, v. 24, n. 3, p. 247–259, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28754067/>. Acesso em: 10 de set. de 2023.
- ALBUQUERQUE, R.S. N. *TELESSAÚDE: Potencialidades e Desafios de um projeto de incorporação de tecnologias de informação e comunicação*. Instituto de Saúde Coletiva Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva Mestrado Profissional -Área de Concentração: Avaliação de Tecnologias em Saúde. Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13133/1/Diss%20MP%20Rosana%20Albuquerque.%202013.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2023.
- ARAÚJO, D. F. P. D. *et al.* Como as tecnologias de informação e comunicação podem revolucionar a saúde e a medicina. *Revista Científica e-Locução*, v. 1, n. 15, p. 23–23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucão/article/view/187/156>. Acesso em: 04 de set. de 2023.
- ARAÚJO, K. C. *et al.* Educational technologies for health approaches to adolescents: an integrative review. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 35, p. eAPE003682, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/qjXn5qJPLyKysmr5V8jprB/?lang=en>. Acesso em: 16 de set. de 2023.
- AVELAR, A. F. M.; SANTOS, L. M. DOS. Inovação tecnológica em saúde: de volta às origens. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, p. e74Suppl501, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/zB7GQz3Xb8QkvpZhn3f3G5G/?lang=pt>. Acesso em 14 de set. de 2023.
- AUAD, P.H.B.; AVELAR, G.B.; BELLINI, V.B. Mental health management in Primary Health Care (PHC): An integrative literature review. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 12, p. e94121244055, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44055/35326>. Acesso em: 09 de set. de 2024.
- BALBINO A. C; SILVA, A. N. S.; QUEIROZ, M. V. O. El impacto de las tecnologías educativas en la formación de profesionales a cargo de la atención neonatal. *Revista Cuidarte*, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/954>. Acesso em 14 de set. de 2023.
- BOWERS, H. *et al.* A Digital Intervention for Primary Care Practitioners to Support Antidepressant Discontinuation (Advisor for Health Professionals): Development Study. *Journal of Medical Internet Research*, v. 23, n. 7, p. e25537, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34269688/>. Acesso em: 14 de set. de 2023.

- BRASIL, Ministério da Saúde (MS). *Política Nacional de Informação e Informática em Saúde*. Brasília, MS; 2016. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_infor\\_informatica\\_saude\\_2016.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf). Acesso em: 08 de set. de 2023.
- CAMPBELL, K. *et al.* Use of a Digital Modified Checklist for Autism in Toddlers - Revised with Follow-up to Improve Quality of Screening for Autism. *The Journal of pediatrics*, v. 183, p. 133-139.e1, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5397992/>. Acesso em: 12 de set. de 2023.
- CAPELLA N, et al. Digital Technologies and young users of a mental health service. *Informática na educação: teoria & prática*. v.11, n. 1, p. 79-90, 2008.
- CÁRDENAS, P. *et al.* Perspectives, Experiences, and Practices in the Use of Digital Information Technologies in the Management of Depression and Alcohol Use Disorder in Health Care Systems in Colombia. *Qualitative Health Research*, v. 30, n. 6, p. 906–916, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32054418/>. Acesso em: 12 de set. de 2023.
- COSTA, S.R.S; DUQUEVIZ, B.C; PEDROZA, R.L.S. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 19, n. 3, p. 603-610, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NwwLwRTRTdBDmXWW4Nq7ByS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 de set. de 2023.
- DEVECHI, A.C.R. *et al.* Construção e validação de um website sobre cuidados aos usuários de álcool e outras drogas. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v.17, n.7, e8774, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8774/5421>. Acesso em: 09 de set. de 2024.
- FEITOSA, C. D. A. *et al.* Tecnologias educacionais em saúde mental para trabalhadores: revisão integrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 35, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/ytZvwJMYgbfQ9JZJY4svwzL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de set. de 2023.
- HOFFMAN, L. *et al.* Augmenting Mental Health in Primary Care: A 1-Year Study of Deploying Smartphone Apps in a Multi-site Primary Care/Behavioral Health Integration Program. *Frontiers in Psychiatry*, v. 10, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6404548/>. Acesso em: 10 de set. de 2023.
- KEMP, J. *et al.* Delivery of Compassionate Mental Health Care in a Digital Technology–Driven Age: Scoping Review. *Journal of Medical Internet Research*, v. 22, n. 3, p. e16263. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32141833/>. Acesso em: 18 de set. de 2023
- KOLY, K. N. *et al.* Exploring the potential of delivering mental health care services using digital technologies in Bangladesh: A qualitative analysis. *Internet Interventions*, v. 29, p. 100544, 2022. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35615404/>. Acesso em: 14 de set. de 2023.
- KUMAR, M. *et al.* Human-centered design exploration with Kenyan health workers on proposed digital mental health screening and intervention training development: Thematic analysis of user preferences and needs. *DIGITAL HEALTH*, v. 8, p. 205520762210900, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35444811/>. Acesso em: 14 de set. de 2023.

- LAMONICA, H. M. *et al.* Optimising the integration of technology-enabled solutions to enhance primary mental health care: a service mapping study. *BMC Health Services Research*, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12913-021-06069-0>. Acesso em: 10 de set. de 2023.
- LAMONICA, H. M. *et al.* Technology-Enabled Solutions for Australian Mental Health Services Reform: Impact Evaluation. *JMIR Formative Research*, v. 4, n. 11, p. e18759, 2020. Disponível em: <https://formative.jmir.org/2020/11/e18759/>. Acesso em: 10 de set. de 2023
- LATTIE, E. G. *et al.* Digital Mental Health Interventions for Depression, Anxiety, and Enhancement of Psychological Well-Being Among College Students: Systematic Review. *Journal of Medical Internet Research*, v. 21, n. 7, p. e12869, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31333198/>. Acesso em: 16 de set. de 2023.
- MAULIK, P. K. *et al.* Increasing use of mental health services in remote areas using mobile technology: a pre–post evaluation of the SMART Mental Health project in rural India. *Journal of Global Health*, v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28400954/>. Acesso em: 10 de set. de 2023.
- MELIA, R. *et al.* Exploring the experiences of mental health professionals engaged in the adoption of mobile health technology in Irish mental health services. *BMC Psychiatry*, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: <https://bmcp psychiatry.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12888-021-03426-5>. Acesso em: 10 de set. de 2023
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm.* v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de set. de 2023.
- MILLER, K.E. *et al.* Use and perceptions of mobile apps for patients among VA primary care mental and behavioral health providers. *Prof Psychol Res Pr.* v. 50, n. 3, p. 204-209, 2019. Disponível em: <https://awspntest.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fpro0000229>. Acesso em: 10 de set. de 2023.
- MOHER, D. *et al.* Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: the PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, v. 6, n. 7, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19621072/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.
- MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. *Revi sta UFG*, v. 20, p. 2-33, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438/36079>. Acesso em: 04 de set. de 2023.
- MUKE, S. S. *et al.* Acceptability and feasibility of digital technology for training community health workers to deliver brief psychological treatment for depression in rural India. *Asian Journal of Psychiatry*, v. 45, p. 99–106, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31557716/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.
- MUKE, S. S. *et al.* Digital Training for Non-Specialist Health Workers to Deliver a Brief Psychological Treatment for Depression in Primary Care in India: Findings from a Randomized Pilot Study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*,

v. 17, n. 17, p. 6368, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32883018/>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

MUNARI D, B. *et al.* Mental Health in the basic health attention context: potentialities, limitations, challenges in Family Health Program. *Rev. Eletr. Enf.* v. 10, n. 3, p. 784-795, 2008.

OJAGBEMI, A. *et al.* Perception of providers on use of the WHO mental health Gap Action Programme-Intervention Guide (mhGAP-IG) electronic version and smartphone-based clinical guidance in Nigerian primary care settings. *BMC Primary Care*, v. 23, n. 1, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36243682/>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (WHO). *Global strategy on digital health 2020-2025*. Geneva: WHO; 2021. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/documents/gS4dhdaa2a9f352b0445bafbc79ca799dce4d.pdf>. Acesso em: 06 de set. de 2023.

PAVINATI, G. *et al.* Tecnologias educacionais para o desenvolvimento de educação na saúde: uma revisão integrativa. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, v. 26, n. 3, 2022. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/8844>. Acesso em 14 de set. de 2023.

QUAGLIO, G. *et al.* A Brief Outline of the Use of New Technologies for Treating Substance Use Disorders in the European Union. *European Addiction Research*, v. 23, n. 4, p. 177–181, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28803249/>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

RAPHIPHATTHANA, B. *et al.* Evaluation of e-mental health implementation in Northern Territory services using the i-PARIHS framework (Preprint). *JMIR Mental Health*, v. 7, n. 5, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32452812/>. Acesso em 14 de set. de 2023.

ROCHA, A. T. S. *et al.* Cuidado em Saúde Mental: um sistema para ensino em Enfermagem. *Journal of Health Informatics*, v. 4, p. 103-107, 2012. Disponível em: <https://jhi.sbis.org.br/index.php/jhi-sbis/article/view/238/132>. Acesso em: 06 de set. de 2023.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, C. A. M.; NOBRE, M. R. C. The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 15, n. 3, p. 508–511, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de set. de 2023.

SILVA DE OLIVEIRA NUNES, L. F.; NOGUEIRA VALENÇA, C.; BATISTA DA SILVA, M. C. Contribuições das tecnologias digitais na educação permanente dos enfermeiros. *Rev. cuba. enferm*, p. e3275–e3275, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1280260>. Acesso em 14 de set. de 2023.

SILVA, D. S. M. *et al.* Metodologias ativas e tecnologias digitais na educação médica: novos desafios em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 46, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/fyC3cYbkkxKNDQWbFRxGsnG/>. Acesso em 16 de set. de 2023.

SOUZA, P.A.A. *et al.* Tecnologias educativas utilizadas na promoção e prevenção à saúde mental no contexto da COVID 19: revisão de escopo. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 10, p. 21345-21364, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2138/1765>. Acesso em: 09 de set. de 2024.

SPERB, L. C. S. DE O. *et al.* Potencialidades de um website para um centro de atenção psicossocial infantojuvenil. *Enferm Foco*, v. 12, n. 6, p. 1249–1255, 2021. Disponível em: <https://enfermfoco.org/article/potencialidades-de-um-website-para-um-centro-de-atencao-psicossocial-infantojuvenil/>. Acesso em: 16 de set. de 2023.

STILLWELL, S. B. *et al.* Evidence-Based Practice, Step by Step: Asking the Clinical Question. *AJN, American Journal of Nursing*, v. 110, n. 3, p. 58–61, mar. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20179464/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.

THE LANCET DIGITAL HEALTH. Digital tools for mental health in a crisis. *The Lancet Digital Health*, v. 3, n. 4, p. e204, abr. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33766284/>. Acesso em: 16 de set. de 2023.

WAINBERG, M. L. *et al.* Technology and implementation science to forge the future of evidence-based psychotherapies: the PRIDE scale-up study. *Evidence-Based Mental Health*, v. 24, n. 1, p. 19–24, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33177149/>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

WEINELAND, S. *et al.* Transitioning from face-to-face treatment to iCBT for youths in primary care – therapists’ attitudes and experiences. *Internet Interventions*, v. 22, p. 100356, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33318951/>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

Recebido em 21 de novembro de 2023.

Aprovado em 13 de setembro de 2024.





## SINDICALISTAS NEGRAS E NEGROS CONTRA A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA ACREANA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

DOI: 10.48075/ri.v26i2.32520

Ângela Maria Bastos de Albuquerque<sup>1</sup>  
Jorge Fernandes da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa a memória e resistência de mulheres negras e homens negros contra a política de ocupação da Amazônia acreana entre as décadas de 1970 e 1980, a partir de uma revisão bibliográfica consubstanciada em artigos, dissertações, teses etc., com temáticas relacionadas às trajetórias de lideranças sindicais negras no Acre. O objetivo foi compreender os papéis desempenhados por esses(as) militantes nos embates travados entre as famílias e comunidades de seringueiros(as) no Estado do Acre, contra grupos de grileiros e latifundiários que invadiram grandes áreas de florestas para exploração agropecuária. Utilizamos as teorias de Foucault (1972) seguidas das constatações de Martins (2000) e os argumentos de Mbembe (2014) e (2018) sobre a micropolítica relacionada ao biopoder, a soberania, o estado de exceção e a política da morte. A política de ocupação das fronteiras amazônicas impulsionou a devastação da floresta resultando na necessidade de criação das cinco reservas extrativistas federais no Acre. Concluímos que as transformações sociais resultaram em intensos movimentos migratórios da floresta para as cidades acreanas. Nesse contexto, surgiram novos atores sociais nos embates pelo direito à moradia nas áreas periféricas urbanas.

**Palavras-chave:** Política de ocupação; Amazônia acreana; movimentos migratórios; negros(as).

## BLACK AND BLACK TRADE UNIONISTS AGAINST THE POLICY OF OCCUPATION OF THE ACREAN AMAZON IN THE DECADES 1970s AND 1980s

**ABSTRACT:** The article analyzes the memory and resistance of black women and black men against the occupation policy of the Acre Amazon between the 1970s and 1980s, based on a bibliographical review substantiated in articles, dissertations, theses etc., with themes related to trajectories of black union leaders in Acre. The objective was to understand the roles played by these militants in the clashes between families and communities of rubber tappers in the State of Acre, against groups of land grabbers and landowners who invaded large areas of forests for agricultural exploitation. We used the theories of Foucault (1972) followed by the findings of Martins (2000) and the arguments of Mbembe (2014) and (2018) about micropolitics related to biopower, sovereignty, the state of exception and the politics of death. The policy of occupying the Amazon borders led to the devastation of the forest, resulting in the need to create five federal extractive reserves in Acre. We conclude that social

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre, Assessora Pedagógica do Conselho Estadual de Educação do Acre. E-mail: angela.mbb@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre, professor do magistério superior pela UFAC, na área de Ensino e Aprendizagem. E-mail: negrosacre@gmail.com.

transformations resulted in intense migratory movements from the forest to the cities of Acre. In this context, new social actors emerged in struggles over the right to housing in peripheral urban areas.

**Keywords:** Occupation policy; Acre Amazon; migratory movements; black people.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa a participação de líderes sindicais e comunitários negros(as) nos movimentos sociais na luta pela terra contra as invasões e expropriação dos antigos seringais na Amazônia acreana, nas décadas de 1970 e 1980. O principal fio condutor nas discussões e análises foram as formas de resistências à dinâmica de avanço da fronteira agropecuária, tanto na formação dos sindicatos rurais, quanto na constituição de bairros na cidade de Rio Branco. A política de ocupação da Amazônia contou com o fulcro das instituições e organizações regionais criadas pelo regime militar que tinha como principal objetivo transformar a região na maior fronteira territorial com finalidades prioritariamente econômicas. O outro problema admitido como “pano de fundo” é o cenário de destruição da floresta e os conflitos violentos que culminaram nos assassinatos de lideranças de sindicatos rurais contra o poder político-econômico dos latifundiários.

A revisão bibliográfica foi fundamentada em artigos, dissertações e teses, além de documentos legislativos sobre o contexto das resistências de seringueiros(as) nas comunidades da floresta contra as investidas dos grandes empresários que se instalaram na região. Nas discussões e análises utilizamos os posicionamentos de Foucault (1972) em seus debates sobre os elementos antagônicos imbricados nas relações de poder envoltos na luta de classe. Foram inseridas também as constatações de Martins (2000) com a obra “Reforma agrária: o impossível diálogo”, além dos argumentos teóricos de Mbembe (2014) e (2018) sobre a crítica da razão negra e sobre a micropolítica relacionada ao biopoder, a soberania, o estado de exceção e a política da morte.

A trama inicial apresenta o conjunto de ações estrategicamente pensadas para reter o avanço dos grileiros e latifundiários e apresenta como cenário a cidade de Brasília localizada na fronteira com a Bolívia. Após uma breve contextualização dos motivos para implementação da política de ocupação da região amazônica, entra em cena Dercy Teles: uma mulher negra que mantém vivo (em 2024) o legado de seus colegas assassinados nas lutas pela preservação

da floresta no Acre. O desenlace culmina com o resultado das intensas movimentações migratórias das famílias de seringueiros(as) para as regiões citadinas urbanizadas e o surgimento de novos(as) atores(as) sociais nas lutas pelo direito à terra e moradia.

## A LUTA DE NEGROS E NEGRAS CONTRA A EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS NA AMAZÔNIA ACREANA

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (Foucault, 1972, p. 136).

A gênese da luta de negros e negras contra a expropriação das terras na Amazônia acreana aconteceu aproximadamente três décadas após o fim da segunda guerra mundial. Naquele contexto, mais de trinta mil seringueiros(as) a maioria pretos e pardos<sup>3</sup>, foram abandonados(as) na floresta amazônica pelos seringalistas donos dos seringais, quando a borracha deixou de ser economicamente atrativa. Com as relações de poder modificadas, em conformidade a Foucault (1972) na citação de abertura desta seção, as possibilidades de estratégias seguiam as seguintes direções: a) se mudarem para uma das cidades acreanas mais próximas ou para capital Rio Branco; b) reunir recursos para retornarem às suas famílias no nordeste; c) ou permanecer nos seringais abandonados e sobreviver da caça, pesca além do trabalho extrativista. Embora todas as opções tenham sido ativadas, a grande maioria permaneceu na floresta pela ausência de condições para migrarem para outro lugar.

A presença de mulheres negras e homens negros no Acre foi invisibilizada na historiografia desse estado amazônico. Ao analisar a obra de Leandro Tocantins sobre *A formação histórica do Acre*, Rocha (2011) denunciou o silêncio desse autor sobre “a presença negra nas dinâmicas dos deslocamentos de mulheres e homens para essa região [...] como parte de uma retórica de ‘espírito do tempo’” (Rocha, 2011, p. 24).

Na presente pesquisa o enredo tem sua gênese na década de 1970 no período de implementação do projeto nacional de ocupação da Amazônia e as trágicas consequências no município de Brasiléia, no Estado do Acre, envolvendo inicialmente três pessoas negras nos embates contra grileiros e os grandes agropecuaristas que adentravam na Amazônia acreana.

---

<sup>3</sup> No censo de 1960 a população acreana contava com 7.772 pessoas de cor preta, 102.126 na cor parda e 48.831 na cor branca.

O ano localizado por Albuquerque e Ishii (2014, p. 198) foi 1975, quando “um grupo de seringueiros, reunidos sob o chamado e a mobilização de Valdiza Alencar, fundou o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia articulando trabalhadores de seringueiras da Amazônia brasileira, boliviana e peruana”. Valdiza Alencar de Souza foi uma mulher negra de cor parda, que não aceitou a expropriação das terras na floresta pelos recém-chegados agropecuaristas.

Aquele período foi lembrado por Martins (2023) como tempos de desalento, porque os seringueiros não tinham consciência de nenhum direito e se encontravam fragilizados diante das violentas investidas resultantes das consecutivas expulsões de suas residências/colocações localizadas nos lugares de floresta. Foi nesse contexto que Valdiza Alencar estava grávida de 8 meses e liderou a iniciativa de criar o primeiro (STR) na cidade de Brasiléia no Estado do Acre. À época, seu marido se encontrava enfermo, porém, ouvira pelo rádio que João Maia<sup>4</sup> estava no Acre para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade de Rio Branco. Conhecedora do currículo e das habilidades do recém-chegado sindicalista, Martins (2023) enfatiza que Valdiza Alencar andou a pé 80 km do lugar onde residia, até a cidade de Brasileia, para iniciar outra viagem de 231 km em um ônibus com destino à capital do Estado do Acre. Ao chegar na cidade de Rio Branco se encontrou com João Maia e deu início às tratativas para criação de um sindicato rural na cidade de Brasileia (Martins, 2023).

Os registros apontam que antes da primeira reunião com João Maia e os seringueiros, “ao chegar de Rio Branco, Valdiza Alencar saiu percorrendo as redondezas, de colocação em colocação, montada no lombo de uma égua, fazendo o convite para a referida reunião” (Cruz, 2012, p. 35). Consta na referida fonte, que a reunião aconteceu com a presença do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, João Maia e o advogado Pedro Marques.

Na comissão para escolha das lideranças do recém-criado (STR) se encontravam presentes, “o quieto Wilson Pinheiro e o desconhecido Chico Mendes que ajudaram na mobilização e se tornaram membros da diretoria. Dona Valdiza ostentava a função de delegada sindical na sua área” (Martins, 2023, p. 33). A escolha de Elias Rosendo, um homem de cor preta, para ocupar a presidência do sindicato se deu por sua boa fluência oratória, além de ser também “um seringueiro e poeta negro, que cumpriria um mandato de dois anos e, em

---

<sup>4</sup> João Maia era Sindicalista, Filósofo, Político, com habilidades técnicas em criação jurídica de sindicatos rurais amplamente conhecido pelas comunidades acreanas por defender os seringueiros e as populações extrativistas. [Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.](#)

1977, passaria o cargo a Wilson Pinheiro”, outro homem negro de cor preta membro da diretoria do (STR), (Albuquerque; Ishii, 2014, p. 198).

Elias Rosendo foi um maranhense que chegou ao Acre em 1951 para cortar seringa, posteriormente, no período de 1967 até 1975 passou a residir na cidade de Rio Branco e apesar de ter estudado somente até o segundo ano primário, se tornou escritor autodidata de literatura de cordel, e entre outras habilidades políticas, foi também candidato a vice-governador pelo Partido dos Trabalhadores - PT/Acre em 1982. Seu maior desafio ao aceitar a presidência do (STR) foi conciliar sua agenda política de militante extrativista e escritor autodidata com as demandas do recém-inaugurado sindicato rural. Por esses motivos, Martins, (2023) constatou que “Elias Rosendo atrapalhou-se com suas múltiplas atividades, sendo substituído pelo primeiro grande líder do movimento dos povos da floresta, Wilson Pinheiro” (Martins, 2023, p. 33).

Esse então desconhecido seringueiro negro - Wilson Pinheiro – nasceu em 15 de fevereiro de 1933 no município de Careiro, no Estado do Amazonas e passou a atuar como Presidente do Sindicato Rural de Brasiléia em 1977. Nesse ano, o Dossiê *Rebeliões Motins e Negociações - DRMN* (2010, p. 125-126) destaca que Wilson Pinheiro “liderou o ‘Mutirão contra a Jagunçada’, movimento que reuniu centenas de trabalhadores que marcharam contra jagunços armados que ameaçavam os posseiros da região amazônica”. Esse embate resultou na apreensão de “mais de 20 rifles automáticos dos jagunços e entregaram ao Exército em Rio Branco” (DRMN, 2010, p. 125-126).

Nas palavras de Gualberto (2020, p. 1) em 1979 Wilson Pinheiro liderou novamente uma “comissão de trabalhadores rurais e índios do Acre na busca pelo fim do conflito entre a etnia Apurinã e os assentados pelo INCRA em território indígena”. Essas ações oportunizaram ampla visibilidade às habilidades de liderança de Wilson Pinheiro, principalmente após o movimento de pacificação, que gerou “o embrião que, mais tarde, se transformou na ‘Aliança dos Povos da Floresta’” (Gualberto, 2020, p. 1).

Ao registrar o desenrolar dos acontecimentos resultantes dos embates em defesa dos seringueiros, o DRMN (2010, p.127) aponta que os latifundiários da região se viram “acuados pela liderança de Pinheiro [e] mandaram matar o seringueiro na noite de 21 de julho de 1980”, por volta de 20h30min, quando Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia e presidente da Comissão Municipal do PT naquela cidade

“foi assassinado pelas costas, quando se encontrava reunido com outros trabalhadores na sede do sindicato” (DRMN, 2010, p. 127). As investigações sobre aquele acontecimento não tiveram nenhum desfecho sobre quem executou, nem quem foi o mandante do assassinato. Porém, no desenrolar inicial, um dos suspeitos da morte de Wilson Pinheiro conhecido como Nilão, foi morto como retaliação, por um suposto grupo de seringueiros liderados por Elias Rosendo - primeiro presidente do (STR) de Brasiléia.

O resultado foi a prisão dos 11 seringueiros envolvidos naquela vingança pelo assassinato de Wilson Pinheiro, entretanto, Elias Rosendo era considerado o líder do movimento pela influência que detinha sobre o grupo e por ter organizado a mobilização que resultou na morte do senhor Nilo/Nilão. Após algumas semanas, Elias Rosendo figurava nas páginas policiais como foragido e se entregou ao delegado da cidade de Brasiléia, sendo transferido para a capital Rio Branco, juntamente com os outros 11 companheiros. Até os dias atuais (2024) nem a morte de Wilson Pinheiro, nem a de Nilão tiveram qualquer julgamento nem condenações, mas, o assassinato do representante dos seringueiros é lembrado como mártir na luta pela defesa das famílias e comunidades que dependem da floresta para sobrevivência.

Em homenagem ao negro sindicalista Wilson Pinheiro, em 1999, o então governador do PT no Acre, Jorge Viana criou o Polo Agroflorestal Wilson de Souza Pinheiro, localizado na Rodovia Transacreama, BR 317, regional Floresta Sul, no município de Rio Branco no Estado do Acre no dia 21 de dezembro de 2005. No mesmo local também foi construída uma escola estadual que atende às duas etapas do ensino fundamental, tendo como patrono o ex-sindicalista Wilson Pinheiro.

No período da festa do Centenário da Revolução Acreana, outro governador do PT, Tião Viana, inaugurou na cidade de Brasiléia, “em 2008, o Memorial Wilson Pinheiro, em homenagem a história de luta do líder” (Gualberto, 2020, p. 3). Dois anos antes dessa homenagem, o sindicalista negro já havia sido homenageado ao ter seu nome inscrito na inauguração da Ponte que liga a cidade de Brasiléia à cidade de Cobija, na Bolívia. O surgimento de uma nova consciência negra estimulada pela Lei Federal 10.639/2003 fez surgir no Acre a necessidade de retomada das discussões sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres, negras e negros nas lutas contra grileiros e latifundiários que invadiram as áreas de floresta estimulados pela política de ocupação da Amazônia (acreama) nas décadas de 1970 e 1980 (Brasil, 2003).

A luta de negros e negras contra a expropriação das terras ocupadas por seringueiros(as) e ribeirinhos(as) na Amazônia (acreana) no período estudado, continua até a contemporaneidade de acordo com as riquezas minerais ou vegetais encontrados em lugares específicos. Nessas situações as ações de poderosos empresários impulsionam as comunidades (seringueiros(as), ribeirinhos(as) e indígenas) a compulsoriamente abandonarem suas terras para exploração de madeira, de ouro ou para criação de gado. Fica evidente, que o poder não emerge de forças da natureza pois ele “não se encontra somente nas instâncias superiores” mais que isso, o poder “penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (Foucault, 1972, p. 42).

### **POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS E A SUBJETIVIDADE ECONÔMICA CONDUZIDA PELO ESTADO BRASILEIRO**

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (Foucault, 1972, p. 103).

A primeira política de ocupação da Amazônia aconteceu nos séculos XVII e XVIII quando colonizadores portugueses visavam a ocupação das fronteiras do Brasil. A segunda ocupação generalizada aconteceu na última metade do século XIX, quando pessoas de todos os lugares buscavam riquezas minerais, extrativistas além das chamadas drogas do sertão<sup>5</sup>. Sobre a terceira onda, constam nos registros de Costa (1997, p. 65) que “a geopolítica portuguesa, agora adaptada às condições do presente, reaparece com toda força nas políticas territoriais do regime militar”. A iniciativa de ocupação da Amazônia brasileira após a Segunda Guerra Mundial foi implementada pela criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, instalada no dia 30 de novembro de 1966 e pela retomada das finalidades do Banco da Amazônia - BASA, que fora criado no dia 9 de julho de 1942 para atender às demandas de logísticas cambiais da produção do látex para garantir a produção de pneus a serem usados pelos aliados no *front* da Segunda Guerra Mundial (Costa, 1997).

---

<sup>5</sup> Nesse período, a região do atual Estado do Acre pertencia à Bolívia, sendo comprada após a Revolução Acreana em 1903.

Essas duas instituições garantiram inicialmente os suportes para aquisição de investimentos logísticos e de projetos agrícolas, pecuários e industriais na região. Para além dessas vantagens, os empresários interessados na proposta de investir na Amazônia poderiam “obter isenção de até 100% do imposto de renda, por 15 anos, além de outros benefícios fiscais específicos. Com isso, a estratégia do governo era canalizar investimentos preferencialmente a projetos agrícolas, pecuários e industriais na região” (Costa, 1997, p. 68). Aquele programa de desenvolvimento da Amazônia pela ocupação empresarial foi consolidado com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, no dia 6 de junho de 1957. Essa instituição assumiu a função de “coordenar os investimentos industriais no ‘pólo industrial’ de Manaus, à custa também de incentivos fiscais” (Costa, 1997, p. 68).

Essas constatações sobre as três fases distintas de ocupação da Amazônia encontram respaldo nas assertivas de Foucault, (1972) ao registrar na citação de abertura desta seção que, o poder é exercido em rede, em cadeia, na medida em que os homens circulam, exercem-no e o transmitem por serem o centro dessa transmissão. Após a década de 1960 Morais (2016, p. 129) afirma que os grandes latifundiários “vieram como revoadas de jacus, compraram os seringais, expulsando milhares de seringueiros e desestabilizando o frágil equilíbrio socioeconômico apoiado no extrativismo da borracha”. O resultado da ocupação desordenada da floresta acreana, foi a expulsão das famílias dos seringueiros que permaneceram nos antigos seringais, após a Segunda Guerra Mundial. Essa foi a gênese das enormes áreas desmatadas destinadas à criação de gado.

Nesse período, diversas comunidades indígenas foram dizimadas para expropriação das riquezas minerais, extrativistas e para as derrubadas das árvores visando a venda da madeira e a abertura de campos destinados ao comércio agropecuário. A inscrição de novas relações espaciais equivale “à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias” (Mbembe, 2018, p. 39).

A implementação dessa política desconsiderou a presença das milhares de famílias e comunidades que viviam na/da floresta. As investidas envolviam também a devastação da floresta pelas derrubadas de incontáveis árvores que tombavam ao ritmo dos assassinatos dos que resistiam àquela destruição da natureza. Com a inevitável expansão fronteiriça, famílias inteiras foram submetidas à destruição material dos poucos bens que lhes restavam junto com

suas comunidades, como se tivessem sido julgados, condenados e descartados, supérfluos “entregues ao abandono e sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital, tornando-se dispensáveis e até mesmo, convertendo-se em vidas matáveis, exatamente por se tornarem inúteis” (Mbembe, 2014, p. 35).

Eis as razões do assassinato de Wilson Pinheiro, seu legado ao participar da criação do primeiro (STR) em Brasiléia, e ter sido o segundo presidente dessa instituição, abriu o caminho para inauguração de uma classe composta por outros sindicatos rurais no Acre, entre esses, o sindicato rural de Xapuri, criado em 1977, onze anos antes do assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988 por motivos de resistências às devastações ambientalistas. A segunda presidenta desse sindicato [de Xapuri] no início da década de 1980, foi Dercy Teles, uma mulher negra que continua até os dias atuais (2024) lutando pelo direito à terra nas áreas remanescentes que foram transformadas em Reservas Extrativistas - RESEX, em particular a reserva Chico Mendes onde essa militante reside.

Mulheres negras a exemplo de Valdiza Alencar, que protagonizou a criação do primeiro (STR) no município de Brasiléia e Dercy Teles que assumiu a presidência do (STR) no município de Xapuri, resistiram nas frentes de lutas em um período em que “a verdade se mostrava nua; as [elites políticas] queriam-na vestida” (Fanon, 1979, p. 3).

### **DERCY TELES: UMA MULHER NEGRA QUE MANTÉM VIVO O LEGADO DOS QUE MORRERAM NAS LUTAS EM DEFESA DA FLORESTA NO ACRE**

Dercy teles é uma acreana, filha de um negro piauiense, do município de Regeneração que migrou para o Acre na década de 1940, no período da Segunda Guerra Mundial. Seu pai se casou com uma mulher acreana de descendência indígena. Na ocasião da morte de seu pai, em 1 de novembro de 1974, Dercy tinha 20 anos de idade e a família residia no Seringal Boa Vista na Colocação Limoeiro. No ano de 2024 Dercy completa 70 anos de idade no dia 28 de junho e continua residindo no mesmo lugar até os dias atuais (2024).

O protagonismo dessa militante política se deu por seu envolvimento com as Comunidades Eclesiásticas de Base - CEBs, na gênese de sua militância política, quando construiu a consciência social pela necessidade de lutar para não perder a terra onde residia na floresta da Amazônia acreana. Dercy Teles foi a segunda presidenta do (STR) em Xapuri, também foi “a primeira mulher a assumir a presidência de um Sindicato de Trabalhadores

Rurais na Amazônia” (Souza, 2011, p. 231). Essas ações aconteceram entre os anos de 1981 e 1982 em um período em que toda a região da Amazônia brasileira, “passava a ser conhecida mundialmente pela coragem dos povos da floresta: seringueiros, indígenas, ribeirinhos e castanheiros” (Santana, 2023, p. 4).

No período de sua gestão no (STR) em Xapuri, Dercy teve Chico Mendes como secretário em uma época em que Ele ainda não era conhecido, mas se tornaria em 1983, o quarto presidente daquele sindicato e posteriormente, a maior referência internacional na área ambientalista em defesa das comunidades da floresta Amazônica. Após o assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988, Dercy continuou exercendo sua influência sindicalista em outros lugares, dentro e fora do Estado do Acre. Foi convidada para dar assessoria na formação de novos sindicatos rurais, fazer palestras de orientação sobre os direitos dos seringueiros, além de conceder entrevistas relacionadas às atividades inerentes à luta social e política.

A militância de Dercy Teles desde seus embates e resistências como colega de Wilson Pinheiro e Chico Mendes, se estendeu até a segunda década do século XXI. Sua atuação foi resumida da seguinte forma na pesquisa de Souza (2011):

De 1986 a 1990, a convite do Movimento Sindical e do Movimento de Educação de Base, da Igreja Católica, [Dercy] foi para o município de Carauari - AM, organizar o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS. De 1991 a 1994 atuou na Casa do Seringueiro, da Fundação Cultural do Acre. De 1994 a 1997 atuou na Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - CAEX. Em 1997 volta a morar no Seringal Boa Vista - Colocação Pimenteira. Foi eleita, novamente, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em 2007 e reeleita em 2009. A sindicalista é a atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri [2011] cargo já exercido por várias vezes (Souza, 2011, p. 231).

Dercy Teles exerceu três mandatos como presidenta do (SRT) em Xapuri, além de ter atuado como monitora dentro do grupo de evangelização da Igreja Católica influenciada pela Teologia da Libertação que se disseminou em outros municípios acreanos nas décadas de 1970 e 1980. O principal motivo da mediação das CEBs em toda essa trama de lutas, de busca por direitos sociais, se deu fundamentalmente por todo esse movimento acontecer sob os governos que estavam no poder, pelo golpe militar iniciado em 1964 e finalizado em 1984. Era necessário organizar associações e realizar reuniões em lugares ocultos das vistas e do conhecimento dos representantes dos governos militares no Acre, posto que não toleravam insurgências nem afrontas ao poder público.

Similar a outras pessoas negras na militância política no Acre, essa sindicalista não teve muitas oportunidades de estudar e concluiu o Ensino Médio através do curso supletivo no início do século XXI. Entretanto, apesar de não ter construído uma boa trajetória na educação escolar formal conquistou elevado capital social pelos conhecimentos adquiridos em seus envolvimento na luta pela terra através das CEBs, em sua militância como presidente do (STR) e principalmente nas lutas e embates ocorridos antes e depois da morte de Wilson Pinheiro e de Chico Mendes, seus ex-companheiros de lutas.

O município de Xapuri, onde Dercy continua residindo [em 2024] é limítrofe com o município de Brasiléia, fato que possibilitou o intenso contato entre Dercy Teles e Chico Mendes com o grupo de seringueiros que vivenciou o assassinato de Wilson Pinheiro em 21 de julho de 1980. Embora tenham atuado em municípios vizinhos, tanto Wilson Pinheiro quanto Chico Mendes foram companheiros na luta pela terra, enquanto Dercy ainda era adolescente. Nas palavras de Bomfim (2002) Wilson Pinheiro foi “um negro de estatura média, uma pessoa muito simpática e tinha o mesmo carisma que o Chico Mendes, de aglutinar pessoas, de conquistar a confiança dos trabalhadores, uma pessoa simples e muito responsável” (Bomfim, 2022, p. 6).

Desde a atuação de Valdiza, uma mulher negra de cor parda que protagonizou a criação do primeiro (STR) na cidade de Brasiléia no Acre, em 21 de dezembro de 1975, pelo menos 3 pessoas negras de cor preta atuaram nas lideranças dos recém criados sindicatos: o primeiro foi Elias Rosendo em Brasiléia, o segundo Wilson Pinheiro, assassinado por ter enfrentado as corporações que estavam expulsando os seringueiros de suas terras, a terceira foi Dercy Teles que atuou até 2012 na presidência do (STR) no município de Xapuri.

Todas essas lideranças negras em associações e sindicatos rurais analisadas lembram a necessidade de continuidade da luta pelos direitos, pela igualdade de oportunidades e pela equidade e justiça social. Restam as reflexões sobre a relevância da presença de negros e negras no Acre, nas formações dos bairros na cidade de Rio Branco nos idos das décadas de 1970 e 1980. Nesse período, outro negro, João Eduardo do Nascimento, também foi assassinado por tomar a liderança na distribuição equitativa dos lotes de terras para as famílias de seringueiros(as) que migravam para a cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre.

Para compreender esse movimento de pessoas negras nas lutas contra a destruição da floresta e pelo direito à terra nas cidades, Souza (2011) afirma que não se tratava de um movimento negro organizado nos moldes que conhecemos desde que foi criado o Movimento Negro Unificado, em 12 de junho de 1978 em São Paulo. Entretanto, o número de negras e negros no interior dos seringais, nas colocações e no movimento dos seringueiros no Acre, era bastante significativo. Em uma entrevista realizada com um dos militantes que conheciam esse grupo de sindicalistas em Brasiléia e Xapuri, Souza (2011) registrou o seguinte:

A Dercy mesmo é negra. Os irmãos dela que também participavam do movimento são negros. [...] Os Monteiros são negros. O Chico Marinho, o Sabá Marinho são negros. Então, havia muitos negros, porque os negros tinham uma presença muito forte na indústria do seringal, no extrativismo. Só que eles foram mandados para cá, tanto negros como brancos e índios, que aderiram ou que foram obrigados a aderir à empresa do seringal, eles tinham aquela condição estratégica do seringal, e que era uma imposição do modelo de exploração extrativista da borracha, que era isolá-los nas colocações de seringas. Então era impossível fazer um movimento só de negro, só de índio ou só de mulheres (Souza, 2011, p. 206).

Dercy Teles não é militante do Movimento Negro Unificado que iniciou a gestão no Acre, em 2019. Essa mulher negra também não se envolve em causas feministas, entretanto, continua sua luta contra o desmatamento da Amazônia e pelo uso adequado das 22 Unidades de Conservações Ambientais - UCS, representadas pelas Reservas Extrativistas - RESEX conquistadas na Amazônia acreana com o sangue de muitos seringueiros(as) assassinados(as) no exercício de defesa da floresta.

Somente após vários assassinatos de pessoas negras, líderes sindicais e comunitários, as atenções nacional e internacional sobre a Amazônia ganharam os holofotes. Esse contexto foi descrito por Souza (2011) ao registrar uma entrevista com Osmarino Amâncio no ano 2002 contextualizando a questão, no âmbito estratégico dos conflitos gerados:

Em [19]80 foi começando, tombou Wilson Pinheiro, Jesus Matias, Ivair, Raimundo Calado, Zé Pretinho, e aí vai uma lista. Quando a gente viu só neguinho caindo, aí começamos em [19]80, [19]81, [19]82, mudar a discussão e dizer: - olha! nós precisamos fazer com que o que está acontecendo aqui seja ouvido lá fora. O ano de 1983, foi só de reuniões sobre e como a gente ia fazer isto. Mas nesta época do começo dos anos [19]80 chegaram aqui os ambientalistas, os ecologistas (...) (Souza, 2011, p. 206).

Inegavelmente, o (STR) foi a instituição que criou nos seringueiros, a esperança de reverter as investidas dos empresários que expulsavam as famílias e destruíam a floresta para

o empreendimento agropecuário. As 22 Unidades de Conservação criadas no Acre, certamente é resultado dos embates de militantes de todas as tonalidades de cores, que juntamente com as mulheres negras e homens negros(as) lutaram para não acontecer uma devastação pior que as que já ocorreram.

Os fenômenos identificados na expropriação da floresta amazônica desencadearam novos eventos ocorridos nas cidades acreanas a partir das lideranças de outros atores negros, corroborando as assertivas encontradas em Foucault (1972, p. 136) ao afirmar que “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de "baixo" e se distribua estrategicamente”. A resistência e o empoderamento de negras e negros nos (STRs) resultou em sua organização “frente a política global do poder [com] revides locais, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas” (Foucault, 1972, p. 44).

Os embates empreendidos por João Eduardo, Dercy Teles, entre outros(as) que continuam reivindicando direito à terra nas cidades da Amazônia acreana, emergem da mesma consciência de classe construída nas lutas contra a expropriação da floresta, porém, com finalidades distintas, direcionadas aos direitos sociais de infraestrutura urbana de saneamento básico, segurança, moradia, emprego e escolarização.

Dentre todos os negros e negras registrados na presente pesquisa, apenas Dercy Teles continua viva e mantém o legado dos que morreram nas lutas em defesa da floresta no Acre. Ela é o resultado de um movimento político-sindical que combateu “todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado” (Foucault, 1972, p. 46).

## **TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS RESULTANTES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DA FLORESTA PARA AS CIDADES**

O poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder (FOUCAULT, 1972, p. 80).

Como as ocupações eram constantes e intensas nas décadas de 1970 e 1980, foi inevitável o grande êxodo das milhares de famílias expulsas dos seringais para as cidades em busca de um lote de terra para moradia. Antes da chegada dos grandes empresários, grupos

compostos por grileiros ameaçavam e expulsavam as famílias dos seringueiros que residiam nos lugares de floresta. O objetivo dos atravessadores era intermediar a venda das terras para os grandes latifundiários. Após invadirem as terras, ofertavam preços irrisórios para as famílias de seringueiros ao passo que vendiam por maiores valores aos recém-chegados empresários que instalavam seus maquinários para iniciar a abertura das clareiras no interior da floresta para criação de gado.

Ao tempo que analisa o papel do intermediário (grileiro) nas questões agrárias, Martins (2000, p. 41) compreende que esses também são forasteiros “mais sem direitos do que sem-terra e é o caso, também, dos pequenos agricultores vitimados pelo minifúndio”. Nessa compreensão, há um embate entre grupos oprimidos na tentativa de garantir alguma vantagem sobre os inevitáveis resultados das políticas de ocupação da Amazônia. Aquela política desestabilizou a organização social das famílias e comunidades da floresta. Produziu conflitos de classes divergentes e exacerbou o caráter explorador das relações produtivas ampliando “a relação que existe entre o poder e a luta, em particular a luta de classes” (Foucault, 1972, p. 147).

Ao se analisar esses movimentos migratórios resultantes de relevantes transformações sociais, faz-se necessário levar em conta as peculiaridades inerentes ao processo de ocupação implementado pelo Governo Federal para Amazônia. Nas palavras de Fernandes (2015, p. 30), “em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo”. Compreender essa constatação implica na necessidade de constante atualização da produção teórica “por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade” (Fernandes, 2015, p. 30).

A questão agrária para Fernandes (2015, p. 30) “é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores”. Na Amazônia, esse movimento apresenta características distintas, porém, com resultados “inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (Fernandes, 2015, p. 30). Em cada local ou região, essas relações de produção se apresentam impregnadas de interesses específicos de grupos opostos. Os ex-seringueiros e suas famílias se encontravam no centro do “cabo de guerra” que se formou entre os interesses dos grileiros, de um lado e, dos pequenos e grandes latifundiários do outro. O resultado foi a

intensa migração compulsória dos habitantes da floresta para as periferias das cidades na Amazônia acreana, com destaque para a cidade de Rio Branco.

Após as migrações para as áreas urbanizadas, teve início outro processo de ocupação das áreas periféricas nas cidades acreanas resultando no assassinato de outro homem negro: João Eduardo. Esse homem negro liderou a distribuição de lotes na periferia da cidade de Rio Branco e insistiu na repartição equânime das terras para cada família, por esse motivo, enfrentou grupos de grileiros que se aproveitavam do contexto de ocupação para se apropriarem do maior número possível de lotes visando comercialização futura.

Ao migrar para a cidade de Rio Branco, João Eduardo mantinha a família, realizando trabalhos de pedreiro e carpinteiro. Foi um dos muitos operários contratados para trabalhar na construção da Ponte Coronel Sebastião Dantas, na Administração do Governador Wanderley Dantas na década de 1970. Esse governador fora chancelado pelo Regime Ditatorial Militar ao tempo que redirecionou a produção local que em sua maior parte era baseada no extrativismo vegetal e doravante passou a priorizar a agropecuária e o latifúndio pela criação de programas de assistência à nova reorganização econômica. Foi nesse contexto político que migrantes sulinos foram incentivados a comprar terras com preços baixíssimos no Estado do Acre (Ronaltti, 2010).

O assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Brasília Wilson Pinheiro, aconteceu em 21 de julho de 1980 e sete meses após, na capital do Acre, na cidade de Rio Branco, novamente outro líder comunitário negro, João Eduardo do Nascimento, foi assassinado no dia 18 de fevereiro de 1981. Em que difere o assassinato do negro Wilson Pinheiro para João Eduardo? Era o fato de o primeiro pertencer às frentes de lutas contra os sulistas em áreas de floresta. O segundo ocupava a vanguarda nos embates pelos lotes de terras na periferia da cidade de Rio Branco, e por ocupar posição estratégica de liderança comunitária, além de insistir na divisão e distribuição equitativa de apenas um único lote para cada família, foi assassinado pelas mãos de grupos ambiciosos que almejavam se apropriar de maiores espaços, em lugares privilegiados no conjunto das terras que estavam sendo divididas.

O legado desse homem negro assassinado em nome da justiça na distribuição dos lotes de terras, foi registrado nas identificações dos três bairros que surgiram no local do seu martírio. O lugar do assassinato resultante da disputa foi institucionalizado pela câmara de

vereadores da cidade de Rio Branco como Bairro João Eduardo I, com a ampliação das ocupações formaram adicionalmente os bairros vizinhos, João Eduardo II e III. Esses três bairros na cidade de Rio Branco permanecem (em 2024) como legados das lutas e estão ocupados em sua maioria por descendentes das famílias expulsas de suas residências nas florestas nas décadas de 1970 e 1980.

As reflexões encontradas em Mbembe (2018, p. 5) evidenciam o conceito de Estado enquanto protagonista de uma espécie de necropolítica estrategicamente pensada e planejada pelo poder e pela “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Não é por acaso que após 42 anos do assassinato de João Eduardo e Wilson Pinheiro, os bairros que trazem as homenagens registradas em seus nomes, tornaram-se também lugares dominados por facções rivais que seduzem crianças e jovens a enveredarem por caminhos tortuosos, induzindo-os ao enfrentamento com as forças policiais e judiciais do Estado. O poder repressivo estatal mencionado por Mbembe atua com mão forte nos lugares “em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim” (Mbembe, 2018, p. 32-33).

Ainda que parte desses bairros estejam dominados por facções, lembramos das palavras de Foucault, (1972, p. 80) ao asseverar que “o poder [político e econômico] em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo”. No contexto contemporâneo, desde 2019 o Movimento Negro Unificado na cidade de Rio Branco atua politicamente em favor das famílias residentes nesses bairros. Esse movimento é ciente que “cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder” (Foucault, 1972, p. 80).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos neste estudo, elementos constituintes da resistência de mulheres negras e homens negros, contra a política de ocupação da Amazônia acreana, após a implantação da frente agropecuária nas fronteiras amazônicas, pelo ingresso de pequenos e grandes latifundiários que expulsaram famílias e comunidades de seringueiros obrigando-os a migraram compulsoriamente para áreas urbanizadas das cidades acreanas. Os intensos

movimentos sociais foram acirrados e se agravaram com a criação dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), inicialmente na cidade de Brasiléia no Estado do Acre e, posteriormente por outras cidades que enfrentavam os mesmos problemas nas décadas de 1970 e 1980.

O sindicato rural enquanto instituição aglutinadora das comunidades foi o palco onde negros e negras, juntamente com pessoas de outras tonalidades de cores, lutaram contra a expropriação das terras na região da Amazônia acreana. Os movimentos de resistência resultaram no assassinato de sindicalistas, a exemplo de Wilson Pinheiro, de ambientalistas na pessoa de Chico Mendes e de líderes comunitários similares a João Eduardo, assassinado no *front* de batalha na busca pela justiça na distribuição equânime das terras ocupadas nas periferias da cidade de Rio Branco. A continuidade dessa trama em áreas urbanas, foi o resultado das transformações sociais resultantes dos movimentos das famílias e comunidades de seringueiros(as) que migraram da floresta para os espaços citadinos.

Mesmo após os assassinatos de variados líderes sindicais e comunitários, Dercy Teles, uma mulher negra que empreendeu o combate a partir da década de 1980 em diante, continua lutando até os dias atuais (2024) e mantém em relevo o legado dos militantes negros que tombaram em jazigos nas lutas pela defesa da floresta no Acre. Ficou evidente nas análises e discussões, que a política de ocupação das fronteiras amazônicas estava impregnada de subjetividades econômicas conduzida pelo Estado brasileiro na criação de narrativas de proteção das fronteiras, enquanto o elemento fulcral subjazia nos hercúleos investimentos de destruição da floresta para abertura de pastos com objetivos de atender setores econômicos agropecuaristas.

Compreendemos que essa trama ainda permanece em andamento não apenas pelos embates empreendidos por Dercy Teles, mas principalmente pelas mortes de sindicalistas a exemplo de Wilson Pinheiro que sequer foi a julgamento, evidenciando o contexto repressivo dos governos militares da época. Além disso havia os interesses das classes oligárquicas políticas e da burguesia local que se aproveitou das condições de expropriações das terras dos seringueiros para também se apropriarem das áreas de floresta em cumplicidade aos pequenos e grandes latifundiários que migraram para essa região.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. R. de; ISHII R. A. Cultura e natureza, arte e política na Amazônia acreana. *Fragmentos de cultura, Goiânia*, v. 24, n. 2, p. 195-210, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/3304/19172014>. Acesso: 14 agosto de 2023.
- BOMFIM, A. M. do; OLIVEIRA, T. da S.; SOUZA, J. R. de. A efervescência social e política contribuiu para que esses dois grupos participassem ativamente na criação do Partido dos Trabalhadores - PT, no Acre no ano de 1980 (*GPTEEA do IFRJ, Campus Nilópolis*, V.20, nº 43, (setembro-dezembro) 2022).
- BRASIL, *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" Brasília: 2003. Acesso em: 26 junho de 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)
- COSTA, W. M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. 7ª ed. Contexto. São Paulo: 1997. 83 p.
- CRUZ, T. A. *Movimento de Mulheres Camponesas do Acre: 25 anos de organização e lutas*. Universidade Federal do Acre. Pesquisa realizada com recursos da Chamada 32/2012 de CNPq, MDA e SPM. Ano 2012.
- DRMN, Dossiê Rebeliões Motins e negociações. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. Centro Sérgio Buarque de Holanda Junho de 2010. Disponível:<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revistaperseu/article/view/194/156>. Acesso: 13 agosto de 2023.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Trad.: José Laurênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDES, B. M. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: Ramos F.; Eraldo. S. et.al *Estado, políticas públicas e território*. 1 ed. São Paulo: outras expressões, 2015, p.280.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. [Dispositivo online] 1972.
- GUALBERTO, G. Há 40 anos Wilson Pinheiro foi assassinado. *Fundação Perseu Abramo*. São Paulo: 2020 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2020/07/21/ha-40-anos-wilson-pinheiro-foi-assassinado>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- MARTINS, E. *Valdiza Alencar, a mulher do Sindicato*. Revista Xapuri socioambiental. 21 abril de 2023. Disponível em: <https://xapuri.info/valdiza-alencar-a-mulher-do-sindicato/> acesso: 14 agosto de 2023.
- MARTINS, J. de S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução: Renata Santini. 3ª Edição, São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAIS, M. de J. *“Acreanidade”*: invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: Edufac, 2016.

ROCHA, F. R. L. da. *Inaudíveis e invisíveis*: representações de negros na historiografia acreana. 2011. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

RONALTTI, I. João Eduardo, o líder da baixada. *Blog Fala Baixada*, Rio Branco, 17 de novembro de 2010. Disponível em: <https://falabaixada.blogspot.com/2010/11/joao-eduardo-o-lider-da-baixada.html>. Acesso em: 07 fevereiro de 2020.

SANTANA, V. D. T. Primeira mulher presidenta sindicalista rural na Amazônia. *InformANDES nº 137*. Brasília (DF): Março de 2023. Acesso em 17 agosto de 2023. Disponível em: [https://andes.org.br/img/midias/8fd1bb2aed72518ea23e18eeb7fd6412\\_1680113115.pdf](https://andes.org.br/img/midias/8fd1bb2aed72518ea23e18eeb7fd6412_1680113115.pdf).

SOUZA, J. D. de. *Entre lutas, porongas e letras*, a escola vai ao seringal: (re)colocações do Projeto Seringueiro (Xapuri/Acre-1981/1990). Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. 259f.

Recebido em 30 de agosto de 2023.

Aprovado em 01 de dezembro de 2023.





## RASTROS HISTÓRICOS EM *O MAMELUCO* (1882): SOCIEDADE E POLÍTICA NA BAHIA DO SÉCULO XIX

DOI: 10.48075/ri.v26i2.32654

Lara Faria Jansen Franca<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como propósito apresentar questões de ordem histórica, política e social a respeito da sociedade baiana do século XIX presentes no romance-folhetim “O mameluco”, publicado em 1882 no periódico *O Echo Sant’amarense*, com foco para a relação entre a Guerra do Paraguai e a escravização vigente no país à época. Para isso, será traçado um panorama a respeito divulgação desse conflito armado em vários pontos do território nacional e como a literatura e o jornalismo (maior meio de publicação dos escritores oitocentistas) estiverem envolvidas na construção de diversos discursos que impactaram tanto os movimentos abolicionistas quanto os que desejavam a manutenção do sistema em voga. Dessa forma, a pesquisa foi realizada a partir de buscas em fontes primárias de jornais coletados da Hemeroteca Digital, bem como de estudos bibliográficos de autores como Sampaio (2019), Cerqueira (2019), Júnior (2008), Kraay (2012), Silva (2016), entre outros. A partir desse aporte, pode-se concluir como os direcionamentos discursivos, políticos e literários em meios de circulação escrita tiveram grande poder na construção do imaginário popular a respeito da guerra, das discussões em volta do abolicionismo, em suma, da própria identidade de nação ligada a essas questões.

**Palavras-chave:** O mameluco; Guerra do Paraguai; escravização.

## HISTORICAL TRACES IN *O MAMELUCO* (1882): SOCIETY AND POLITICS IN NINETEENTH-CENTURY BAHIA

**ABSTRACT:** The purpose of this work is to present historical, political and social questions about 19th century Bahian society in the novel-folhetim “O mameluco”, published in 1882 in the periodical *O Echo Sant’amarense*, with a focus on the relationship between the Paraguayan War and the enslavement in force in the country at the time. In order to do this, an overview will be drawn up of the dissemination of this armed conflict in various parts of the country and how literature and journalism (the main means of publication for nineteenth-century writers) were involved in the construction of various discourses that had an impact on both abolitionist movements and those wishing to maintain the system in vogue. In this way, the research was based on searches in primary sources of newspapers collected from the Hemeroteca Digital, as well as bibliographical studies by authors such as Sampaio (2019), Cerqueira (2019), Júnior (2008), Kraay (2012), Silva (2016), among others. From this, it can be concluded how the political and literary discursive directions in print media had great power in building the popular imagination about the war, the discussions around abolitionism, in short, the very identity of the nation linked to these issues.

**Keywords:** O mameluco; Paraguayan War; enslavemen.

<sup>1</sup> Formada em Licenciatura em Letras pela UEPA. Mestra em Estudos Literários pela UFPA. Atualmente, atua como professora de Língua Portuguesa da rede Municipal de Educação de Belém (SEMEC/PMB). E-mail: larafariaf@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Publicado poucos anos antes da abolição da escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889), o romance *O mameluco* apresenta questões cruciais na conjuntura de transformações da sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX. Isto é, o tempo do enredo e o tempo de publicação da obra, além de dialogarem entre si com os aspectos históricos levantados, também apresentam recortes essenciais para se compreender o romance de Amélia Rodrigues dentro do sistema literário da época, momento em que a estética realista começa a entrar em voga nos meios letrados. Sobre isso, destaco os contextos das décadas de 60 e 70 do século XIX, quando a Guerra do Paraguai, as discussões sobre o abolicionismo e as campanhas e disputas em torno do declínio da monarquia e ascensão da república eram tópicos frequentes de discussão entre os meios de comunicação do período.

Ambientado no ano de início da guerra (1864), o romance apresenta uma perspectiva crítica da realidade social a partir da contestação sobre as movimentações políticas para a participação do país no conflito, fato esse que impactou diretamente a realidade socioeconômica da Bahia durante o período. Mesmo com uma forte aproximação dos moldes literários do romantismo brasileiro vistos em obras indianistas anteriores ao *O mameluco*, a exemplo de *A lágrima de um Caeté* (1849) e *O Guarani* (1857) é perceptível a criação de um espaço de crítica e reflexão social em uma camada mais sutil e menos aparente do que o romance romântico retratado, fato que chama atenção também para as condições de publicação da mulher escritora no século XIX, além das especificidades vinculadas ao meio em que o romance circulou.

Além disso, também apresenta múltiplos elementos que dialogam com a estética romântica brasileira, principalmente no que diz respeito ao caráter descritivo dos elementos naturais como ambientação para a realidade social local. Em relação a isso, Santos (2010) aponta como a preocupação com a natureza assumiu um papel importante no movimento de construção da imagem de nação entre a independência política do país (1822) e a proclamação da República (1889), circunstância esta que reverberou nos romances regionalistas brasileiros do século XIX com a equiparação de natureza e ser humano como protagonistas da formação nacional, no sentido de tentar equilibrar as características locais (o indígena, o sertanejo e a natureza tropical) com a linguagem estética herdada do lirismo romântico europeu. Dessa maneira, a obra de Amélia Rodrigues também apresenta essa característica ao caracterizar em diversos momentos o cenário local em uma espécie de

retrato da região a partir de uma perspectiva que deixa transparecer, muitas vezes, admiração pelo lugar.

Isso pode ser observado a partir da delimitação do cronotopo da obra a partir de índices temporais e espaciais que contextualizam uma representação do sertão baiano em meados do século XIX, mais especificamente das terras atravessadas pelo rio Paraguaçu. A figura desse rio no romance é significativa tanto por ser um lugar-comum para cenas importantes da trama quanto por representar um elemento contextual da vida social à época, principalmente quando relacionada às atividades produtivas daquele meio. Em vista disso, é possível destacar como a caracterização feita do rio evidencia tanto características geográficas da região como aspectos históricos, a exemplo da formação de expedições para a extração de diamantes em localidades próximas e a formação de um El Dorado brasileiro com o grande deslocamento de pessoas para o sertão em busca das riquezas locais. Sobre esse contexto, Ávila *et al.* (2020) afirmam que o rio, de nome tupi, cumpriu durante séculos um papel de integração na Bahia por servir de entrada para as terras do sertão baiano, tendo no século XIX contribuído para o desenvolvimento do comércio, da produção do café e da mineração, contexto destacado por Amélia Rodrigues ao mencionar o enriquecimento e disputas de poder envolta dos recursos naturais disponíveis no interior da província. Nas palavras da escritora, o rio:

Banhando um terreno riquíssimo de diamantes, recebe como confluente uma infinidade de córregos, dentre os quais alguns leitos parecem formados tão somente das preciosas pedras; e orlando de muitas e belas fazendas de gado ostenta-se majestoso, enorme serpente de prata, espalhando fertilidade e trazendo ao litoral as riquezas do sertão. (...) Quem sabe se não geme com saudades dos tempos em que embalava a piroga do selvagem, ouvindo-lhe o canto de guerra ou retratando as formas da caboclinha faceira que se mirava nele como no melhor espelho! Entretanto, esses tempos já foram, aos gritos dos indígenas sucedeu o silvo da locomotiva, às trevas sucedeu a luz, à solidão da natureza esplêndida, que o rodeava somente, sucederam a civilização, a indústria, o caminho do progresso (Rodrigues, 2022, p. 12).

Além disso, Lilia Schwarcz (2014) menciona como o projeto de nação pautado em materiais visuais executado durante o segundo reinado, por meio do financiamento de telas de artistas como Pedro Américo e do incentivo à fotografia, esteve diretamente associado ao indigenismo romântico no que diz respeito aos modos de compor a paisagem dos trópicos, uma vez que a literatura em obras como a de Gonçalves Magalhães e Gonçalves Dias já havia iniciado com sucesso o processo para esse modelo de representação. Assim, tanto o retrato da natureza quanto a interpretação idealizada do bom selvagem perpassariam pelas lentes desse ideal civilizador ao serem “representados ora de maneira pacífica e idealizada (coerente

com a literatura romântica de época), ora como mortos ou que viriam a morrer.” (Schwarcz, 2014, p. 400). Dentro dessa perspectiva, o capítulo que apresenta o romance entre um rico herdeiro português com uma nativa é revelador no que diz respeito a alguns aspectos do personagem indígena na produção ficcional oitocentista. Com efeito, a presença dessa figura no romance destaca tanto a imagem heroica e idealizada do nativo, como também mostra a visão do homem branco a respeito deles ao evidenciar uma visão associada ao imaginário selvagem/bárbaro desses povos.

Soma-se à essa construção crítica a questão da situação do indivíduo negro durante o século XIX em diversos aspectos e papéis, com destaque para a questão paternalista, a qual é uma característica que é muitas vezes encontrada em romances de cunho abolicionista, de acordo com Goés Benevides e Lontra Fagundes (2019), por meio da representação do sentimento de gratidão pela ausência recorrente de um tratamento violento ou supostas benesses dadas aos escravizados a partir do convívio com os brancos, como também pela dinâmica da concessão de alforrias na construção de um senhor de engenho mais humanizado, fundamentado uma aparente relação de filantropia senhorial que, ao contrário de garantir direitos constitucionais aos cativos, reforçava a necessidade da manutenção desse sistema escravocrata. Conseqüentemente, a questão do negro também é explorada por meio de diferentes construções que ora evidenciam uma denúncia social das condições as quais os escravizados eram submetidos, ora reforçam a estrutura escravista por meio da linguagem ou da nuance paternalista que atravessa o enredo. Nesse sentido, o sujeito negro é representado em situações e posicionamentos diversos a respeito da tensão entre tradicionalismo e progressismo discutidos na sociedade à época.

Em relação a isso, Juliana Muñoz (2019) destaca que a presença do personagem negro na literatura brasileira é deslocada para o centro da narrativa ficcional a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente no período abolicionista, de modo que representa também a cooperação dos intelectuais brasileiros na definição da alteridade nacional, ainda que fundamentada em ideias eurocêntricas. Assim, a pesquisadora afirma que o negro é apresentado por meio de diferentes facetas como a do cativo sofredor e melancólico, do servo como fonte de inspiração para produções opositoras ao sistema escravista, do escravizado nobre e submisso, da escravizada sexualizada, do negro infantilizado e indefeso, do negro feio, do negro imoral ou vingativo, entre outras. Em meio a essas diferentes expressões, este estudo terá como foco a figura do negro escravizado e a

relação de manutenção de sua subalternidade dentro das movimentações políticas ligadas à Guerra do Paraguai, bem os reflexos dessa conjuntura no romance *O mameluco* (1882), de Amélia Rodrigues.

## ENTRELAÇAMENTOS POLÍTICOS E LITERÁRIOS NO SÉCULO XIX

A respeito da guerra, Amélia Rodrigues tece uma das poucas críticas expostas de maneira explícita e contundente ao longo de todo o romance, sendo, inclusive, reservado o espaço de um capítulo inteiro para expor a sua posição a respeito das decisões políticas do país em tal conjuntura histórica. Além disso, o contexto em que a autora publica o romance, doze anos depois do fim da guerra, é um momento muito conturbado e amplamente impactado pelas repercussões e disputas internas que começaram a se expandir pelo território durante o período da guerra, como as discussões sobre os impactos econômicos e sociais do movimento abolicionista e as disputas político-partidárias entre liberais e conservadores sobre as formas e rumos de governo no Brasil. Logo, para se compreender alguns aspectos na composição do romance, bem como a posição que a autora assume perante os discursos circulantes sobre esses temas, esta seção irá percorrer brevemente sobre os principais pontos que constituíram os dois recortes temporais destacados, além de identificar suas relações com a obra em questão.

Iniciada no ano de 1864, a Guerra do Paraguai assumiu muitas faces para a política e a sociedade brasileira do século XIX, principalmente quando se fala em questões envolvendo conflitos raciais e o embate entre os discursos abolicionistas e tradicionalistas, tema ao qual Amélia Rodrigues também não foge ao expor como a guerra foi usada para perpetuar a percepção objetificada e cruel para com os povos inferiorizados dentro de um sistema escravocrata já em crise devido as mudanças econômicas e sociais que aconteciam à época. Dentro dessa perspectiva, as peculiaridades da província da Bahia no que diz respeito as questões como escravização e mestiçagem, temas presentes no romance, e suas relações com as decisões político-econômicas também constitui um aspecto central na discussão sobre a guerra.

Principalmente quando a escritora delimita indivíduos sociais específicos que foram impactados por essas diretrizes políticas em seu romance, a exemplo do personagem Fernando Santa Luz, descrito como mameluco e marcado desde o título da obra como peça central dentro das movimentações, apoios e contestações representativas do contexto de

guerra. Em relação a isso, é interessante destacar as delimitações de significado da palavra mameluco, uma vez que ela se encontra atravessada por todas as questões apontadas anteriormente. De acordo com Paiva (2015), apesar de o termo ter origem árabe, para se referir tanto a escravos quanto a membros de milícias turco-egípcias (escravos caucasianos de orientação islâmica), ele sofreu algumas modificações até a sua introdução no contexto colonial brasileiro, onde passou a designar os filhos oriundos do processo de mestiçagem, principalmente de uniões entre brancos e indígenas, de forma semelhante à acepção corrente durante o período medieval Português, na qual identificava as crianças nascidas de uniões entre portugueses e mouros.

No que diz respeito ao contexto do conflito, Marcos Vaz Sampaio (2019) aponta que a Guerra do Paraguai teve importante influência na recuperação econômica da província da Bahia na década de 1860, em relação a crise vivida durante a década de 1850. A eclosão dessa guerra permitiu a extensão de um momento propício no desempenho econômico da região, a exemplo do crescimento de exportações que dinamizaram o mercado local. No entanto, para além dos efeitos positivos, tal conjuntura também evidenciou a economia frágil, a alta concentração de renda, baixa monetização e dinamização fundamentada em um modelo primário-exportador que dependia de fatores externos para alavancar sua expansão e crescimento local, fatores que colocam em evidência o embate entre tradição e progresso na segunda metade do século XIX mencionado anteriormente por Queiroz (2022).

Dentre os muitos eventos ocorridos na década de 1850 e que prejudicaram o desenvolvimento local baiano, o autor destaca a instabilidade da política monetária em razão da disputa entre papelistas (em prol da descentralização emissora da moeda) e metalistas (em prol da centralização e restrição da moeda), a epidemia de cólera-morbo (1855), a grande seca (1857) com repercussões na agricultura de subsistência e pecuária, a crise internacional de 1857 de superprodução agrícola dos EUA durante a Guerra da Crimeia (1853-1856) com efeitos deletérios posteriores no Brasil e a escassez de moeda circulante. De acordo com Vaz Sampaio (2019), esse período correspondeu a um momento de declínio das correntes de comércio e das exportações baianas em um quadro econômico que só irá apresentar melhoras a partir do período de guerras da década de 1860, mais especificamente com a Guerra de Secessão (1861-1865) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). Logo, percebe-se que a propaganda (veiculada por meio de depoimentos, notícias, cartas e outros gêneros em torno do tema) em favor da participação do Brasil na guerra tem um fundo mais amplo do que a

chamada pelo patriotismo da nação ou a defesa territorial da bacia platina para livre navegação, sendo também movida por interesses da elite e de representantes políticos de regiões que passavam por crises econômicas.

Em vista disso, a recuperação do desenvolvimento local e o crescimento no desempenho econômico da província se deu tanto por causa da supressão de áreas de produções agrícolas estadunidenses que eram concorrentes às mercadorias de origem baiana, de forma que produtos como o algodão, o açúcar e o fumo conseguissem penetrar em regiões antes atendidas pelas partes em conflito na Guerra de Secessão, quanto pelas medidas adotadas pelo governo imperial no curso da Guerra do Paraguai. Ao citar Waldemar Mattos (2011), o autor aponta que esta última guerra, ao mesmo tempo que desfalcou a força trabalhadora da lavoura baiana ao direcionar a soma aproximada de quase vinte mil homens para o conflito, impulsionou o comércio exterior da província com relações mercantis pautadas na vitalidade do crescimento financeiro, em vista das desvalorizações cambiais que estimularam as exportações do período e o aumento das emissões de papel-moeda (para financiar os esforços de guerra e manter o dinamismo econômico durante os momentos de instabilidade) que, mesmo com prejuízos, aqueceram o mercado doméstico e fortaleceram as estruturas produtivas locais.

Além disso, para o autor, outro fator propício foi o afastamento do território baiano das regiões diretamente envolvidas no conflito. Em suma, a Guerra do Paraguai (1864-1870) estimulou uma política financeira mais flexível, fato que favoreceu a expansão da atividade econômica em locais como a Província da Bahia, a qual manteve como cerne de seu desenvolvimento econômico um modelo primário-exportador de alta concentração de renda pela elite provincial. Ou seja, é possível perceber como o uso da guerra a partir de um viés positivo na contribuição do desenvolvimento de uma região também foi um fator que atravessou as construções ideológicas sobre a importância do conflito na formação de uma identidade e nacionalidade dita brasileira.

Em conformidade com a perspectiva de usos da guerra para além da justificativa de defesa da nação, Cerqueira (2019) também expõe os diferentes interesses em jogo no que diz respeito a participação do país no conflito ao apontar as disputas ideológicas a partir da análise discursiva de grupos políticos concorrentes nos periódicos do século XIX. Neste sentido, a pesquisadora busca demonstrar como os jornais foram usados em tentativas de construções ideológicas a respeito da ideia de nação durante o interstício da Guerra do

Paraguai e a década posterior a ela a partir do mapeamento de posicionamentos contra e a favor tanto da guerra quanto da manutenção da monarquia.

Segundo Reis (2008 *apud* Cerqueira, 2019, p. 57), a própria imprensa do período estava ciente da influência que exercia no debate público acerca de determinados assuntos políticos, tal como é possível perceber a partir da percepção do jornal *Noticiador de Minas* (1868-1873) ao descrever essa instituição como uma espécie de quinto poder (ao lado do Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador). Ou seja, a imprensa (e inclui-se aqui a literatura como uma parte constitutiva) também assumiu muitas vezes, segundo Cerqueira (2019), o lugar de artifício político, uma vez que era o lugar de alcance para reflexões, reivindicações e protestos perante a sociedade.

Dessa forma, a imprensa do século XIX, mais especificamente nas décadas de 60 e 70, vai desvelar embates políticos e sociais a respeito do papel da guerra para o Estado brasileiro, com destaque para a criação de sentidos positivos de reconhecimento e integração da população durante os anos de conflito. De acordo com a autora, grande parte dos periódicos analisados buscaram construir e reforçar o poder simbólico do Estado Imperial e apoiar o exercício de poder da monarquia a partir do partido conservador, de modo que as propagandas e notícias da participação do Brasil na guerra eram veiculadas a partir aspectos supostamente necessários para a sociedade, além de pintar uma imagem heroica do país.

Como exemplo Cerqueira (2019) traz o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (1827-2016), editado pelo próprio chefe dos Voluntários da Pátria no período em questão, além de contar com uma coluna de autoria de D. Pedro II. De caráter conservador e de estímulo às estratégias políticas do governo imperial, o jornal publicou notícias e cartas particulares a respeito dos acontecimentos políticos mais expressivos do período, bem como constituiu o espaço intelectual onde se deu início ao que a autora denominou de desenvolvimento de uma cultura nacional nos anos finais da guerra, ideia a qual os representantes e apoiadores da monarquia se apropriaram para tentar solidificar uma política de transição. Além disso, outro periódico pioneiro na vinculação da guerra com uma identificação nacional como uma estratégia política foi o *Jornal Diário de São Paulo* (1865-1878) ao trazer discursos de característica apelativa aos leitores, de modo a criar uma motivação para o alistamento nos corpos de Voluntários da Pátria:

As fadigas da campanha não são todos os dias, nem todas as horas. A vida do soldado em campanha tem também, seu recreio, suas aventuras, mas quando fosse uma vida toda de penas e de fadigas, não se terá em conta o dever, de defender os próprios lares, e de vingar a honra nacional? Cada casa incendiada, cada rez arrebanhada,

cada palmo de terreno pisado pelo inimigo bárbaro não são uma exprobração de covardia ao brasileiro que o consente? Não são outros tantos desafios atirados a sua face pelo bárbaro guarani na presença do mundo espectador? (Jornal Diário De São Paulo, São Paulo, 8 ago. 1865 *apud* Cerqueira, p. 94, 2019).

Segundo Cerqueira (2019), essa foi uma medida propagandística e de incentivo necessária, uma vez que no decorrer do primeiro ano de conflito os números de indivíduos inscritos para compor os batalhões começaram a cair, fato que posteriormente contribuiu para o recurso governamental de lotar escravizados nos campos de batalha. Além disso, a autora também evidencia outras publicações relacionadas ao uso da guerra para a legitimação de uma cultura nacional atrelada a Coroa como, por exemplo, as cobranças para a garantia de pagamento de pensões e honrarias militares para os que serviram militarmente; a discussão de medidas governamentais em forma de lei para a construção de uma memória de guerra por meio ações simbólicas, como a concessão de medalhas, para aumentar o orgulho e a identificação nacional da população com os chamados heróis de batalha; a divulgação da visita do imperador D. Pedro II como o “voluntário número 1” no campo de batalha em Uruguiana (1865) em uma demonstração patriótica; entre outras matérias e colunas que colocavam a guerra como um fator de autoafirmação do Estado Nacional.

Sobre isso, a autora destaca que esse período corresponde a um momento em que o Estado submeteu o território nacional a uma ação coercitiva legitimada, na medida em que controlava os meios dessa coerção a partir do exército, da intelectualidade por trás da imprensa, e das relações com os homens em cargos públicos ministeriais. Dessa forma, a autora afirma que todas as movimentações políticas ocorridas na imprensa oitocentista só puderam ser possíveis porque a intelectualidade da época não estava desvinculada do fazer político, bem como de posições dentro das ideologias correntes, uma vez que os escritores e redatores muitas das vezes também eram ocupantes de cargos de governo. Ao citar Smith (1991 *apud* Moreno, 2014), a Cerqueira (2019) também aponta para o lugar dessas representações escritas no embate discursivo que perpassou a compreensão de identidade nacional (e que penetrou também no fazer literário). Assim, tanto a Guerra do Paraguai quanto a imprensa periódica, por meio de diversos grupos intelectuais da época, inclusive literatos, foram usados para forjar uma espécie de identificação nacional entre governo, território e população:

Durante o desenrolar da guerra, a imprensa periódica do Império serviu-se dos acontecimentos dos campos de batalha para proporcionar o estímulo para as razões do conflito como algo necessário, pois era a defesa de uma causa dita como nacional, já que habitávamos o mesmo território, e os intelectuais do IHGB já haviam escrito narrativas que davam sentido a essa ideologia. Da mesma forma, por meio da

guerra, ajudava a construir um discurso legitimador a fim de que essa identidade nacional se consolidasse atrelada a ideia da Monarquia (Cerqueira, 2019, p. 93).

Entre outros destaques nos jornais, a autora também traz a reconstrução de cenas de guerra, de forma a retratar a face heroica do país e buscar firmar a instituição monárquica como poder soberano e estável:

Exemplos também de dedicação não lhes faltavam para robustecer o sentimento de patriotismo que os dominava. Quando reapareceu no exército o Visconde do Herval, com o rosto amarrado e sua gloriosa ferida ainda aberta, para tomar parte na campanha que se iniciava, não se pode calcular o entusiasmo que esse fato produziu. Era mais uma garantia da vitória para nós, porque a confiança nos chefes é a primeira condição de triunfo (*Jornal Do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 de jan. de 1870. BN/RJ *apud* Cerqueira, p. 98, 2019).

Na Bahia a situação retratada pelos jornais e periódicos não foi diferente, uma vez que um número considerável tomou parte do governo imperial em relação ao apoio para a entrada e o prosseguimento do Brasil na guerra, a partir de uma linha discursiva similar à dramatização dos acontecimentos nos campos de batalhas para a construção de laços entre a comunidade e a monarquia por meio de uma brasilidade homogeneizadora. De acordo com Cerqueira (2019), essa foi uma estratégia amplamente difundida no território nacional como forma de preservar a união perante as instabilidades políticas e as incipientes declarações em favor da república, principalmente por parte dos grupos contrários a guerra. Como exemplo de periódico que aderiu a esses procedimentos, destaco o *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (1823-1889)*:

Figura 1 – trecho da matéria “Guerra do Paraguay”, edição 01 (1870)

**A guerra do Paraguay, quando bem conhecida e apreciada, constituirá um dos grandes acontecimentos do seculo, pela inaudita pertinacia da defeza e pelo heroismo do ataque. Por ella tem o Brasil uma pagina brilhante e gloria indispensavel na historia americana, gloria que tendo sido sellada com o generoso sangue de tantos bravos custou ao Imperio a vida de muitos filhos illustres, entre os quaes veio ultimamente procurar o seu logar de honra na gratidão e memoria dos povos, o intrepido general João Manoel Menna Barretto, morto no ataque e tomada de Peribebuy.**

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Em relação a esse acontecimento como um contexto do romance, Amélia Rodrigues, mais de uma década depois, apresenta no enredo um posicionamento crítico a respeito da adesão do país a guerra ao retratar as circunstâncias em que homens pobres, mestiços, negros, incluindo aqueles que eram escravizados foram detidos por senhores de terra com o intuito de serem enviados em contingentes para oficiais do exército. Acrescente-se a isso a denúncia a respeito das formas de inserção no movimento Voluntários da Pátria, o qual, segundo Júnior (2008), era uma das principais fontes de insatisfação social para a população

do interior da província, uma vez que o recrutamento para o Exército de Linha tinha como alvo todos aqueles que não se encaixavam na condição de votante. Segundo o autor, os grupos mais marginalizados compreendiam a guerra como outra forma de trabalho forçado, situação essa que criou uma resistência aos comandos locais e governamentais e gerou conflitos de combate corpo a corpo e armados na tentativa de resgatar os recrutados à força pelo governo. Em relação a isso, o trecho abaixo exemplifica uma dessas faces do recrutamento:

No pátio fronteiro à casa, alguns grupos de negros e mulatos falavam, gesticulavam e caminhavam, algumas mulheres choravam, um velho abraçado a um rapaz queixava-se amargamente e, de vez em quando, algumas gargalhadas de zombaria misturavam-se a tudo isso.

(...) Era uma cena estranha naquele lugar: o recrutamento de soldados para o Paraguai, o tributo de lágrimas, o imposto de sangue que a pátria requeria.

(...) – Onde arranjou esses?...

- Homem, o que não falta é gente vadia e robusta, ótima para a guerra. São dois vaqueiros daqui mesmo, o neto daquele velho que está ali a lastimar-se e aquele outro que está falando àquela rapariga, o Fernando Santa Luz.

- E você teve ânimo de arrancar esses rapazes a sua família?

- Ora! Que me importam as lágrimas de quatro mulheres velhas? Choram hoje, amanhã estão se rindo (Rodrigues, p. 25-27, 2022).

Nesta cena é possível observar como a escritora descreve a prática do recrutamento para a guerra, levantando indícios de que o movimento de inscrição de soldados para postos oficiais foi bem mais complexo em comparação com as campanhas de voluntariado divulgadas pelo governo. Além da venda de escravos para o exército, muitos homens livres também não escaparam de serem submetidos a uma filiação imposta devido a cor da pele, origem e condição social, como aconteceu com o personagem de Fernando Santa Luz. Descrito como vaqueiro por José de Souza, proprietário de terras da vizinhança e responsável pela captura forçada de possíveis soldados, Fernando é apresentado como um homem livre de ascendência indígena materna que perdeu o direito de sucessão sobre herança do pai, também dono de uma fazenda prospera, devido a sua linhagem se considerada socialmente inferior. Diante disso, é perceptível como a questão da mestiçagem foi usada como um meio de marcar o não-lugar e de fragilizar direitos para os descendentes de grupos sociais considerados inferiores durante a guerra, crítica também presente no romance, com atenção para a problemática dos significados subjacentes ao uso do conceito de miscigenação com teor patriótico durante e posteriormente ao conflito com o intuito de mascarar a violência e o extermínio desses povos.

Sobre isso, de acordo com o estudo de Kraay (2012), as movimentações a favor da Guerra do Paraguai intervieram diretamente na política racial brasileira no início da segunda metade do século XIX, momento em que o país ocupava o lugar de maior sociedade escravista

da América. Em relação a isso, o autor traz a interpretação de Chiavenato (1983, 1980 apud KRAAY, 2012) a respeito da guerra ser utilizada como um meio para aprofundar uma política genocida para com os negros e afrodescendentes do país, de forma que os recrutamentos de escravizados foram usados como “bucha de canhão”, isto é, como dispensáveis diante do confronto com as tropas inimigas. No entanto, é preciso destacar que muitos indivíduos negros à época já não se encontravam na condição de cativo, de forma que, a despeito das posições e decisões do governo, a resistência se estendia a campos para além do de batalha. Além disso, o autor também cita Cunha (2000) e Silva (1997), para desvelar a complexidade com que a Guerra do Paraguai contribuiu para o desenvolvimento da consciência de nacionalidade a partir de experiências racialmente compartilhadas, tanto fundamentadas em aspectos discriminatórios quanto em tentativas de criar o sentimento de pertença à nação para diferentes grupos histórico-sociais.

Nessa rede intrincada de movimentações de soldados para a guerra diferentes posicionamentos políticos tomaram parte no conflito, entre eles os já mencionados Voluntários da Pátria (1865), os quais eram pleiteados com incentivos para a contribuição na guerra; os “voluntários” cooptados pelas redes de clientelismo gerenciadas pelos senhores de terra que arregimentavam dependentes e escravizados para o alistamento militar em troca de honrarias, recompensas e outros interesses da elite econômica; as doações para instituições públicas, particulares e figuras políticas que contribuíram para criar uma consciência favorável às ações do Estado durante a guerra, de modo também a aumentar a publicidade de qualquer apoio referente ao patriotismo, uma forma de reforçar o mito do voluntarismo para retratar a guerra de um modo aceitável pela sociedade. Em vista disso, Amélia Rodrigues (2022) destaca como a elite tradicional do recôncavo baiano se apropriou das chamadas para a guerra com o intuito de se beneficiar de um status social em voga:

- Sr. José de Souza – disse ele, limpando a gota de pranto -, esta lágrima de minha filha não será baldada. Peço-lhe que deixe ir-se o Fernando.
- E meu neto! E meu neto também! ... Se me roubar o meu neto eu morrerei de fome e de pesar!
- E o velho agarrava as pernas de Avilez com febril desespero.
- E o neto deste homem também... – acrescentou Paulo.
- José de Souza mudou de cor.
- É impossível, meu amigo!... Tenha paciência, estou comprometido!
- Ora!... – tornou o português, sorrindo-se. – Impossível é uma palavra banal às vezes. Diga que fugiram no caminho ou outra coisa qualquer.
- Mas eu dei minha palavra ao major!... Fiquei de mandar quatro homens hoje!... Há oito dias mandei três, há três dias mandei quatro e ainda devo um para perfazerem os doze que prometi para vir-me a patente...
- Ah!... Tem de vir-lhe mais uma patente?...

- Sim... não sei... provavelmente...
- Pois eu me encarrego do desencargo de sua honra; se quiser tomo a responsabilidade; ou – o que será melhor – compro-lhes a praça em sua mão: aceita?... (Rodrigues, p. 28-29, 2022).

Além das redes locais de clientelismo, a mobilização de companhias militares negras na Bahia que atuaram a serviço do Estado também constituiu uma frente de compor os batalhões brasileiros. Intitulados de zuavos baianos, Kraay (2012) os descreve como grupos de homens que buscaram ampliar a compreensão de cidadania, de pertencimento à nação e, conseqüentemente, do que viria a ser nacionalidade por meio de feitos heroicos e vitórias durante a guerra. De acordo com o autor, a proposta para tais companhias partiu de fora do exército, uma vez que este era oficialmente, a partir de 1837, uma instituição que desconsiderava a cor no seu processo de recrutamento, com vistas a aumentar o seu efetivo, de modo que a organização de soldados a partir de um mesmo grupo social ou de um único fenótipo não era possível. Logo, a mobilização de negros e mestiços organizados em companhias próprias em direção à guerra para defender o país surgiu a partir de uma mobilização patriótica nos anos de 1865-1866, a partir de um discurso histórico de mobilização e participação dos negros em conflitos de Estado anteriores, como o episódio de luta pela independência nos anos de 1822 e 1823 que terminou com a inserção da Província da Bahia na unidade nacional brasileira a partir da contribuição dos couraças baianos; e a Sabinada (1837-1838), de modo a invocar a figura do herói negro no percurso de formação do Estado em uma retórica que sugeria uma tradição de serviço patriótico por parte dessas companhias.

No que diz respeito às suas formações, Kraay (2012) destaca que as poucas fontes sobre elas sugerem que eram compostas tanto por voluntários (no que concerne aos mecanismos de atuação de discursos heroicos em favor do negro e aos incentivos de participação, como recursos financeiros e prestígio social) quanto por recrutamentos forçados e pela prática do clientelismo. A complexidade envolta na formação dessas companhias envolvia também a solidariedade entre zuavos e escravizados, uma vez que o recrutamento destes sem a anuência de seus donos criava uma imagem duplamente oposta entre a filiação forçada e a ajuda na fuga de cativos e posterior libertação dos homens recrutados, uma vez que a condição de soldado enfraquecia o direito de propriedade do dono. Logo, entre recusas e apoios por parte da sociedade, as companhias de zuavos ganharam destaque em jornais da época, homenagens, festejos e desfiles em nome das vitórias do exército brasileiro na guerra.

Contudo, segundo o autor, a recepção e atuação dessas companhias foram interrompidas por uma política de separação dos soldados zuavos, além de terem sido marginalizados pelo próprio exército após as vitórias conquistadas. Entre as formas de dissolução do ideal revolucionário criado pelas companhias, destacam-se o impedimento da graduação oficial para além do cargo de capitão e a lotação em cargos de faxineiros e enfermeiros no intuito de reiterar a ideologia escravocrata com o apagamento dos oficiais negros que participaram da guerra. Conforme o autor, as frentes de enfrentamento e superação do paradigma escravista e discriminatório, além de manifestações, revoltas e criação de espaços de resistência (quilombos), também perpassou pela tentativa de integração da população negra junto aos que correspondiam a um ideal de cidadão, por meio da contribuição para a proteção do país. No entanto, após o uso do patriotismo de grupos marginalizados, a cultura política do Brasil não estendeu a mesma abertura que os soldados zuavos haviam vislumbrado no recrutamento militar, de forma que suas reivindicações a respeito da integração à sociedade e exercício da cidadania não encontraram ressonância no pós-guerra brasileiro, apesar de terem contribuído para a ampliação dessa discussão nas décadas posteriores.

Além disso, sobre essa questão Silva (2016) expõe como a admissão de escravizados no exército foi executada de diversas maneiras, entre as quais destaca as doações por parte de proprietários como forma de demonstração patriótica, as substituições de convocados por cativos (posteriormente sucedida pelo pagamento de uma quantia determinada) e a compra de alforrias em troca da entrada de homens nos campos de batalha, sendo esta última a principal fonte de recrutamento na Bahia. Dessa maneira, a compra da liberdade de escravizados, então, é perpassada por diferentes discursos em voga, tais como a reivindicação abolicionista e situação econômica do país, a qual já apresentava indícios de mudança do paradigma produtivo devido, em parte, à promulgação da Lei Eusébio de Queirós (n. 581 de 1850) e às novas possibilidades de investimento de capital para a ampliação do mercado consumidor e sustento do sistema financeiro.

Assim, conforme a pesquisadora, os jornais baianos foram usados para a divulgação de compra de cativos e convocação de proprietários para enviarem homens aptos ao exercício serem submetidos a avaliação dos agentes de governo espalhados pelo território, juntamente com tabeliões, advogados e procuradores. Dessa maneira, as negociações encaminhadas pelo governo, ainda que tivessem em comum a condição obrigatória de alforria para a vinculação

ao serviço militar, nada mais do que reiterava os moldes do sistema escravista, desta vez justificado pela guerra (Silva, 2016). Sobre isso, Rodrigues (2001) destaca um poema que faz alusão à prática de venda de cativos ao governo, embora destaque não ter encontrado nenhum registro comprobatório de concessão de patentes aos proprietários:

Eu tinha um mau escravo, adoentado,  
Verdadeiro tormento, endiabrado  
Libertei-o, ao governo ofereci-o  
A fim de eu também ser condecorado  
O que era meu desgosto, é minha glória  
De quem era capoeira fiz soldado!  
O querido Decreto publicou-se  
Enfim, também eu fui condecorado!  
La vai a guerra o grande capadocio,  
Da rosa o peito meu eis adornado  
É belo assim servir a pátria nossa,  
É belo ser assim condecorado!  
Ingênuo patriota! Não, não ide  
Sofrer de uma campanha o escuro fado!  
Ficai, livrai-nos de maldito escravo  
E aqui mesmo sereis condecorado (Jornal *O Alabama*, 1º de agosto de 1867 *apud* Rodrigues, p. 116, 2001).

Em contrapartida, muitos periódicos também foram contrários a entrada do Brasil na guerra com críticas que também dialogavam com a tônica apresentada por Amélia Rodrigues em seu romance. A esse respeito, Cerqueira (2019) destaca o jornal *A Reforma: órgão democrático* do Rio de Janeiro (1869-1879), autodeclarado como oposição do governo monárquico e apoiador de reivindicações como o início do processo de abolição a partir da Lei do Ventre Livre, a reforma eleitoral, o voto direto em cidades com habitantes superior ao número de dez mil, separação das funções judiciárias e policiais, entre outras, de forma a transitar ao lado do Partido Liberal. Segundo a autora, o jornal buscou trazer ao público acusações sobre os reais usos da Guerra do Paraguai contra a amplamente veiculada defesa do conflito como sendo um mal necessário para a estabilidade social, de forma a questionar o governo sobre verdades e informações omitidas acerca dos acontecimentos da guerra, a exemplo da instalação do governo provisório no Paraguai e a divulgação do status de guerra nos anos finais. Ademais, o periódico *A Regeneração: Jornal da Província de Santa Catarina* (1868-1889) também atuou nessa vereda de exposição de medidas imperiais que sacrificou pessoas e as necessidades de um país em prol da manutenção de um regime político, se aproximando ideologicamente do jornal anterior, principalmente pelo longo período em que o governo manteve o país na guerra, mesmo quando chefes de tropas ordenavam a retirada de batalhões:

Assim, toda a imprensa platina suspeitava que a permanência do Brasil na guerra não só foi para tirar do julgo de um governante déspota, opressor de seu povo, como muitos jornais o descreviam, o objetivo era dominar o Paraguai de acordo com sua vontade para manter a hegemonia na região (Cerqueira, p. 68, 2019).

Mesmo o *Jornal do Commercio*, apoiador do monarca, também deu publicidade para análises críticas e contestações do conceito de identidade e cultura nacional a partir dos usos da guerra para o controle e homogeneização do país, a exemplo de uma carta particular anônima veiculada no momento do pós-guerra:

Grandes foram, na verdade, as provocações porque passamos; uma guerra infelizmente mal principiada, e por muito tempo mal dirigida, que absorveu enormes somas de capitais, esvaídos nem sempre por força da necessidade imperiosa, mas pela má gestão dos negócios públicos, não podia deixar de empobrecer-nos muito, e de inabilitar por largo tempo de podermos extinguir os horrorosos déficits, que atualmente pesão sobre o país inteiro. Se ao consumo improdutivo de tantos capitães aduzirmos o dos braços, que desaparecerão do cultivo da terra e da indústria, teremos completado a severa lição que a pesada mão da Providência nos deu (CARTA PARTICULAR, Ouro Preto — Minas Gerais (06/01/1870). *Jornal do Comércio*, 20 jan. de 1870. BN/RJ apud Cerqueira, p. 60, 2019).

De acordo com Cerqueira (2019), ao expor a crítica sobre a entrada do Brasil na guerra, o autor anônimo coloca a Coroa como responsável pelo aumento das dívidas do país, uma vez que, segundo a autora, o empréstimo à Inglaterra se tornou comum para equipar e manter o exército e embarcações necessárias, além do aumento geral das despesas no território. Além disso, a pesquisadora também aponta para a complexidade envolta nos discursos políticos sobre a participação na guerra quando desvelados pela perspectiva econômica e como eles, conservadores e liberais, dialogavam e divergiam de um mesmo ponto por motivações distintas, a exemplo da insatisfação da elite agrária com a participação de alforriados nas frentes de combates. Isso porque a ida desse grupo desbastecia a mão de obra braçal base de sustentação em diversas atividades econômicas, além do receio com o aumento do debate e apoio ao processo abolicionista no pós-guerra, uma vez que o decreto de libertação de homens cativos que serviram como soldados se somou a outras reivindicações no cenário político. Fato esse que contrasta com a política de embranquecimento do país ao colocar os negros nas frentes de batalha, como também com as diferentes formas de luta pela emancipação política, principalmente de um país cuja estrutura estava fundamentada no sistema escravocrata e que liderava um conflito em prol da liberdade de outro povo.

De maneira análoga, o jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro (1868-1872) procura rebater e criticar o patriotismo veiculado por outros jornais, uma vez que para seus autores ele nada mais era uma forma de apropriação do monarca para a fundamentação de poder,

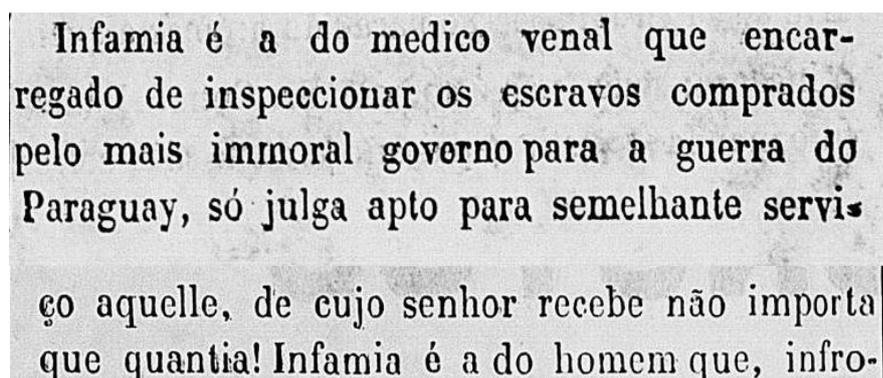
como também não correspondia a uma ação de defesa da nação. De acordo com a autora, o jornal compreende o uso da guerra como esteio para manobras políticas:

A solução. E com o rubor nas faces que vamos traçar estas linhas. Que éramos oprimidos já o sabíamos, mas nunca suspeitamos que se ousasse juntar tanto escárnio pelo ministério! Está hoje infelizmente mais que averiguado e patente que quando ele mandou os seus janirazos da imprensa embocar em tuba guerreira não tinha em mente a defesa da honra nacional, só tratava de argumentar e aperfeiçoar os recursos da funesta ditadura com que nos está esmagando e arruinando. A grande celeuma levantada pelas vozes mercenárias dos articulistas ministeriais só tinha por fim ameaçar a uns com o fantasma da guerra, a cujo pretexto tantos vexames, tantas perseguições os governos costumam praticar, a outros anunciar (Diário De Notícias, Rio de Janeiro, 2 de jul. 1872. BN/RJ apud Cerqueira, p. 106, 2019).

De acordo com a autora, o termo “ditadura”, para o redator do jornal, se refere ao uso da imprensa por parte do governo imperial para controlar a liberdade de expressão em meios aos acontecimentos da época. Sobre isso, Cerqueira (2019), afirma que houve uma delegação de funções na tarefa de construção de uma ideologia identitária de nação que coube, em parte, aos intelectuais que tinham acesso aos instrumentos de circulação cultural escrita da época. No entanto, a ideia unionista de nacionalidade à maneira do governo imperial não prevaleceu, sendo amplificada, discutida e perpassada por diferentes identidades políticas e de grupos reivindicatórios da época, conforme os interesses de cada um. Em suma, de acordo com a autora, a identidade como estratégia política foi um projeto que possibilitou uma integração da população tendo a Guerra do Paraguai como elo, pois permitiu uma identificação coletiva estimulada pelos apelos ideológicos dos jornais (Cerqueira, 2019, p. 109), mesmo que a longo prazo não tenha sido sólida o bastante para manter a monarquia no poder.

Em relação à Bahia, também é possível identificar jornais críticos e satíricos a respeito do conflito contra o Paraguai, ainda que em menor expressão, como é possível observar na imagem abaixo:

Figura 2 – trecho da matéria “Protesto”, edição 13 do jornal *Os Defunctos* (1869)



Infamia é a do medico venal que encarregado de inspeccionar os escravos comprados pelo mais immoral governo para a guerra do Paraguay, só julga apto para semelhante serviço aquelle, de cujo senhor recebe não importa que quantia! Infamia é a do homem que, infro-

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Um ano após a publicação dessa matéria, a crise do sistema monárquico e do sistema escravista se aprofundou com o lançamento e divulgação do Manifesto Republicano (1870), a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), a fundação do Partido Republicano (1872) e a chegada de imigrantes europeus e asiáticos para ocupar o lugar de escravizados nas lavouras de café e indústrias do país a partir de 1874, entre outros acontecimentos. Logo, a partir do exposto, é possível compreender o recorte histórico-temporal apresentado por Amélia Rodrigues em seu romance, bem como identificar onde a sua crítica se encontrava perante todos os discursos e disputas partidárias presentes na rede de interesses movidos por diferentes grupos políticos que se apropriaram do acontecimento da guerra para criar caminhos diferentes a respeito da identidade de nação e cultura brasileira na segunda metade do século XIX. Segundo Cerqueira (2019, p. 78):

Para que tudo isso se concretizasse, os intelectuais por trás das publicações faziam essa mediação criando um universo simbólico, presente em elaborações discursivas como forma de legitimar um poder e uma autoridade. Todo esse discurso imbuído de um aparato ideológico transpõe e reflete uma consciência no indivíduo que não é produto do individual, mas de aspirações da rede de sociabilidade desta sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, é possível compreender que, tanto quanto os discursos políticos e jornalísticos, a literatura também não escapou a esse contexto de construção do que poderia vir a ser nacional, principalmente com o embate entre progresso e manutenção de tradições exacerbado pela conjuntura da guerra. Em relação ao romance *O mameluco* isso pode ser compreendido também a partir da presença e do entrelaçamento das estéticas romântica e realista, na medida em que a autora apresenta uma crítica aos aspectos sociais e políticos da época dentro de uma estrutura de romance herdada de décadas anteriores a sua publicação.

Ademais, outro ponto de importante discussão foi a intervenção da guerra na conjuntura econômica e, conseqüentemente, no sistema escravista do período. Mesmo com o discurso de alforria vinculado aos negros que se voluntariassem, por meio do senhor de terras e/ou posses a que estavam vinculados, foi perceptível como o conflito também atuou para a continuidade da exploração e dominação sobre os indivíduos não brancos por meio da

filiação direcionada e, muitas vezes, forçadas de membros para compor as fileiras dos batalhões.

Ou seja, a estrutura escravista herdada do colonialismo esteve presente na própria formação de pensamento da época, sendo ela evidenciada na linguagem com que os escritores dispunham para recriar tal realidade na literatura e para pô-la em discussão quando da circulação de seus escritos, por vezes atuando em uma ambivalência no que diz respeito à crítica ao preconceito vigente e à defesa da figura do negro, ao mesmo tempo em que não conseguiam se desfazer das ideias estereotipadas a respeito desses indivíduos, de modo que a presença deles em muitos romances acaba por reforçar a situação em que se propõe denunciar.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, H. D.; NASCIMENTO, J. F.; FIGUEIREDO, M. G. B.; SAMPAIO, J. B. A Governança Política no Comitê de Bacia do Rio Paraguaçu. *Redes*, v. 25, n. 3, p. 1164-1184, 28 set. 2020.

Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15243>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. s/d. Disponível em: <https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CERQUEIRA, M. H. S. R. *Embates Ideológicos: a manipulação dos discursos político-partidários nos jornais*. In: CERQUEIRA, Monique Hellen Santos Reis. *Entre cartas e jornais: os discursos sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) como uma afirmação identitária*. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12527>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GÓES BENEVIDES, J. L.; LONTRA FAGUNDES, B. F. O paternalismo escravista em perspectiva na literatura: contrapontos entre o Demônio Familiar e Úrsula. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 107-126, 2019. Disponível em: <http://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10490>. Acesso em: 5 set. 2023.

JÚNIOR, O. S. F. Conflitos Político-Eleitorais que Marcaram a Província da Bahia Durante a Guerra do Paraguai. *PerCursos*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1559>. Acesso em: 20 jul. 2023.

KRAAY, H. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na guerra do Paraguai. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, 2012. DOI: 10.9771/aa.v0i46.21264. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21264>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MATTOS, W. *Panorama econômico da Bahia (1808-1860)*. 2 ed., Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011. (Col. Comércio Baiano Vol. 3)

MUÑOZ, J. F. T. "A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA OITOCENTISTA BRASILEIRA À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO." *Brasil/Brazil*, 1 jul. 2019, p. 87–102. Disponível em: [seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95014](http://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95014). Acesso em: 10 set. 2023.

PAIVA, E. França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

QUEIROZ, M. B. Amélia Rodrigues e a Escrita das Mulheres do Século XIX. In: RODRIGUES, Amélia. *O mameluco: romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022, p. 137-220.

RODRIGUES, A. *O mameluco: um romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022.

RODRIGUES, M. S. *Os (In)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai (A participação da Bahia no conflito)*. 2001. 166 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA 2001. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4\\_os\\_in\\_voluntarios\\_da\\_patria\\_na\\_guerra\\_do\\_paraguai.\\_a\\_participacao\\_da\\_bahia\\_no\\_conflito.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_os_in_voluntarios_da_patria_na_guerra_do_paraguai._a_participacao_da_bahia_no_conflito.pdf). Acesso em: 24 jul. 2023.

SANTOS, A. C. V. R. A natureza dos românticos brasileiros: uma leitura da sociologia ambiental. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 38, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4101>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SCHWARCZ, L. M. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. *Sociol. Antropol.* 4 (2), Jul-Dec, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752014V425>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SILVA, D. M. G. *Compram-se soldados! Os libertos da província da Bahia na Guerra do Paraguai*. 2016. 104 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/11144>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VAZ SAMPAIO, M. G. As guerras dos anos 1860 e a recuperação econômica da Província da Bahia. *Revista Crítica Histórica*, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 275–297, 2019. DOI: 10.28998/rchvl10n20.2019.0014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/8844>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Recebido em 06 de janeiro de 2024.

Aprovado em 25 de julho de 2024.





## **KINDLE DIRECT PUBLISHING: AS ETAPAS DA CADEIA TRADICIONAL DO LIVRO PRESENTES NA PRODUÇÃO DE UM LIVRO INDEPENDENTE POR MEIO DE UMA PLATAFORMA DE AUTOPUBLICAÇÃO**

DOI: 10.48075/ri.v26i2.32950

Ana Claudia de Almeida<sup>1</sup>  
Jaimeson Machado Garcia<sup>2</sup>

**RESUMO:** Visando contribuir para a comunidade científica com uma análise crítica das plataformas de autopublicação, destacando suas limitações e potencialidades no contexto da cadeia de produção do livro, este artigo discute as etapas da cadeia de produção tradicional e sua aplicação no processo de publicação independente, com foco na plataforma *Kindle Direct Publishing*, da Amazon. Para isso, baseamo-nos na cadeia tradicional apresentada por Thompson (2013) e realizamos uma análise comparativa entre essas etapas e as da produção independente na plataforma mencionada. Metodologicamente, selecionamos e comparamos as etapas sugeridas por Thompson (2013) com as práticas de produção e divulgação no *Kindle Direct Publishing*. Os resultados indicam que, embora a plataforma ofereça uma narrativa de independência, o autor independente ainda permanece subordinado à plataforma em vários aspectos. Contudo, o *Kindle Direct Publishing* democratiza as ferramentas de produção, proporcionando uma reconfiguração significativa no processo de autopublicação.

**Palavras-chave:** Livro; Cadeia Produtiva do Livro; Autopublicação; Kindle Direct Publishing.

## **KINDLE DIRECT PUBLISHING: THE STAGES OF THE TRADITIONAL BOOK CHAIN PRESENT IN THE PRODUCTION OF AN INDEPENDENT BOOK THROUGH A SELF-PUBLISHING PLATFORM**

**ABSTRACT:** Aiming to contribute to the scientific community with a critical analysis of self-publishing platforms, highlighting their limitations and potential within the context of the book production chain, this article discusses the stages of the traditional production chain and their application in the independent publishing process, focusing on Amazon's *Kindle Direct Publishing* platform. To this end, we base our study on the traditional chain presented by Thompson (2013) and conduct a comparative analysis between these stages and those of independent production on the mentioned platform. Methodologically, we selected and compared the stages suggested by Thompson (2013) with the production and dissemination practices on *Kindle Direct Publishing*. The results indicate that, although the platform offers a narrative of independence, the independent author remains subordinated to the platform in various aspects. However, *Kindle Direct Publishing* democratizes production tools, providing a significant reconfiguration in the self-publishing process.

**Keywords:** Book; Book Production Chain; Self-publishing; Kindle Direct Publishing.

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Bolsista PROSUC/CAPES. E-mail: acdalmeida@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Bolsista PROSUC/CAPES. E-mail: jaimesonmachadogarcia@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

As constantes evoluções das tecnologias digitais, especialmente nas derradeiras vinte décadas, vêm oportunizando a reconfiguração das tradicionais práticas editoriais. Dentre elas inclui-se a da auto-edição, que nos últimos anos passou por um processo de ressignificação graças à democratização das ferramentas de produção e de distribuição de livros, com aporte da reconfiguração dos mecanismos tecnológicos (Anderson, 2013). Por conta desse atual/novo contexto, compreendemos a auto-edição por meio de uma nova nomenclatura, denominada como autopublicação (Araújo, 2013).

Essa nova terminologia pode ser elucidada a partir da visão de Shirky (2011), que argumenta frisando que o ato de publicar nos dias de hoje pode significar um simples apertar de um botão em um site, blog, *app* ou qualquer outro tipo de plataforma on-line disponível no contemporâneo, que se sabe, está repleto de possibilidades digitais. Essa liberdade para publicar um texto oportuniza a relação direta entre os escritores e os leitores a um custo quase zero<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, retira a participação da editora como intermediadora cultural, uma função secular exercida por essa importante instituição presente na cadeia produtiva do livro.

É pensando nesse novo cenário editorial que passamos a nos indagar a respeito de quais as etapas da cadeia tradicional do livro estão presentes na produção de uma obra independente valendo-se de uma plataforma de autopublicação. Para responder a essa dúvida, delimitamos essa pesquisa a um estudo comparativo entre a cadeia produtiva do livro tradicional e o processo de produção por meio do *Kindle Direct Publishing*, plataforma de autopublicação da Amazon<sup>4</sup>.

Lançado em novembro de 2007, juntamente com o dispositivo de leitura digital Kindle, o *Kindle Direct Publishing* oferece aos autores uma estratégia argumentativa (Motta, 2013) de independência e emancipação em relação ao mercado editorial. Esse efeito de sentido construído pela plataforma pode ser visto na página inicial da plataforma<sup>5</sup>, a qual exacerba as vantagens que autor pode obter ao escolher o *Kindle Direct Publishing* como opção para se

---

<sup>3</sup> Se desconsiderarmos o principal, que é o trabalho do autor, bem como os gastos com luz, aluguel, dentre outros.

<sup>4</sup> A Amazon.com é uma empresa multinacional que se concentra no e-commerce, computação em nuvem, *streaming* e inteligência artificial. Segundo a Forbes (2024), durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, por meio da consultoria Brand Finance, na apresentação do ranking das marcas mais valiosas do mundo em 2023, a Amazon ficou em primeiro lugar, como a marca com maior capital: quase 300 bilhões de dólares.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://kdp.amazon.com/pt\\_BR](https://kdp.amazon.com/pt_BR). Acesso em: 6 jan. 2019.

autopublicar. Dentre essas vantagens, destacamos: a possibilidade de publicar um texto em menos de cinco minutos; a chance de atingir diferentes mercados a nível mundial em um período de 24 a 48h; e a oportunidade de alcançar os milhões de leitores da Amazon. Em contrapartida, para se conseguir esses benefícios, 30% dos *royalties* por cada exemplar vendido ficam retidos pela plataforma.

A partir desse panorama geral em torno do *Kindle Direct Publishing*, desenvolvemos metodologicamente uma tabela baseada nos agentes e etapas que Thompson (2013) acredita estarem presentes no processo de produção tradicional de um livro. Essa tabela nos serviu como aporte teórico para compreendermos quais desses agentes e etapas podem estar presentes, também, durante a elaboração de um livro na plataforma de autopublicação da Amazon.

Assim, com o objetivo de facilitar a compreensão das diferentes etapas propostas pelo autor, separamos o processo de produção de um livro em três fases distintas. Essas três fases distintas nos serviram como categorias de análise para conseguirmos atingir os objetivos propostos para essa investigação acadêmica. Nesse sentido, definimos a primeira fase como inicial, composta pelas etapas de criação, aquisição e desenvolvimento de conteúdo, controle de qualidade, copidesque e edição.

Já a segunda fase designamos como intermediária, quando entra o design, a diagramação, a revisão, a impressão, o acabamento, as vendas e o marketing incluídas dentro dela. Por fim, a terceira fase, a qual denominamos como final, engloba as etapas de estocagem, venda de livros, venda por atacado e distribuição para instituições, como: bibliotecas, escolas, dentre outras, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 – Tabela comparativa entre as funções e etapas do processo de produção por meio do Kindle Direct Publishing (KDP) e por meio convencional a partir de Thompson (2013)

Etapas propostas por Thompson (2013)		Processo de produção convencional de um livro	Processo de produção por meio do <i>Kindle Direct Publishing</i>
Fase inicial	Criação de conteúdo	Responsabilidade do autor.	Responsabilidade do autor independente.
	Aquisição de conteúdo	Responsabilidade do editor ou <i>publisher</i> .	Não é necessário adquirir conteúdo. O conteúdo é desenvolvido pelo próprio autor independente.

	Desenvolvimento de conteúdo	Responsabilidade do editor ou <i>publisher</i> .	Responsabilidade do próprio autor independente.
	Controle de qualidade	Responsabilidade do editor ou <i>publisher</i> .	Responsabilidade do próprio autor independente.
	Copidesque	Responsabilidade do editor ou <i>publisher</i> .	Responsabilidade do próprio autor independente.
Fase intermediária	Edição + Design	Realizado por setores específicos das editoras ou por profissionais terceirizados.	Responsabilidade do próprio autor independente.
	Diagramação	Realizado por setores específicos das editoras (diagramadores) ou por profissionais terceirizados.	Responsabilidade do próprio autor independente.
	Revisão	Realizado por setores específicos das editoras ou por profissionais terceirizados e pelo próprio autor.	Realizada pelo próprio autor ou por profissionais terceirizados pagos pelo próprio autor.
	Impressão e acabamento	Terceirização do serviço, realizado por gráficas especializadas em altas tiragens.	Sem necessidade de impressão por se tratar de um livro digital. Caso haja vontade do leitor/consumidor, é possível imprimir por demanda em baixas tiragens.
	Vendas e marketing	Responsabilidade da própria editora.	Responsabilidade do autor, serviço disponível na própria plataforma.
	Fase final	Estoque e distribuição	Responsabilidade da editora e da distribuidora.
Venda de livros		Responsabilidade das editoras e livrarias.	A venda de livros é feita por meio da plataforma Kindle Direct Publishing.
Venda por atacado		Responsabilidade das editoras e distribuidoras.	Não tem.
Distribuição para instituições (bibliotecas, escolas, etc.)		Responsabilidade das editoras e distribuidoras.	Não tem.

Fonte: Autoria própria.

No entanto, antes de debatermos a respeito dessas três fases, tomamos como ponto de partida a constituição do campo editorial e a emergência de plataformas de [Ideação](#). *Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.

autopublicação, como o *Kindle Direct Publishing*. Essa abordagem preliminar nos possibilitou visualizarmos os critérios para a demarcação das funções e papéis desempenhados pelos agentes e instituições que fazem parte do mercado editorial, uma vez que esses membros se encontram inseridos em um espaço simbólico constituído por diferentes formas relacionais, os quais possuem um objetivo em comum. Discorreremos sobre essas questões a seguir.

## O CAMPO EDITORIAL E O *KINDLE DIRECT PUBLISHING*

Partindo das concepções de Bourdieu (2011) a respeito de campo e adaptando livremente aos seus propósitos, Thompson (2013) estabelece que o mundo editorial pode ser considerado igualmente como um. Na busca por corroborar sua afirmação, o autor estabelece quatro razões principais que o fazem acreditar nessa hipótese: a primeira delas se constitui pela pluralidade de campos que formam o mundo editorial, possibilitando a diversidade cultural de publicações (Thompson, 2013).

É graças a essa diversidade que são estabelecidos os critérios de avaliação da qualidade cultural das obras publicadas e da formação dos leitores. Isso porque, as grandes empresas editoriais e as redes de livrarias trabalham, de modo geral, por meio da cultura do *bestseller*. Ou seja, suas relações têm por objetivo comum a produção, distribuição e comercialização de livros com grandes potencialidades de vendas.

Essas interações entre os agentes e instituições são elencadas por Thompson (2013) como a segunda razão para justificar o motivo pelo qual o mundo editorial pode ser considerado como um campo. Elas podem ser categorizadas como relações de concorrência, cooperação ou independência, sendo definidas de acordo com a quantidade de poderes obtidos por cada um.

Os poderes obtidos pelos agentes e instituições são distribuídos por meio dos capitais que cada um detém, definindo as suas posições hierárquicas dentro do campo. Na perspectiva de Thompson (2013), o campo editorial é composto por cinco tipos de capitais, a qual podemos estabelecer de maneira geral como: o capital econômico, que se constitui a partir da quantidade de recursos financeiros acumulados pelos agentes ou instituições; o capital humano, que representa todos os indivíduos que compõem uma instituição e os conhecimentos adquiridos pelos mesmos; o capital social, que se caracteriza pela rede de contatos; o capital intelectual, que se refere ao controle e posse de conteúdos que um grupo

editorial detém; e, por fim, o capital simbólico, que representa o prestígio, o respeito e o reconhecimento adquirido pelas instituições ou agentes inseridos dentro do campo editorial.

Dentre os cinco tipos de capitais citados anteriormente, Thompson (2013) argumenta que o econômico e o simbólico são os mais importantes. Isso porque a aquisição de conteúdos de qualidade para publicações acaba gerando prestígio e respeito dentro do campo editorial. Por isso, quanto mais capital simbólico e econômico o agente ou instituição possuir, mais elevada a sua posição hierárquica será dentro desse espaço simbólico. Essas diferenças hierárquicas definidas a partir dos capitais distribuídos entre os agentes e instituições compõem a terceira razão elencada pelo autor para definirmos o mundo editorial como um campo.

Intrínseca a ela, encontramos também a quarta e última razão, a qual representa as regras que organizam e delimitam o campo editorial. Thompson (2013) explica que, por muitas vezes, as regras podem não ser capazes de explicar a lógica de funcionamento do campo editorial de forma clara e concisa, já que as encontramos em constante mudança devido às transformações dos mercados. Por isso, mesmo que os campos representem algo muito maior que os mercados, os mercados são partes importantes de alguns campos.

Em um breve retrospecto histórico a respeito do universo editorial, podemos perceber que o mercado de livros teve seu início séculos antes do desenvolvimento do próprio campo. Nos primórdios dos livros sob formato de códice, a produção e armazenamento dos exemplares se restringiam aos monastérios, locais onde monges copistas reproduziam manualmente os textos disponíveis na época. Lyons (2011) remonta que monges interessados em estudos recebiam dinheiro para viajarem e adquirirem reproduções de textos de outros monastérios que possuíssem atividades intelectuais. Por vezes, monges itinerantes estabeleciam estadia temporária nas abadias com o intuito de copiarem as obras para diversificarem os acervos de suas próprias bibliotecas.

No entanto, séculos mais tarde, a produção de livros, antes restrita a esses monastérios, passou a ser feita de maneira mecânica em oficinas de impressão. Por conta da crescente erudição humanista e da difusão de universidades na Alemanha no século XV, foi necessário o desenvolvimento de novos mecanismos de reprodução seriada mais rápida do que as formas de manufaturas realizadas pelos monges copistas.

Fatores como as ferramentas tecnológicas disponíveis da época, e do apoio financeiro dos sócios Johann Fust e Peter Schöfer, possibilitaram o desenvolvimento da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg nesse período, marcado pelo aumento significativo na demanda de livros. Apesar dos registros históricos datarem o nascimento dessa técnica de impressão na China do século XI, e na Coreia do século XII, os aspectos sociais e culturais desses países, como a burocracia, o caráter imóvel da sociedade chinesa e a significativa variedade de ideogramas, foram determinantes para a limitação dessa forma de impressão (Melot, 2012).

Diferente da China e da Coreia, a prensa de tipos móveis na Europa oportunizou mudanças significativas com surgimento da imprensa, que acabou se tornando uma “companheira inseparável da europeização do mundo” (Lyons, 2011, p. 63). Durante quase quatro séculos seguintes, essa forma manual de impressão desenvolvida por Gutenberg pouco mudou. Foi somente a partir do século XIX que a prensa de tipos móveis começou a coexistir com o início da mecanização do processo de impressão, possibilitando transformações significativas no mercado editorial.

Na visão de Lyons (2011), essa evolução do processo de impressão só foi possível graças a diferentes condições presentes da época, como os avanços do alfabetismo básico, que proporcionou o aumento do público leitor, e o início da construção de ferrovias, que oportunizou uma maior abrangência e rapidez nos serviços de distribuição/entregas com a introdução de serviços postais. É nesse novo contexto em que a cadeia produtiva do livro como a conhecemos atualmente começou a ser originada. Isso porque, dentre as transformações editoriais oriundas doravante a esse período, podemos citar o início do desenvolvimento de um sistema efetivo de *royalties* e *copyright* para os autores, que tinha por objetivo suprimir as edições piratas produzidas até então; a ascensão das livrarias, por conta do relaxamento dos órgãos de censura, que viam nessas lojas um espaço possível de subversão; e, principalmente, o surgimento da figura do editor como especialista e empresário do mercado de livros.

Contudo, o mercado do livro só se tornou um fenômeno global no final do século XIX e início do século XX, graças à introdução de novos mecanismos de produção. Dentre eles podemos destacar a criação do sistema de impressão por linotipo, que funcionava como uma máquina de escrever gigante e, posteriormente, a sua substituição pelo sistema de impressão

em *offset*, que fez com que o tempo e os custos de produção de um livro diminuíssem consideravelmente.

Mas, na metade do século XX, o mercado de livros passou por um período turbulento, marcado por “guerras, depressão econômica, escassez de papel e custos de mão de obra mais elevados impediram que se repetisse a explosão de fins do século XIX” (Lyons, 2011, p. 167). Para o autor, a recuperação só ocorreu com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a indústria editorial ocidental e oriental começou a tomar forma. É a partir desse período pós-guerra que iniciou a revolução digital, com o surgimento da internet e a popularização dos computadores pessoais graças aos microprocessadores.

De acordo com Lyons (2011), o impacto da revolução digital pode ser, por muitas vezes, comparável à invenção da prensa de Gutemberg. Isso porque os novos dispositivos de leituras e as novas formas de produção de texto vêm reconfigurando as antigas práticas editoriais. Dentre essas antigas práticas está a da auto-edição, que segundo Araújo (2013), passou por um processo de ressignificação, sendo atualmente mais conhecida como autopublicação.

Essa nova alcunha pode ser explicada por Shirky (2011) ao argumentar que, enquanto em um período analógico o ato de publicar representava a obediência a uma cadeia de produção, nesta nova era digital, publicar pode significar o simples apertar de um botão em um site de rede social, um blog ou quaisquer outras plataformas interconectadas, como no caso do *Kindle Direct Publishing*. Assim, a partir dessa perspectiva em torno do campo editorial, discorreremos a respeito das etapas da cadeia tradicional do livro que estão presentes na produção de uma obra independente por meio da plataforma de autopublicação *Kindle Direct Publishing*.

## **FASE INICIAL: CADEIA TRADICIONAL DO LIVRO IMPRESSO X KINDLE DIRECT PUBLISHING**

A produção de um livro começa com a criação do conteúdo. Tanto na forma tradicional quanto na forma independente, e é de responsabilidade do autor — ou dos autores — a elaboração da matéria-prima. Isto é, a criação do texto. Na perspectiva de Melot (2012), o ofício de autor teve origem com o desenvolvimento do próprio livro, a partir do formato de códice. As dobras e a forma de encadernação possibilitaram estabelecer uma ideia de unidade

intelectual, possibilitando a projeção e, ao mesmo tempo, a transcendência das ideias do autor graças à materialidade do suporte.

Na cadeia de produção tradicional de um livro, o autor pode elaborar um texto por iniciativa própria ou por encomenda de editoras, que surge da necessidade de se buscar mercados ainda não atingidos, solicitando, assim, o desenvolvimento de narrativas que se encaixem com os gostos do público leitor daquele nicho (Thompson, 2013). Em paralelo à cadeia de produção tradicional de um livro, as produções independentes são originadas por diferentes razões. Dentre elas, podemos destacar as dificuldades de acesso às editoras, as recusas de editores e agentes literários em publicarem gêneros novos/incomuns, ou também a vontade dos autores independentes em terem o total controle sobre a produção de seus livros (Lupton, 2011). Ao término da criação do texto, então, começam as etapas de aquisição e desenvolvimento do conteúdo.

Na cadeia tradicional de produção de um livro, essas duas etapas vêm acompanhadas pelo controle de qualidade, que tem por objetivo corrigir e aperfeiçoar as narrativas da matéria-prima. É a partir delas que nasce o relacionamento entre três importantes agentes no desenvolvimento do livro: o autor, o agente literário e o editor — também denominado de *publisher*. Thompson (2013) explica que o agente literário se caracteriza como o profissional responsável por desenvolver o conteúdo do livro junto ao autor, buscando encontrar erros de narrativa ou qualquer outro eventual problema no conteúdo da obra. Além disso, cabe ao agente literário assegurar os direitos autorais do autor durante a assinatura do contrato para a publicação do livro. Em contrapartida, o editor tem por responsabilidade mais básica a aquisição de novos conteúdos e a construção do catálogo. É o editor o único agente da cadeia produtiva a acompanhar todas as fases de produção de um livro, o que justifica a sua importância para o mercado editorial. São também suas funções o investimento financeiro e a avaliação de riscos, o desenvolvimento do conteúdo e controle de qualidade da obra, além de cuidar do gerenciamento e coordenação das vendas e do marketing de novos lançamentos.

No contexto de produção independente por meio do Kindle Direct Publishing, a responsabilidade pelos direitos autorais do autor, uma das funções do agente literário, é assumida pela própria plataforma, que define os termos e condições dos interessados em se autopublicarem. Dentre eles está o estabelecimento de 35% de *royalties* por livros que

oscilam entre R\$ 1,99<sup>6</sup> até R\$ 400,00, ou de 70% de *royalties* por livros que oscilam entre R\$ 5,99 até R\$ 24,99<sup>7</sup>.

Já o desenvolvimento do conteúdo da obra, outra função do agente literário, acaba ficando sob responsabilidade do próprio autor independente, uma incumbência que pode ser realizada por ele mesmo ou por terceiros (que o autor venha a contratar). Nessa etapa do processo de produção do livro, o autor também assume determinadas tarefas que na cadeia tradicional do livro ficam a cargo do editor. Além da construção do seu próprio catálogo, o autor tem a responsabilidade de compreender os riscos financeiros e coordenar as vendas e o marketing de suas obras.

Por fim, a última etapa da fase inicial de produção de um livro por meio da cadeia produtiva tradicional se caracteriza como a do copidesque. Essa etapa tem por objetivo revisar todo o texto e corrigi-lo, aperfeiçoando a matéria-prima do livro para que não haja erros ortográficos. Segundo Thompson (2013), esse trabalho é geralmente realizado por profissionais que compreendem profundamente as regras semânticas da língua portuguesa e/ou sobre os assuntos trabalhados no livro. Isso porque, muitas vezes, livros estrangeiros possuem especificidades técnicas de algumas áreas do conhecimento, como a Biologia ou a Medicina. Por conta disso, o texto passa por uma comissão que analisa se a tradução foi feita corretamente.

No contexto da produção independente, essa etapa pode ser realizada pelo próprio autor ou, novamente, por meio da terceirização do serviço. Por vezes, esse processo pode ser feito já durante a elaboração do texto, uma vez que encontramos a produção de um livro autopublicado centrado na figura do autor. Além disso, o *Kindle Direct Publishing* permite a atualização do livro indexado na plataforma, suprimindo a necessidade de erratas.

Assim, após terminada a fase inicial, passamos para as etapas de edição e design, diagramação, revisão, impressão e acabamento e vendas e marketing, as quais veremos a seguir.

---

<sup>6</sup> De R\$1,99 até R\$ 400,00 para livro menor que 3 MB. Para livro maior ou igual a 3 MB, e menor que 10 MB, o mínimo é R\$ 3,99 e o máximo R\$ 400,00. E para livro com 10 MB ou maior, o valor mínimo é de R\$ 5,99).

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://kdp.amazon.com/pt\\_BR/help/topic/G200634560](https://kdp.amazon.com/pt_BR/help/topic/G200634560)>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.

## FASE INTERMEDIÁRIA: CADEIA TRADICIONAL DO LIVRO IMPRESSO X *KINDLE DIRECT PUBLISHING*

A fase intermediária de produção de um livro por meio da cadeia tradicional tem seu início com a edição, que é sucedida pelas etapas de design e diagramação da matéria-prima. Essas três etapas definem o projeto gráfico do livro a partir da escolha das famílias tipográficas, das dimensões do suporte, da solicitação da ficha catalográfica e da definição de outros elementos paratextuais que dão características ao suporte. De acordo com Thompson (2013), essas etapas podem ser realizadas por setores específicos dentro de grandes ou pequenas editoras. O autor explica que, por vezes, elas podem ser terceirizadas conforme a demanda das editoras.

Já em um livro autopublicado por meio do *Kindle Direct Publishing*, a terceirização dessas etapas não é necessária, apesar de possível. Isso porque o *Kindle Direct Publishing* oferece ao autor a possibilidade de criar capas gratuitas para os livros através de uma ferramenta da própria plataforma<sup>8</sup>. Esse processo é ainda mais fácil por conta dos mais variados modelos disponíveis, que permitem a inserção do código ISBN e código de barras na contracapa, dando autonomia necessária ao autor para se autopublicar.

Com as etapas de edição, design e diagramação finalizadas, o livro é encaminhado para a revisão e, no caso da cadeia tradicional do livro, para a impressão. Comumente, as editoras terceirizam a etapa de impressão, já que, segundo Earp e Kornis (2005), são poucas as que possuem parques gráficos devido aos custos de manutenção dos maquinários. De acordo com os autores, a viabilidade do Plano Real na década de 1990, que estabilizou a inflação, possibilitou às editoras a impressão de livros no exterior que, por vezes, se torna mais barata do que no Brasil, devido aos custos de mão de obra.

No contexto de produção independente por meio do *Kindle Direct Publishing*, a etapa de impressão é praticamente inexistente, ou não muito comum. Apesar da plataforma ser voltada para os livros digitais, há a possibilidade de impressão dos livros. No entanto, a tiragem é significativamente baixa quando comparada à tiragem de livros impressos por uma pequena ou grande editora, e os custos por exemplar produzido são elevados.

A última etapa da fase intermediária de produção de um livro por meio da cadeia produtiva do livro é a das vendas e do marketing. Para Thompson (2013), essas duas andam

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://kdp.amazon.com/pt\\_BR/help/topic/G201113520](https://kdp.amazon.com/pt_BR/help/topic/G201113520). Acesso em: 10 fev. 2024.

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.

lado a lado, apesar de se distinguirem. A função do marketing em um modelo tradicional tem por objetivo fazer com que os livros lançados chamem a atenção dos leigos que, ao mesmo tempo, devem ser seduzidos a comprá-los. Enquanto isso, a etapa de vendas tem por intuito estabelecer quais clientes varejistas, como livrarias e lojas online, que receberão os futuros lançamentos da editora.

Para Earp e Kornis (2005), essas etapas são importantes na cadeia produtiva do livro por ser difícil estabelecer um público leitor. Segundo os autores, foi Arthur Schopenhauer<sup>9</sup> quem constatou que, mesmo se comprasse todos os livros já produzidos, faltaria tempo de vida para lê-los. Por isso, conceituam os consumidores de livros em dois grupos: o primeiro é formado por bibliotecários – que têm por função a acumulação de livros – e os leitores das bibliotecas. Já o segundo grupo é formado por aqueles que leem em seus tempos livres, ou aqueles que leem por necessidades profissionais. Esse último grupo, na visão de Earp e Kornis (2005), é considerado uma maioria esmagadora.

Na produção de um livro independente por meio do *Kindle Direct Publishing*, a própria plataforma oferece diferentes serviços de vendas e marketing para os autores<sup>10</sup>. Sendo eles: 1- a possibilidade de comprar anúncios dentro do próprio site da Amazon; 2- disponibilizar o e-book gratuitamente por tempo limitado; 3- oferecer desconto por tempo limitado com contagem regressiva; 4- comprarem outras versões do livro por preço reduzido ao adquirirem uma delas; 5- permitir a solicitação do e-book até 90 dias antes da data de lançamento do mesmo; 6- realizar promoções em redes sociais, dando livros de presentes aos leitores em eventos ou enviando cópias para assinantes do boletim informativo; 7- oportunizar aos leitores a possibilidade de emprestar o livro para outras pessoas; 8- compartilhar link para a pré-visualização do livro no Kindle ou 8- disponibilizar uma amostra de capítulos para possíveis leitores.

Após realizadas as divulgações dos livros, passamos para a última fase de produção de um livro, composta por estoque e distribuição, venda de livros, venda por atacado e distribuição para instituições, como bibliotecas e escolas.

---

<sup>9</sup> Arthur Schopenhauer foi um influente e conceituado filósofo alemão do século XIX.

<sup>10</sup> Disponível em: [https://kdp.amazon.com/pt\\_BR/help/topic/G201723090](https://kdp.amazon.com/pt_BR/help/topic/G201723090). Acesso em: 10 fev. 2024.

## FASE FINAL: CADEIA TRADICIONAL DO LIVRO IMPRESSO X KINDLE DIRECT PUBLISHING

A etapa final entre a cadeia produtiva tradicional de produção de um livro e a produção independente por meio do *Kindle Direct Publishing* são as mais discordantes entre as outras últimas. Na cadeia produtiva tradicional do livro, o estoque e a distribuição têm por objetivo fazer com que os livros cheguem aos livreiros, aos clubes de livros, às bibliotecas de instituições de ensino e ao varejo em geral (Thompson, 2013). De acordo com Earp e Kornis (2005), o estoque e a distribuição são dois grandes problemas na cadeia produtiva do livro. Para os autores, essas duas etapas são as menos estudadas quando se trata da cadeia produtiva do livro.

No Brasil, é sabido que a distribuição de livros acontece por meio da consignação. Nesse sistema de vendas, os livros são entregues às distribuidoras, que fazem a estocagem dos exemplares. Ao serem vendidos nas livrarias, os acertos acontecem de 30 a até 90 dias após a comercialização deles. Este modelo traz como desvantagem a necessidade de uma tiragem significativamente grande para abastecer as livrarias do país inteiro, além dos riscos financeiros que esse sistema pode vir a acarretar.

Já na produção independente por meio do *Kindle Direct Publishing*, o estoque não é necessário. No caso da versão digital do livro, o leitor tem acesso ao produto na hora da compra, podendo lê-lo pelo computador, pelo smartphone ou pelo próprio dispositivo de leitura da Amazon, o *e-reader* Kindle. E mesmo adquirindo a versão impressa, o livro é produzido individualmente e enviado imediatamente ao leitor, sem a necessidade de estocagem.

No entanto, no que se refere à prática de pagamento aos autores, o sistema é semelhante à consignação trabalhada pelas editoras<sup>11</sup>. A cada 60 dias, o *Kindle Direct Publishing* paga os *royalties* aos autores que atingirem o mínimo de US\$ 100,00 na venda de livros. Caso não atinjam o mínimo nesse período, a plataforma retém os valores obtidos até os próximos 60 dias e, assim, sucessivamente. Assim, a distribuição de livros para os leitores marca o final da cadeia produtiva do livro impresso e da cadeia de produção do livro por meio do *Kindle Direct Publishing*.

---

<sup>11</sup> Disponível em: [https://kdp.amazon.com/pt\\_BR/help/topic/G200641050#schedule](https://kdp.amazon.com/pt_BR/help/topic/G200641050#schedule). Acesso em: 10 fev. 2024. *Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como pode ser observado ao longo deste estudo, enquanto a cadeia editorial tradicional envolve múltiplos intermediários e etapas especializadas, o KDP capacita os autores a assumirem o controle completo desse processo, que vai desde a concepção do conteúdo até a distribuição global, de forma ágil e com custos reduzidos. A priori, podemos perceber que a própria plataforma da Amazon oferece um discurso de ordem narrativa de independência e emancipação em relação a essa alternativa de publicação independente. No entanto, podemos estabelecê-la como falaciosa, uma vez que o autor ainda está sob a sombra de uma instituição que possui um capital simbólico e financeiro maior que seu próprio.

Ainda assim, essa aparente autonomia democratiza, ao menos em parte, o acesso à publicação, anteriormente limitada a um número restrito de autores que passavam por *gatekeepers* editoriais. Nesse sentido, podemos notar que, enquanto a cadeia tradicional promove uma estrutura hierárquica com diversos agentes e processos específicos, o KDP permite uma abordagem mais direta e acessível, proporcionando flexibilidade e agilidade aos autores independentes.

Diante de tais questões, podemos dizer que ambas as cadeias de produção, a tradicional e a no *Kindle Direct Publishing*, oferecem vantagens e desvantagens. A primeira pode trazer mais tranquilidade e comodidade ao autor, por contar com todo um aparato de atores que contribuem para o processo de publicação de um livro da fase inicial até a fase final. Há mais olhares, especialidades e muitas mãos na confecção de uma obra. Logo, a chance de excelência e sucesso no processo como um todo é grande.

A segunda cadeia, a da autopublicação, pode proporcionar mais autonomia ao autor, em especial na fase intermediária, quando o autor pode ficar mais livre para tomar suas decisões como na escolha da capa, na edição e na revisão. Em contrapartida, essa liberdade traz junto mais tarefas laborais que vão além da arte, esta que é a joia e desígnio de todo processo: o fazer de um escritor. Fato é que em ambas as cadeias de produção o autor tem, de uma forma ou de outra, algum vínculo, alguma amarra com quem o publica. É por isso que podemos dizer que ele não está em um estado de independência. Ao menos, não total.

Embora este estudo tenha destacado as transformações significativas trazidas pela ascensão das plataformas de autopublicação como o KDP, enfatizando tanto as oportunidades quanto os desafios que acompanham essa revolução digital no campo editorial ao oferecer

uma visão crítica e atualizada das dinâmicas em jogo, é fundamental reconhecermos suas limitações e potenciais pesquisas futuras. Exemplo disso são os potenciais impactos socioeconômicos das mudanças tecnológicas no mercado editorial nem as implicações a longo prazo para a diversidade e qualidade literárias. Por isso, em estudos futuros, cabe investigarmos, por exemplo, como as plataformas digitais como o KDP influenciam a democratização do acesso à publicação e como isso pode afetar a ecologia literária global.

Outra questão importante é a de como as plataformas digitais são meios capazes de ampliar e promover uma maior diversidade de vozes e perspectivas literárias. Além disso, seria valioso investigar as estratégias de marketing e as dinâmicas de avaliação de usuários no sucesso comercial de obras autopublicadas. Essas áreas podem oferecer insights cruciais para entender como as tecnologias digitais estão remodelando não apenas a produção e distribuição de livros, mas também a recepção e o consumo literário em escala global.

Pesquisas como a aqui registrada e as possíveis de serem desdobradas a partir dela, além de documentar as mudanças na dinâmica de produção e distribuição de livros, também contribuem para uma compreensão mais profunda das implicações socioeconômicas e culturais dessas transformações. Por isso, partimos da análise de como o *Kindle Direct Publishing* permite aos autores um controle sem precedentes sobre seus processos criativos e comerciais: para abrir novas perspectivas para investigações sobre democratização da publicação e diversidade literária em um contexto digital globalizado.

**AGRADECIMENTOS:** Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo fomento por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior viabilizou esta pesquisa sob a forma de bolsas de estudo para os autores.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. *A Cauda Longa*. São Paulo: Elsevier, 2008.

ARAÚJO, P. G. de. *Uma tecnologia na mão e uma ideia na cabeça: pequenas editoras, autores independentes e novas possibilidades de publicação de livros*. Dezembro de 2013. 128 páginas. Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

EARP, F. S.; KORNIS, G. *A Economia da Cadeia Produtiva do Livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FORBES. As-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/01/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2023>. Acesso em 10 fev. 2024.

LUPTON, E. *A produção de um livro independente - Indie Publishing: um guia para autores, artistas e designer*. São Paulo, Edições Rosari, 2011.

LYONS, M. *Livro: uma história viva*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

MELOT, M. *Livro*, São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

SHIRKY, C. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, c2011. 210 p.

THOMPSON, J. B. *Os Mercadores de Cultura: o mercado editorial no século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Recebido em 14 de fevereiro de 2024.

Aprovado em 09 de julho de 2024.





## PROCESSO MIGRATÓRIO, CUIDADO À SAÚDE E A PANDEMIA DA COVID-19

DOI: 10.48075/ri.v26i2.33307

Eliana Gonçalves Coimbra<sup>1</sup>  
Maria Fernanda Munhak da Silva<sup>2</sup>  
Marcos Augusto Moraes Arcoverde<sup>3</sup>  
Rosane Meire Munhak da Silva<sup>4</sup>

**RESUMO:** Por considerar os desafios do processo migratório, acentuados pelo cenário pandêmico da COVID-19, essa pesquisa buscou descrever as experiências de famílias migrantes internacionais e suas preocupações para o cuidado da saúde em tempos de pandemia. Estudo exploratório, qualitativo, com famílias migrantes internacionais, em Foz do Iguaçu, Brasil. As experiências das famílias na pandemia incluíram a percepção de perigo, limitações e morte, contudo, consideraram o processo migratório tranquilo, visto que as fronteiras com o Brasil se encontravam abertas. Reconheceram a necessidade de prevenir e conter o vírus, mas isso repercutiu no cotidiano e interferiu nas relações pessoais, acentuando vulnerabilidades já existentes. Mostraram preocupações para proteger e cuidar da família, principalmente por condições preexistentes, também destacaram a importância da imunização e o bom atendimento dos serviços de saúde brasileiros. Embora o Brasil tenha um sistema de saúde universal, é preciso garantir que esse acesso ocorra sem distinção ou banalização das características próprias do migrante.

**Palavras-chave:** Emigração e imigração; Infecções por coronavírus; Saúde.

## MIGRATION PROCESS, HEALTH CARE AND THE COVID-19 PANDEMIC

**ABSTRACT:** Considering the challenges of the migration process, accentuated by the COVID-19 pandemic scenario, this research sought to describe the experiences of international migrant families and their concerns regarding health care in times of pandemic. Exploratory, qualitative study, with international migrant families, in Foz do Iguaçu, Brazil. The families' experiences during the pandemic included the perception of danger, limitations and death, however, they considered the migration process to be peaceful, as the borders with Brazil were open. They recognized the need to prevent and contain the virus, but this had repercussions on daily life and interfered with personal relationships,

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre em Saúde Pública em Região de Fronteira. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu, Brasil. E-mail: eliana\_coimbra@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduanda em Medicina. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel, Brasil. E-mail: maria.munhak@hotmail.com.

<sup>3</sup> Enfermeiro. Professor Adjunto do Curso de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Saúde Pública em Região de Fronteira. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu, Brasil. E-mail: marcos.arcoverde2013@gmail.com.

<sup>4</sup> Enfermeira. Professora Adjunto do Curso de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Saúde Pública em Região de Fronteira. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu, Brasil. E-mail: zanem2010@hotmail.com.

accentuating existing vulnerabilities. They showed concerns about protecting and caring for the family, mainly due to pre-existing conditions, and also highlighted the importance of immunization and good care from Brazilian health services. Although Brazil has a universal healthcare system, it is necessary to ensure that this access occurs without distinction or trivialization of the migrant's own characteristics.

**Keywords:** Emigration and immigration; Coronavirus infections; Health.

## INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a comunidade científica chinesa alertou à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre uma patologia similar a uma pneumonia viral, identificada na cidade de Wuhan, província de Hubei. Em janeiro de 2020, foi declarada a pandemia da COVID-19, causada pelo Coronavírus-2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2), que se alastrou por todas as nações, de forma rápida e progressiva (Organização Mundial Da Saúde, 2023).

Reconhecida como um grave problema de saúde pública, a pandemia resultou em mudanças no modo de viver e nas relações sociais, necessitando a implementação de emergências sanitárias, visando o bem-estar coletivo. Dentre as muitas medidas tomadas, aconteceram o isolamento social, quarentena e *lockdown*, com a perspectiva de enfrentamento e contenção da agressiva transmissão e contágio entre a população mundial (Fundação Oswaldo Cruz, 2020).

A falta de conhecimento, a propagação de *fake News*, a falta de medicamentos e equipamentos em consonância as manifestações negacionistas em alguns setores, se tornaram agentes determinantes para a evasão de famílias das unidades de saúde. Tal fenômeno teve origem no temor de contagiar-se, infectar a família e no medo da morte (Fundação Oswaldo Cruz, 2020; Organização Mundial Da Saúde, 2023).

Somada à alta morbimortalidade, a COVID-19 também evidenciou um cenário de desigualdades e segregações, que propalou o fluxo migratório, apesar do fechamento de fronteiras temporário – com trânsito apenas para cargas e mercadorias – e suspensão de voos e outras viagens. A devastação na economia e na saúde fez surgir um importante número de famílias em situação de vulnerabilidade, que indica indivíduos fragilizados e expostos a fatores de risco ou incapazes de promover mudanças em relação as suas condições de moradia, alimentação, higiene, educação e saúde (Silva-Sobrinho *et al.*, 2021).

A vulnerabilidade propagada pela COVID-19 traçou um novo perfil de populações oriundas, na maioria das vezes, da imigração em busca de melhores condições de vida e saúde. Somente em 2020 cerca de 281 milhões de pessoas, que correspondem a 3,6% da população mundial eram migrantes, com quase dois terços vivendo em países de alta renda, 31% em países de média renda e 4% em países de baixa renda (Matlin *et al.*, 2021).

A desigualdade concebida pela COVID-19 em territórios socialmente desfavoráveis evidencia as dificuldades de acesso à saúde e aos direitos básicos de sobrevivência. Entre as famílias de migrantes, os infortúnios são acrescidos de preconceito racial, xenofobia e vulnerabilidades sociais e financeiras, que desvelam o equívoco de haver-se nominado essa pandemia de “doença democrática”, pois ela não iguala o acesso aos serviços de saúde e a outros bens coletivos (Calmon, 2020).

Ao buscar cuidados de saúde, as famílias migrantes adentram o campo de serviços públicos vivenciando uma inclusão, de maneira bilateral, com ambos os lados exercendo essa modalidade a partir de seus conceitos de atenção - o migrante e o serviço não se manifestam numa perspectiva científica e nas práticas de saúde, embora se perceba que o propósito seja o de tratar ou prevenir o sofrimento (Ménendez, 2016).

Esse processo de exposição ao novo modelo de cuidado exige do profissional uma sensibilidade no acolhimento dessas necessidades sanitárias, haja visto que esse grupo já é colocado a transpor vários obstáculos e, ao buscar o atendimento na saúde, a esperança é ser abordado com respeito à sua carga emocional, padrões éticos e religiosos, dentre outros conceitos que determinam sua estrutura familiar e concepção de cuidados (Souza, 2020).

A COVID-19 produziu efeitos colaterais na saúde de migrantes, já naturalmente envolvidos num processo social de segregação que engloba as adversidades encontradas pela falta de documentação regular, acesso à saúde, auxílios financeiros, o desemprego e o retiro social suscitado pelo estigma de migrante. Todas essas circunstâncias estampam um dos feitos sociais revelados nesse lapso de pandemia (Cavalcanti; Oliveira, 2020).

Desse modo, por considerar que famílias migrantes internacionais, expostas às barreiras emanadas com a disseminação da COVID-19, no contexto migratório, que socialmente destaca um quadro de desigualdades, surgiu a seguinte pergunta de pesquisa: Como as famílias migrantes organizaram os cuidados de saúde na pandemia da COVID-19? Para tanto, o objetivo desse estudo foi descrever as experiências de famílias migrantes internacionais e suas preocupações para o cuidado da saúde durante a pandemia.

## MÉTODOS

Pesquisa exploratória, qualitativa, realizada em Foz do Iguaçu, Brasil, município de tríplice fronteira, junto a Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). Estima-se a presença de aproximadamente 80 etnias no município, com maior registro de migrantes do Líbano, China, Paraguai, Argentina, Japão e Coréia do Sul (Foz Do Iguaçu, 2021).

Para o atendimento de saúde da população, o município possui 29 Unidades Básicas da Saúde (UBS), duas Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e dois hospitais para atendimento do sistema público de saúde. Quanto à estrutura da assistência social, observa-se cinco Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dois Centros de Referência Especial da Assistência Social. Desse modo, a família migrante em situação de vulnerabilidade que chega à Foz do Iguaçu é encaminhada para o Centro Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua – Centro Pop, serviço que realiza o acolhimento e triagem do migrante para uma das três Casas de Passagem – abrigos temporários. Nesses abrigos, recebem orientações e encaminhamentos para outros serviços, podendo permanecer alojados por até 90 dias, cujo acesso acontece por iniciativa própria ou por meio do Serviço de Abordagem Social.

A coleta de dados aconteceu entre maio-dezembro de 2022, adotaram-se como critérios de inclusão: famílias de nacionalidades diferentes da brasileira, residentes em Foz do Iguaçu (mesmo que temporariamente), com pelo menos um membro que compreendesse a língua portuguesa, com idade superior a 18 anos. E como critérios de exclusão: famílias cujo responsável apresentasse problemas de saúde mental e/ou clínica que impedisse sua participação na pesquisa. Destaca-se que nenhum participante foi excluído.

O primeiro contato com as famílias ocorreu em um dos seguintes serviços: CRAS ou nos serviços de apoio (Centro Pop). As famílias foram convidadas a participar da pesquisa, sendo explicado o objetivo e a importância da pesquisa e coletada sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, das quais uma ficou em posse do participante e outra do entrevistador. Na sequência, foi agendado as entrevistas em profundidade, na própria instituição de assistência.

Para a realização das entrevistas, a primeira autora, que é assistente social, foi previamente treinada pela pesquisadora responsável, profissional da saúde com experiência em pesquisa qualitativa. Para o treinamento da pesquisadora-entrevistadora, foram

realizadas duas entrevistas piloto, as quais também serviram para os ajustes do roteiro de entrevista, incluídas nessa pesquisa.

Participaram das entrevistas 15 famílias, envolvendo 15 mães e 14 pais (29 participantes), cujas nacionalidades foram: venezuelana, haitiana, cubana e colombiana. Embora haja predominância de famílias libanesas, chinesas e paraguaias no município, estas duas primeiras, em sua maioria, não utilizam os serviços públicos do município, enquanto a paraguaia, não compareceu nos serviços destinados ao apoio ao migrante, visto que, a busca pelos serviços de saúde geralmente acontece de forma direta, sem intermédio das instituições de assistência social.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para a interpretação e análise dos resultados. Foi disponibilizada a gravação em seu término para que os participantes pudessem dar anuência de seu conteúdo, os quais recusaram essa etapa. Destaca-se que as entrevistas foram consideradas encerradas a partir do momento que possibilitaram a organização de um constructo sobre o fenômeno estudado, permitindo responder seu objetivo inicial.

O roteiro para guiar a entrevista apresentou como questão disparadora do diálogo: “Fale-me sobre suas experiências e preocupações para o cuidado da saúde em tempos de pandemia”. O roteiro para o diálogo envolveu aspectos sobre o processo migratório, os cuidados com a saúde e a pandemia da COVID-19.

A interpretação de sentidos foi a técnica de análise eleita para a realização desse estudo, a qual foi organizada a partir de três etapas: i) leitura compreensiva do material; ii) elaboração das estruturas de análise; iii) busca de sentidos mais amplos (Gomes, 2020). A primeira leitura oportunizou a construção de um mapa horizontal do material, seguida de leituras aprofundadas, de maneira transversal, que possibilitaram uma segunda classificação. Após o reagrupamento, interpretações das questões pertinentes e reinterpretções, foram organizadas duas categorias de análise, baseadas no processo migratório em meio à crise sanitária global e na forma como os cuidados com a saúde da família foram organizados. Portanto, não foi utilizado *software* para o gerenciamento dos resultados.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer nº 5.440.262 e atendeu a Resolução nº 466/2012. Os participantes foram identificados por letras iniciais e o número da respectiva entrevista, como segue: Família 1, participante 1 (F1P1).

## RESULTADOS

Pela análise dos resultados, emergiram duas categorias de análise: Processo migratório durante a pandemia da COVID-19 e Os cuidados à saúde de migrantes internacionais em tempos de pandemia.

### PROCESSO MIGRATÓRIO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia da COVID-19 foi um fenômeno histórico que transformou as relações humanas, a realidade sanitária se compôs de fatores que envolveram perdas e desafios sob uma ótica global. Os entrevistados reproduziram em suas falas percepções de perigo, limitações e morte sobre a pandemia e as dificuldades que foram determinantes para suas famílias.

Eu entendo que a pandemia foi muito perigosa, morreu muita gente, muitas famílias. Graças a Deus em minha família a maioria não morreram disso, morreram de outra enfermidade. Em mim deu COVID-19, mas graças a Deus estou muito bem. (F1P1)

A pandemia trouxe muitas limitações e foi um pouco difícil, pois devido as limitações, havia muito serviços que não estavam trabalhando 100% e isso derivou em atrasos em certos processos. (F2P2)

O nosso processo migratório foi na pandemia, porém já estava amenizando mais as coisas. Tivemos que passar na fronteira de Venezuela para o Brasil, a polícia da fronteira do Brasil nos atendeu, nos deu permissão de entrada. Bom, havia certo comportamento devido a pandemia como distanciamentos, máscaras, e tivemos que seguir assim para prevenção. (F3P2)

Foi muito difícil para nós, minha esposa ficou muito mal, sabíamos que é um negócio que não podemos brincar com isso, é uma responsabilidade para essas pessoas que estão trabalhando, que igual que nós, perderam familiares, perderam amizades. (F9P1)

As famílias expressaram suas experiências relacionadas ao processo migratório, destacando que sua entrada no Brasil em plena pandemia de COVID-19 foi tranquila, visto que as fronteiras, no momento da migração, estavam abertas.

Em plena pandemia, passamos pelo Paraguai, porém, lá não consigo nada de trabalho. Aí tivemos que passar aqui para o Brasil, que graças à Deus, na casa de passagem nos ajudaram a conseguir os documentos brasileiros. (F1P2)

Meu esposo estava viajando a trabalho, então passamos na fronteira de Venezuela e migrar ao Brasil, e a fronteira do Brasil estava aberta e nos receberam e nos deram o passe de 60 dias. (F3P1)

Estávamos em pandemia, eu cheguei em junho do ano passado, já tinha três meses em pandemia. (F15P1)

No contexto pandêmico, os depoimentos apontaram para a necessidade das medidas de prevenção e contenção do coronavírus impostas pelas autoridades sanitárias, que repercutiram na vida cotidiana da família, sobretudo do filho e sua condição de migrante.

Difícil sim, sobre participar de atividades escolares como dança e esporte que ela gosta. (F2P1)

Trouxe mudanças desde que estamos no Brasil vindos da Venezuela. Mudanças no sentido de mais restrições, uso de máscaras, obviamente o ser humano não estava acostumado, uso de gel, mais atenção e cuidados nos locais que frequentava nas coisas em que tocava. (F2P2)

Foi difícil porque o confinamento e a parte de que muitas pessoas ficaram sem trabalho, eu fui um ano e meio que fiquei sem trabalho por meio da pandemia, que por isso foi um dos motivos por que eu me vim de Venezuela, fiquei sem emprego. Foi muito difícil porque não tínhamos recursos, em Venezuela, por exemplo, o álcool em gel é supercaro, as máscaras não se dão nos hospitais, você tem que comprar. Tudo o que era para prevenir a COVID-19 praticamente estava a pôr nas nuvens, então não encontra como se cuidar sem ter que gastar muito dinheiro. (F15P1)

A dimensão da pandemia de COVID-19 na vida das famílias migrantes interferiu inclusive em suas relações pessoais sob vários aspectos, algumas relataram a preocupação com familiares e amigos com as quais mantinham vínculos afetivos, outras descreveram que nesse período, as limitações já vivenciadas foram potencializadas.

Minha mamãe teve COVID-19, ficou bem grave, ficou um tempo em cama na casa dela, porque não quis ir para o hospital, mas agora está bem, está melhor e tomou sua vacina contra COVID-19. (F1P1)

No meu círculo familiar não houve nenhuma vida perdida relacionada à COVID-19. De alguma forma sim, e não somente para nós estrangeiros, mas sim para todos, representou limitações, pois muitos trabalhos fecharam, muitas ofertas de emprego [...]. (F2P2)

Aqui no Brasil, pastores, amigos, na Colômbia também, um amigo na Colômbia morreu [...]. Já tem acontecido algum tipo de coisa nele, detectaram a COVID-19, a minha esposa mesmo também pegou a COVID-19, e ela ficou praticamente um ano que tinha uma sensação de vertigem, sensação de morte, sabe? Uma depressão terrível e foi uma situação bem difícil para nós. (F11P1)

A COVID-19 figurou um difícil fenômeno que permeou a história recente das populações e que desafiou o conhecimento científico. A globalização da pandemia e suas intervenções revelaram múltiplos conceitos sobre sua natureza, sendo que para as famílias migrantes, a percepção do início desse fenômeno pode ter sido por criação do vírus pelo próprio ser humano ou com origem em animais silvestres. Fato que há concordância para todos é que a pandemia significou uma tragédia mundial, sob todos os aspectos.

Para mim foi um vírus que foi criado, né. E daí virou uma pandemia mundial. (F6P2)

Aí eu fico sobre COVID-19 um pouco confuso, porque não sei o que está acontecendo realmente em um mundo, agora não se sabe o que está acontecendo. Saiu COVID-19, agora que vai sair o vírus de macaco, muitas coisas estão falando, só que tem que cuidar e se vacinar, que vacinar salva a vida. (F8P1)

[...] eu estava trabalhando antes da pandemia, tive que sair dispensado, além de que já estavam as coisas difíceis, ficaram ainda mais difíceis, e as coisas cada dia estão ficando mais difíceis. Como eu te falei, se não fosse por Deus, a gente não estivesse conseguindo, mas a gente está sobrevivendo, fazendo as coisas, [...] botando pessoas assim ao nosso redor que estão nos ajudando, porque praticamente a pandemia tem destruído muitas coisas. Não somente a saúde de muitas pessoas, mas a economia, muitas coisas que estão acontecendo, na verdade. (F11P1)

Ai, que isso é uma tragédia para todos, de verdade que sim. Foi fatal. (F13P1)

O desconhecimento sobre a doença e a intensidade com a qual o coronavírus se propagou pelo mundo, exigiu mudanças em vários contextos. Nesse sentido, as famílias relataram condições de vulnerabilidades que sofreram com esse período pandêmico, as quais foram acentuadas.

O que trouxe de ruim? Tudo. Imagina, a instabilidade econômica, a falta de emprego, muitas coisas diminuíram, porque além de doenças, a morte gerou muitas perdas econômicas a nível mundial, porque não foi apenas a nível pessoal, mas a nível mundial, porque acho que a todos os seres humanos afetam muito a COVID-19 em relação à instabilidade econômica e a parte emocional também, porque nos afetou muito. (F12P1)

Realmente, nesse tempo eu não estava trabalhando, não estava em condições de trabalhar, mas foi uma mudança em tudo, porque já a gente não volta a ser a mesma. E agora que isso está voltando, a gente tem que tomar precauções, tem que se proteger. (F14P1)

## OS CUIDADOS À SAÚDE DE MIGRANTES INTERNACIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Os relatos das famílias migrantes trouxeram as preocupações para manter as medidas de proteção e os cuidados que influenciaram na preservação da saúde da criança e do núcleo familiar, sobretudo quando apresentava outras condições vulneráveis.

Em casa no banho, uso de gel, cloro para a limpeza e higiene e não recebemos visitas, nem com poucas pessoas e quando, recebemos uso de máscaras e gel é imprescindível e os cuidados que temos que ter precaução. (F2P2)

Sim, eu me protegi com guantes, máscaras, igual aos filhos, desinfetava a casa, os sapatos, tudo. E, além disso, muito pouco saía. Quando me deu COVID-19, inclusive, eu e meus filhos, estive sozinha, como sempre, para poder atender e tratar, sobretudo a filha que estava mais delicada, eu tive que me cobrir muito para poder proteger eles, não dormia com eles, dormia separadamente, usei guantes, usei máscaras, me tapei o mais que pude e não estar tão perto deles. (F12P1)

Quando começou a pandemia da COVID-19 eu estava em Equador. Minha filha estava saindo do hospital muito prematuro, e como tudo, decretaram estado de

exceção em Equador, não se podia sair, tínhamos que permanecer em casa, e eu tive que permanecer em casa, preparar um pequeno kit de primeiros auxílios com paracetamol, vitamina C, analgésico, ibuprofeno, mais do que tudo, coisas antipiréticas para qualquer situação de emergência, e isso, e comprando um pouco de fruta, porque dizer que alimento não, porque foi difícil, não foi tão pouco fácil, mas pelo menos os meus filhos consegui proteger. (F12P1)

Desse modo, as famílias passaram a desenvolver um conjunto de cuidados para enfrentar e/ou superar os efeitos decorrentes da pandemia. Revelaram inclusive, que percebem a promoção de cuidados essencial para a manutenção de uma vida saudável e expuseram sua percepção sobre as vacinas.

Eu tomei minha vacina. Eu tenho uma dose tomada e nos próximos dias vou tomar a outra, não fiz porque como te falei, estamos passando né esse tempo e na verdade e a gente praticamente se cuidando, e estamos esperando para ver como está reagindo as vacinas nas pessoas, eu particularmente estou esperando. (F11P1)

Sim, temos todas as vacinas, de fato, até o pequeno eu o vacinei aqui no Brasil, as 2 doses, e nós o resto temos 3 doses. (F13P1)

E diante das situações de agravos à saúde, manifestaram uma avaliação favorável quanto ao atendimento recebido nos serviços de atenção primária e de urgência e emergência do Brasil.

[...] chamaram a ambulância na casa de passagem, e eu fui com meu filho e atenderam muito bem, nós passamos a noite lá, deram comida, atenderam ele e deram medicação para ele, tudo excelente. (F1P2)

Quando ela tomou a vacina da COVID-19 houve sangramento no nariz e fomos na casa de passagem e os profissionais se encarregaram a chamar a ambulância até o centro médico e a atenderam muito bem rápido graças a Deus. (F2P1)

Já precisei, eles me atenderam muito bem, graças a Deus foi um momento difícil, mas eles sabiam como entender as pessoas, chegar ao ponto onde tinha que chegar e atender a criança na hora certa. (F9P1)

Segundo as famílias, pelo fato de já ter em posse a documentação pessoal, dispensada quando chegaram no Brasil com auxílio dos serviços de assistência social, o atendimento necessário para o tratamento de agravos, inclusive para dar seguimento nos serviços de atenção primária, foi facilitado.

Aqui sim, como temos documentos nós somos acolhidos. (F1P2)

O médico falou que dava inclusive para buscar atendimento no postinho. (F5P2)

Nós vamos direto lá posto para os cuidados com meu filho. Às vezes não tem médico presente, então coloca na fila para esperar ou se for uma coisa grave a gente vai lá direto na UPA. (F5P1)

Vacina, vacinei todos os meus filhos, e o maior, um dos meus filhos, o levei a um oftalmologista, atendiam excelente. O meu filho pequeno levei ao pediatra e atenderam muito bem. (F13P1)

## DISCUSSÃO

A presente investigação vislumbrou descrever a experiência de famílias migrantes internacionais em meio a pandemia e os cuidados adotados por eles para sua proteção e de seus filhos. A decisão em migrar para outro país envolveu vários sentimentos que motivaram esse propósito de experimentar uma nova vida. O migrante é motivado para essa jornada pelo desejo de deixar sua terra natal, empreender viagem ao desconhecido, ter expectativas sobre a nova morada, estar legalizado, conseguir recursos financeiros para contribuir com familiares que ficaram para trás e outras ressignificações para esse deslocamento (Amorin; Moraes, 2019).

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 70,8 milhões de pessoas foram sujeitas ao deslocamento, dos quais 25,9 milhões de pessoas refugiadas. Dentre os principais solicitantes, se destacaram os venezuelanos e haitianos, que buscaram refúgio no Brasil para fugir de uma profunda crise política, econômica e humanitária em seus países (Alto Comissariado Das Nações Unidas Para Refugiados, 2019).

No percurso migratório, ademais à iminente possibilidade de ocorrer vulnerabilidades, com ênfase aos riscos da travessia em si, os migrantes são, muitas vezes, compelidos a transpor obstáculos e necessidades, a fim de adaptar-se ou sentir-se parte da nova sociedade. Essa transição, não ocorre de maneira tranquila, pois a receptividade da população nacional pode se manifestar em conjunturas difíceis de aceitação e acolhimento ao migrante com quem irá compartilhar seu território (Amorin; Moraes, 2019).

Além dessas questões, outro desafio posto ao migrante nesse processo é a escolha como destino por um país que já tenha problemas sociais e mesmo assim, ser estigmatizado ao ser visto como um potencializador das deficiências nos setores da educação, saúde, saneamento básico e outros serviços que devem ser primordiais para uma convivência pacífica e saudável. Essa trajetória exige múltiplas adaptações com a finalidade de integrar um novo contexto, entretanto, o alcance desse propósito não depende apenas dos esforços do migrante, visto que se torna primordial, o desejo da população nativa em conviver com esse processo (Amorin; Moraes, 2019).

A integração do migrante à sociedade onde foi recebido apresenta-se fragilizada em muitas áreas, pois ao buscar inserir-se ao mundo do trabalho, os migrantes são colocados a exercer atividades que exigem pouco grau de instrução, à custa de empreender longas

jornadas que demandam esforços para receber remunerações mais baixas (Neves; Macêdo; Gomes, 2017).

Na saúde, considerado um direito essencial de todos, o processo migratório está repleto de inquietações que podem conduzir as situações de marginalização, gerando ou potencializando mais agravos à saúde. Observa-se que, apesar do recomendado, as ações em política pública de saúde não apontam preparo efetivo dos profissionais e dos serviços de saúde para o cumprimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), no que diz respeito ao atendimento das necessidades de saúde das minorias populacionais, em especial os migrantes (Delamuta *et al.*, 2020).

Nesses últimos anos, a população mundial vivenciou importantes transformações, pois que a pandemia provocou muitas crises e conflitos, gerou incertezas, medos e tensões que ocasionaram impactos psicossociais, sanitários, econômicos, no mundo do trabalho, na vida cotidiana e no bem-estar coletivo (Ramos, 2021). Esses sentimentos e repercussões também foram experienciados pelas famílias de migrantes do presente estudo.

A COVID-19 foi um evento sanitário multidimensional e que afetou toda a sociedade. Não faltam relatos sobre episódios envolvendo racismo, xenofobia, assim como as restrições por meio de medidas sanitárias, fechamento de fronteiras e outras vivências concretas que se apresentaram como assuntos necessários tanto para populações refugiadas, quanto para outros grupos em situações vulneráveis durante a pandemia (Rodrigues; Cavalcante; Faerstein, 2020).

O processo migratório experienciado nessa pesquisa, aconteceu de forma tranquila e acolhedora, segundo os relatos, visto que as fronteiras internacionais ainda estavam abertas. Especificamente em Foz do Iguaçu, a iniciativa do Paraguai e Argentina pelo fechamento das pontes da Amizade (Brasil e Paraguai) e Fraternidade (Brasil e Argentina) aconteceu em março de 2020, uma decisão importante para o controle e disseminação do coronavírus, recomendada pela OMS (Silva-Sobrinho *et al.*, 2021).

No Brasil, a pandemia evidenciou potenciais vulnerabilidades já prevalentes em muitas populações. No rol de coletivos prejudicados e fortemente impactados pelo coronavírus, estavam as populações migrantes (Rodrigues; Cavalcante; Faerstein, 2020). As vulnerabilidades foram exacerbadas negativamente na pandemia, quando a doença evidenciou outras já existentes e sobrepôs a essas situações vulneráveis, fazendo surgir novas formas de vulnerabilidades frente à grandeza desse fenômeno pandêmico. Dessa forma, o

coronavírus afetou diretamente os direitos específicos e grupos vulneráveis (Smith; Judd, 2020).

A dimensão da COVID-19 demandou medidas sanitárias, econômicas e sociais. As famílias descreveram que essas medidas foram necessárias, mas que repercutiram em sua vida cotidiana e de seus filhos. Esse aspecto foi ressaltado em outro estudo, destacando que o isolamento social se constituiu em elevado risco para a saúde mental das famílias em geral, sendo que as populações com nível socioeconômico mais baixo e as minorias, a exemplo os migrantes, foram os que mais sofreram (Brooks *et al.*, 2020).

A declaração que o mundo estava afetado pela pandemia exacerbou problemas, desigualdades sociais e discriminações preexistentes em populações que viviam em vulnerabilidade (Silva; Pulido, 2021; Poiatti; Pedroso, 2022). Os prejuízos de variada natureza afetaram as populações mais pobres e que não tinham acesso à internet. Essa situação atingiu de maneira acentuada os coletivos migrantes que sofreram, ainda, pela ausência de uma rede de apoio. Longe de sua terra natal, da família e de amigos, foi preciso criar vínculos, buscar a solidariedade do “outro” e ajuda de programas governamentais e não-governamentais para atravessar esse período pandêmico (Silva; Pulido, 2021).

A COVID-19 foi a protagonista de uma tragédia sanitária continental. O desconhecimento sobre a doença, reforçado por informações sem base científica, divulgações infundadas ou falsas, a transmissão do vírus, período de incubação, dimensão geográfica, número de pessoas infectadas e taxa de mortalidade, provocaram medo e insegurança na população. Essas incertezas abalaram a rotina e a saúde mental das pessoas (Ornell *et al.*, 2020).

Além de haver instaurado o medo real da morte, a COVID-19 demandou estratégias e mudanças na rotina e organização familiar e de trabalho. Fecharam escolas, empresas e locais públicos, isolaram populações, gerou sentimentos de desamparo e abandono, aumentando a insegurança causada pelas repercussões econômicas e sociais dessa tragédia mundial (Poiatti; Pedroso, 2022; Ornell *et al.*, 2020).

Em busca de preservar a saúde, foi necessário que o migrante confiasse no atendimento profissional, em especial quando preexistiam enfermidades na família. Essa possibilidade tornou-se concreta quando o migrante reconheceu similaridades positivas entre os cuidados de saúde que recebia em seu país e os que encontrou no local de acolhida (Silva; Macedo; Quintal, 2022).

Entretanto, não raras as vezes, os cuidados e a preservação da saúde ocorreram de forma natural, pois surgiu o desejo de adaptar suas crenças e prioridades nesse processo. Na cultura de alguns coletivos, o tratamento convencional passou a ser substituído por uso de chás, de ervas naturais, de compressas quentes, entre outros costumes herdados de seus antepassados (Timóteo *et al.*, 2023).

Diferentemente do encontrado neste estudo, cujos participantes não encontraram obstáculos para o atendimento da saúde de sua família, a literatura científica descreve que, muitas vezes, a busca do migrante não acontece, visto que ao se encontrar indocumentado, o indivíduo acredita não ter esse direito, sendo que a suspeição/negação de tratamento quando os migrantes não apresentam determinados papéis ou comprovantes constitui-se indícios de uma burocratização negligente (Rodrigues; Cavalcante; Faerstein, 2020). Além disso, há estudos que trazem que o acesso à saúde pode ser evitado pela suposta ideia de que haverá cobrança de valores pelos serviços que são públicos (Castelli; Melo; Medeiros, 2020), considerando o funcionamento dos sistemas de saúde de seus países de origem. Cabe lembrar que o migrante tem garantido por lei, o acesso igualitário aos serviços de saúde no Brasil, com igualdade de tratamento e de oportunidade, inclusive aos seus familiares (Brasil, 2017).

Outro equívoco que atravança o acesso ao SUS se dá pelo atendimento prestado por profissionais que não compreendem a cultura ou a vivência no processo de saúde/doença dessas populações migrantes, fator preponderante para o distanciamento desses serviços e, conseqüentemente, a não adoção – por parte desses coletivos – de medidas recomendadas por autoridades sanitárias (Castelli; Melo; Medeiros, 2020).

Sendo assim, as situações na saúde ainda são agudizadas, todavia, pelas barreiras do idioma, o que corroboram com a dificuldade dessa população em buscar atendimento no SUS. Os obstáculos causados pelo idioma atrapalham a tradução e expressão de sintomas e desconfortos. Ao não conseguir manifestar suas apreensões, o migrante também não entende as orientações e recomendações necessárias (Castelli; Melo; Medeiros, 2020).

Com respeito à necessidade de promoção e prevenção de agravos pela imunização, as famílias migrantes reportaram que o funcionamento do sistema nacional de vacinação brasileiro é mais robusto se comparado ao país de origem. O Brasil, de fato, comporta expertise em vacinação, reconhecida internacionalmente, com recursos humanos e estrutura técnica capacitados para atender campanhas em massa por meio do Programa Nacional de Imunização (Peres *et al.*, 2021). No esquema vacinal brasileiro são ofertadas, gratuitamente, doses que imunizam contra várias doenças de importância imunológica, como: sarampo, febre

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.](#)

amarela, hepatite-B e poliomielite – considerada erradicada no país (Peres *et al.*, 2021). A vacinação, no contexto da COVID-19, ocorreu de forma gradativa, imunizando primeiramente dois grupos prioritários: profissionais de saúde, que seguiam trabalhando na linha de frente, e idosos, que devido à idade, costumam apresentar doenças crônicas (Silva-Filho *et al.*, 2021).

Ainda sobre a fase crítica da pandemia, importante destacar que casos de violências racistas e xenofóbicas contra migrantes e refugiados foram percebidos pela propagação irrelevante de que eles se apossam de recursos destinados a brasileiros, a exemplo, benefícios governamentais e atendimentos médicos. Nesse cenário, essa população sofre a culpabilização por desigualdades estruturais, apesar de estar inserida entre os grupos que padecem de desigualdades já existentes (Rodrigues; Cavalcante; Faerstein, 2020).

As famílias aqui reportadas experienciaram o bom atendimento por parte de profissionais e serviços de saúde, tanto na atenção primária quanto nos serviços de urgência e emergência. Os entrevistados ressaltaram a satisfação com o atendimento e acolhimento. Emergiram com constância que o bom atendimento, tratamento igualitário e oferta disponibilizada foram e continuam sendo os principais atrativos desses serviços de saúde pública. Evidencia-se, nesse contexto, a importância dos princípios do SUS em conformidade com as políticas públicas (Forlin; Carvalho, 2022).

Estar em situação regular e documentada facilita a busca pelos serviços de saúde, segundo observação dos entrevistados, pois que é senso comum entre esses coletivos o entendimento de que muitos sem documentação não procuraram por esses serviços – mesmo na fase pandêmica – por receio de serem detidos ou deportados. Embora ocorram falhas em relação ao migrante e o acesso à saúde, a Nova Lei da Migração trata no artigo 4º, inciso VIII, busca garantir o acesso legal a serviços públicos de saúde, de assistência e previdência social, sem distinção ou preconceitos de nacionalidade e condição migratória (Brasil, 2017).

Por fim, a dimensão global da COVID-19 e seu impacto na população, em especial no coletivo migrante, trouxe à baila a necessária criação de políticas pautadas no enfrentamento de adversidades futuras. Imperioso, portanto, o empenho de órgãos públicos e da sociedade civil na concretização de medidas e ações que garantam a essas pessoas viver com qualidade, dignidade e bem-estar no país onde vislumbram um recomeço de tudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências reportadas pelas famílias migrantes internacionais na pandemia incluíram a percepção de perigo, limitações e morte, contudo, o processo migratório para o Brasil foi tranquilo, visto que as fronteiras ainda estavam abertas. As famílias reconheceram a necessidade das medidas de prevenção e contenção do coronavírus, mas que essas repercutiram na vida cotidiana, interferindo em suas relações pessoais. O desconhecimento sobre a doença e a intensidade de propagação do vírus exigiu mudanças, que acentuaram vulnerabilidades já existentes.

As preocupações para proteger e cuidar da família influenciaram na preservação da saúde do núcleo familiar, sobretudo diante de condições vulneráveis preexistentes. Assim, passaram a desenvolver um conjunto de cuidados para enfrentar e/ou superar os efeitos da pandemia, destacando a importância da imunização. As famílias manifestaram uma avaliação favorável do atendimento recebido nos serviços de atenção primária e de urgência e emergência do Brasil, sendo que esse acesso é facilitado quando o migrante tem em posse a documentação pessoal, inclusive para os serviços de assistência social.

A emergência sanitária global desencadeada pela COVID-19 espalhou-se pelos continentes, trazendo medo e morte. No Brasil, país que acolhe etnias variadas, urge o pensar e articular políticas públicas, medidas e intervenções de saúde que não sejam forjadas em um modelo padrão. São múltiplas e distintas vivências e cada uma demanda atendimento igualmente diferente em respeito à cultura e manejo próprios.

O cuidado e o acesso à saúde englobam os desafios que surgem no processo migratório e são fatores determinantes para novas possibilidades técnicas nos serviços. Embora o Brasil tenha no SUS, um sistema com pretensões de atendimento universal – e muitas vezes, a prática revele o contrário – é preciso acatar a garantia de que esse acesso ocorra sem distinção, nem banalização das características do migrante internacional.

Essa pesquisa apresenta limitações inerentes aos estudos qualitativos, visto a dificuldade para generalizar seus resultados. Além disso, o idioma também pode ser reportado como fator que limita as entrevistas, condição que pode prejudicar os resultados seguindo o rigor metodológico adotado.

## REFERÊNCIAS

- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. *Global Trends: forced displacement in 2018*. 2019. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros\\_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf).
- AMORIN, J. V. L.; MORAES, A. P. B. O pedido de refúgio no Brasil e o contexto atual dos refugiados. *Revista de Iniciação Científica Extensão da Faculdade Direito de Franca*, v. 4, n. 1, 2019. p. 479-502. DOI: <https://doi.org/10.21207/2675-0104.2019.914>
- BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. *Institui a Lei de Migração*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 mai 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)
- BROOKS, S. K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, v. 395, n. 10227, 2020. p. 912-20. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)
- CALMON, T. V. L. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. *NAU Social*, v. 11, n. 20, 2020. p. 131-6. DOI: <https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.36543>
- CASTELLI, A. C.; MELO, B. D.; MEDEIROS, C. P. *Cartilha Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia Covid-19: pessoas migrantes, refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas*. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz/CEPEDES, 2020. 13p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41690>.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. *Périplos Revista de Pesquisa sobre Migrações*, v. 4, n. 2, 2020. p. 11–34. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/35907](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35907)
- DELAMUTA, K. G. *et al.* Experiências de atendimento à saúde de imigrantes bengaleses entre trabalhadores da atenção primária à saúde no Paraná, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, 2020. e00087019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311>
- FORLIN, M.; CARVALHO, M. Importância das políticas sociais de apoio ao imigrante no Brasil: revisão integrativa. *Revista Varia Scientia - Ciências da Saúde*, v. 8, n. 2, 2022. p. 201-13. DOI: <https://doi.org/10.48075/vscs.v8i2.29357>
- FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. *A cidade/População*. 2021. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004>
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A gestão de riscos e governança na pandemia por COVID-19 no Brasil: análise dos decretos estaduais no primeiro mês: relatório técnico e sumário executivo*, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41452>.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS, (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MATLIN, S. A. *et al.* COVID-19: Marking the gaps in migrant and refugee health in some massive migration areas. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 23, 2021. p. 12639. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph182312639>.

MÉNENDEZ, E. L. Salud intercultural: propuestas, acciones y fracasos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 1, 2016. p. 109-18. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015211.20252015>

NEVES, G. S. M. L.; MACÊDO, P. J. O. M.; GOMES, M. M. Transtornos do sono: atualização. *Revista Brasileira de Neurologia*, v. 53, n. 3, 2017, p. 19-30. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/12/876873/rbn-533-3-transtornos-do-sono-1-2.pdf>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Folha informativa – COVID-19* (doença causada pelo novo coronavírus), 2023. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875).

ORNELL, F. *et al.* Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. *Debates em Psiquiatria*, v. 10, n. 2, 2020. p. 12-16. DOI: <https://doi.org/10.25118/2236-918X-10-2-2>

PERES, K. C. *et al.* Vacinas no Brasil: análise histórica do registro sanitário e a disponibilização no Sistema de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 11, 2021. p. 5509–22. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.13932021>

POIATTI, N. D.; PEDROSO, N. C. Desigualdade internacional no combate à Covid-19 e os seus impactos nos gastos públicos. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 8, 2022. p. 21-34. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E802>

RAMOS, N. Populações migrantes em tempos de pandemia da covid-19: desafios psicossociais, comunicacionais e de saúde. In: ENNES, M.; GOES, A.; MENESES, C. (Org.), *Migrações Internacionais sob Múltiplas Perspectivas*. Aracaju: UFS, Criação Editora, 2021. p. 153-76.

RODRIGUES, I. A.; CAVALCANTE, J. R.; FAERSTEIN, E. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 3, 2020. e3000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300306>

SILVA, D. A. S.; MACEDO, F.; QUINTAL, D. Medicina sem fronteiras: os desafios da população imigrante. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, v. 38, n. 3, 2022. p. 315-21. DOI: <https://doi.org/10.32385/rpmgf.v38i3.13198>

SILVA, S. T.; PULIDO, C. R. M. A presença venezuelana em Manaus/AM e as estratégias de sobrevivência frente à pandemia de Covid-19. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 2, n. 91, 2021. p. 81-100. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i91.991>

SILVA-FILHO, P. S. *et al.* Vacinas contra Coronavírus (COVID-19; SARS-COV-2) no Brasil: um panorama geral. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, 2021. e26310817189. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17189>

SILVA-SOBRINHO, R. A. *et al.* Coping with COVID-19 in an international border region: health and economy. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 29, 2021. e3398. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.4659.3398>

SMITH, J. A.; JUDD, J. COVID-19: vulnerability and the power of privilege in a pandemic. *Health Promotion Journal of Australia*, v. 31, n. 2, 2020. p. 158-60. DOI: <https://doi.org/10.1002/hpja.333>.

SOUZA, J. B. Determinantes sociais da saúde que impactam a vivência da imigração no Brasil. *Revista de enfermagem da UERJ*, v. 28, 2020. e53194. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.53194>.

TIMÓTEO, F. P. N. *et al.* Cuidado transcultural na experiência de enfermeiros da atenção primária à saúde em território de fronteira. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 32, 2023. e20220250, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0250en>

Recebido em 30 de abril de 2024.

Aprovado em 08 de julho de 2024.





## ALFALETRAR: UMA PROPOSTA CONJUNTA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

DOI: 10.48075/ri.v26i2.33932

Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho<sup>1</sup>  
Elisângela Maria da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, pretendemos colocar em destaque a sugestão de ação pedagógica apresentada por Magda Soares, na obra *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. Isso porque, com foco na aprendizagem da escrita, da leitura e da produção de textos, a autora sugere uma interessante proposta de ensino com metas integradas e atividades articuladas de alfabetização e letramento que levam a criança à aquisição e ao aprimoramento de habilidades e competências de leitura, interpretação e produção de textos durante o ciclo de alfabetização e letramento. A partir de uma revisão bibliográfica da obra, interessa-nos refletir acerca da teoria que embasa a proposta e, de modo especial, a noção de representação colocada pela autora. Diante do que é apresentado, observamos que para dar conta da proposta conjunta de alfabetização e letramento, Soares articula diferentes teorias de alfabetização e linguística, que divergem quanto ao conceito de representação, mas que não impede de *Alfaletrar* se apresentar como uma proposta efetiva de alfabetização e letramento com foco no ensino em função da aprendizagem.

**Palavras-chave:** Ensino; Alfabetização; Letramento.

## ALFALETRAR: A JOINT LITERACY AND LITERACY SKILLS PROPOSAL

**ABSTRACT:** In this article, we intend to highlight the suggestions for pedagogical action put forward by Magda Soares in her book *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. This is because, with a focus on learning to write, read and produce texts, the author suggests an interesting teaching proposal with integrated goals and articulated literacy and literacy activities that lead children to acquire and improve skills and competences in reading, interpreting and producing texts during the literacy and literacy skills cycle. Based on a bibliographical review of the work, we are interested in reflecting on the theory that underpins the proposal and, in particular, the notion of representation put forward by the author. In the light of what is presented, we can see that in order to deal with the joint literacy and literacy skills proposal, Soares articulates different literacy and linguistic theories, which differ in terms of the concept of representation, but this doesn't prevent *Alfaletrar* from presenting itself as an effective literacy and literacy proposal with a focus on teaching as a function of learning.

**Keywords:** Teaching; Literacy; Literacy skills.

<sup>1</sup> Doutora e Mestre em Ciências da Linguagem (UNICAP). Graduada em Letras, Professora da Rede Pública de Ensino em Pernambuco. E-mail: magdapcarvalho@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora e Mestre Ciências da Linguagem (UNICAP). Graduada em Letras, Coordenadora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Ipojuca/PE. E-mail: elisangelasilva1718@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto destacando que durante muito tempo duas tendências foram predominantes nos trabalhos de alfabetização no Brasil. De um lado, a Psicologia do Desenvolvimento e do outro a Psicologia Cognitiva, em que a primeira considera a progressão da criança diante do sistema de representação alfabético e a segunda as operações mentais que levam a criança a essa compreensão.

Nesse sentido, um movimento de alfabetização influenciado e referenciado pela Psicologia, focalizado na maturação psicológica da criança e nos processos mentais, foi o que respaldou por muito tempo o ensino da leitura e da escrita e, em algumas práticas pedagógicas, ainda é. E embora seja incontestável a importância tanto da Psicologia do Desenvolvimento quanto da Psicologia Cognitiva no processo de alfabetização, com o surgimento de propostas voltadas para o letramento, isto é, para o ensino a partir da compreensão da linguagem como prática social, as propostas que consideram a alfabetização como um processo que ocorre (somente) pela aprendizagem do sistema alfabético e restringem-se à codificação e decodificação da língua não são suficientes ou satisfatórias para formar leitores e produtores de texto, uma vez que algumas crianças e jovens, mesmo no percurso de escolarização e depois de alfabetizados, apresentam dificuldades para atender a certas situações de leitura e de escrita do cotidiano.

É a partir dessa realidade que se compreende a importância de ações de alfabetização aliadas ao letramento, quer dizer, é necessário que o ensino da escrita e da leitura esteja relacionado às práticas sociais de uso da linguagem desde os anos iniciais da escolarização. E embora tenhamos total consciência de que o tema “alfabetização” não seja novo entre professores, pesquisadores e linguistas, considerando as demandas de melhora dos índices de alfabetização e da qualidade de práticas pedagógicas, entendemos que se faz necessário colocar em evidência propostas de alfabetização e/ou letramento que tenham efetiva funcionalidade no espaço de ensino. Por isso, nosso interesse em colocar em relevo a proposta de Magda Soares, na obra *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. Isso visto que o plano de uma ação educativa focalizada na aprendizagem conjunta do sistema alfabético de escrita e de seus usos para a leitura e a produção de textos, por unir dois processos distintos de ensino, apresenta-se como um projeto que possibilita a

aprendizagem do sistema alfabético e, também, a otimização das habilidades de leitura, interpretação e produção.

No que se refere ao processo de alfabetização, Soares diz que a criança aprende que a palavra é uma cadeia sonora independente do significado e que pode ser segmentada em pequenas unidades representadas, visualmente, pelas letras. Assim, para apropriar-se do sistema de escrita alfabético, conforme a autora, a criança deve aprender “a associar significantes a significados (ler) e a representar significados com significantes (escrever)” (Soares, 2021, p. 43). Tal afirmação remete-nos à teoria saussuriana de signo linguístico, que considera o signo como a associação entre um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante), sendo, essa última, a impressão psíquica do som; e o primeiro, a ideia que é atribuída a essa imagem acústica.

Em vista dessa referência ao signo linguístico saussuriano, entendemos que se faz necessário ressaltar que “os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação” (Saussure, 2006, p. 79-80), não de representação. Isso posto, convém ter em mente que a escrita, a partir da perspectiva saussuriana, não deve ser entendida como a ação de grafar os sons da cadeia sonora para representar a fala, mas como o registro da associação entre a palavra e o seu som. Em vista disso, logo no início da entrada na escrita, é preciso que a criança seja orientada a escrever as palavras sabendo o que elas significam. Pois, se o significante é a impressão psíquica do som e está, conforme Saussure, associado ao significado que é o conceito, ou melhor, que é a imagem psíquica da coisa a qual nos referimos, a criança deve ter clareza a respeito do que ela está escrevendo, do contrário, qualquer sequência desconexa de letras pode ser considerada um significante, mesmo que seja impossível de ser sonorizada.

A partir desse nosso entendimento e da relevância da proposta de Alfalettrar, dois pontos da obra nos inquietam. O primeiro diz respeito à teoria que fundamenta essa proposta e, o segundo, à noção de representação colocada por Soares. Isso porque, ao afirmar que a criança deve aprender a representar significados com significantes, parece haver um equívoco a respeito do emprego do termo representação se considerarmos a referência feita aos termos do signo saussuriano.

É importante deixar claro que nosso propósito aqui não é buscar originalidade ou apresentar um conjunto novo de dados, nem mesmo relato de proposta atual, inovadora ou

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.](#)

diferenciada das ações defendidas por Magda Soares, mas o de pensar acerca das teorias que embasam a proposta de alfalettrar, uma vez que durante toda formação acadêmica somos advertidos sobre a importância de deixar clara qual teoria fundamenta nossas práticas. Em vista disso, a partir de um estudo bibliográfico da obra, pretendemos refletir acerca da teoria que fundamenta a proposta de alfalettrar, colocando em destaque a noção de representação. Antes, porém, é importante ressaltar as principais ideias da obra.

### O ENSINO COM MÉTODO E O TEXTO COMO EIXO CENTRAL

Na obra *Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever* (2021), Soares propõe uma ação de ensino que prioriza as habilidades de leitura, interpretação e produção de texto e que possibilita a aprendizagem da leitura e da escrita, pela criança, em contextos de uso da língua. Convém destacar que não se trata de um método de ensino, “mas uma orientação para ensinar com método” (Soares, 2021, p. 112), isto é, uma orientação para ensinar a criança a ler e a escrever a partir de objetivos bem definidos de alfabetização e de letramento, que a levarão a se tornar alfabetizada, leitora e produtora de textos.

Sobre as primeiras escritas, a autora mostra que, inicialmente, a criança desenha supondo que está escrevendo e que por meio de uma ação pedagógica bem planejada e estruturada, com metas de continuidade e de integração claramente definidas, ela começa a escrever com letras e a compreender o funcionamento da escrita. No entanto, para chegar até a escrita propriamente dita, conforme a autora, a criança passa por fases do ciclo de alfabetização que consistem na escrita de garatujas, escrita com letras, escrita silábica sem valor sonoro, escrita silábica com valor sonoro, escrita silábico-alfabética, escrita alfabética e, finalmente, escrita ortográfica.

Nesse ciclo, a criança também passa por um processo de reconhecimento sonoro, isto é, no ciclo de alfabetização, a criança compreende, identifica e relaciona o som à forma gráfica da letra. De início, ela reconhece a relação entre o som e a palavra escrita – consciência lexical; em seguida, a criança compreende e consegue segmentar o som das sílabas que compõem as palavras – consciência silábica – e, depois disso, ela consegue identificar os sons das letras de cada palavra – consciência fonêmica.

No entanto, para chegar, com sucesso, à última etapa do ciclo de alfabetização, é necessário que a criança participe de atividades que possibilitem a reflexão entre a grafia e a sonorização das palavras. E apesar disso, é possível que ela cometa equívocos no que diz respeito à grafia. O que, de acordo com o Alfaetrar, poderá ser resolvido por meio de um trabalho contínuo de orientação acerca das particularidades e arbitrariedades existentes entre a grafia e a sonorização de algumas palavras.

No que diz respeito ao letramento, mais especificamente à leitura e à produção textual, o destaque é para a importância do texto nas atividades de sala de aula, especialmente atividades que envolvam leitura e compreensão. Isso porque, de acordo com a autora, à medida que a criança se apropria do sistema de escrita alfabética, ela vai construindo ou ampliando o conceito de texto e, por consequência, começa a ter noção das práticas de letramento. Por isso, no momento da escolha de um determinado texto para leitura e interpretação de crianças, no início do processo de alfabetização e letramento, é importante ter em conta o nível de complexidade do texto.

Nesse sentido, a proposta de texto como centro do ensino da escrita e da leitura, mesmo que a criança ainda não tenha alcançado as habilidades necessárias para ser considerada leitora, no sentido estrito do termo, requer que a ela sejam dadas oportunidades de refletir sobre o texto, o que pode ser feito por meio de uma leitura mediada, em que o professor, ou quem desempenhe o papel de mediador, leia o texto e lance questões para verificar o que a criança compreendeu. Trata-se do desenvolvimento sistemático de estratégias de compreensão e interpretação.

No que se refere à produção de textos, Soares explica que escrever e produzir textos são atividades diferentes, sendo o primeiro termo usado para fazer referência à resolução de atividades escolares voltadas para a aprendizagem, enquanto o segundo refere-se às situações de escrita que envolvem interação entre interlocutores, com um propósito comunicativo. Nesse sentido, na perspectiva do alfaetrar, a criança aprende a produzir textos com base em situações de interação, tendo o que escrever e para quem escrever, embora as atividades de escrita sejam necessárias para que a criança amplie seu repertório e possa, mais tarde, produzir seus textos com autonomia.

Um dos pontos destacados pela autora acerca da produção textual da criança é que, no final do ciclo de alfabetização e letramento, quando ela já escreve ortograficamente, é possível observar as dificuldades que algumas crianças apresentam no que compete à

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 26, n. 2, 2024. e-ISSN: 1982-3010.](#)

regras de ortografia, sinais gráficos de pontuação, paragrafação e questões de coerência, o que convoca um trabalho conjunto de alfabetização e letramento, a partir de um planejamento de ensino e aprendizagem que contemple tanto objetivos do processo de alfabetização quanto de letramento, com metas coerentes e alinhadas que assegurem “a continuidade na aprendizagem das crianças e o trabalho dos professores” (Soares, 2021, p. 293). O que requer a aplicação não de avaliação de desempenho e classificação, mas diagnósticos cujos resultados permitem ao professor acompanhar, orientar e realizar ações de intervenção para que a criança avance na leitura, compreensão e produção de textos.

Conforme se pode notar, a proposta de ensinar com método, a partir do texto, deixa claro que uma ação pedagógica, com metas e planejamento consistente, pode levar a criança à aquisição de habilidades e conhecimentos de escrita, leitura, compreensão e produção de textos, tornando-a alfabetizada, leitora e produtora de texto.

### TEORIA QUE FUNDAMENTA O ALFALETRAR E A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Com base no que foi colocado no item anterior, podemos dizer que a proposta de alfalettrar contrapõe-se à ideia presente nas práticas de ensino que entendem a alfabetização como a aprendizagem de um código que visa decodificar (ensinar a ler) e codificar (ensinar a escrever).

No entanto, ao afirmar que a alfabetização consiste na “aprendizagem de um *sistema de representação*, em que os signos (grafemas) *representam*, não codificam, os sons da fala (os fonemas)” (Soares, 2021, p. 11, grifos da autora) e que, inserida em práticas de escrita, “a criança vai progressivamente compreendendo a escrita alfabética como um sistema de representação dos sons da língua (os fonemas) por letras” (Soares, 2021, p. 51), a autora parece manter uma proposta filiada a teorias que compreendem a alfabetização como decodificação e codificação. Por outro lado, ao discorrer sobre letramento, Soares afirma que as crianças precisam conviver desde cedo com material escrito, “copiando o que fazem os adultos ou fazendo o que os adultos as induzem a fazer: passando páginas, observando ilustrações e aos poucos revelando interesse” (Soares, 2021, p. 230).

Diante da compreensão da escrita como representação da fala e de que, para escrever, a criança precisa imitar o adulto, a questão que nos interroga diz respeito aos

pressupostos teóricos que embasam a proposta de alfalettrar e, de modo especial, a noção de representação presente nessa proposta.

A resposta à primeira parte de nossa questão nos é dada pela autora quando trata acerca do planejamento no processo de alfabetização e letramento e sobre ensinar com método. Soares afirma que sua proposta está fundamentada em uma concepção de aprendizagem da escrita que articula princípios “da Psicogênese da escrita, da Psicologia do Desenvolvimento cognitivo e linguístico, da Psicologia cognitiva, das ciências da linguagem, sobretudo a Psicolinguística, a Fonologia e a Linguística Textual” (Soares, 2021, p. 285). Diante disso, fica claro que Alfalettrar não está fundamentada em uma única proposta e que, devido a isso, o termo “representação” aparece no sentido que é atribuído pelas teorias racionalistas, isto é, como próprio de toda atividade psíquica.

Nesse ponto, apesar de reconhecermos que o campo da alfabetização é fortemente marcado por teorias que atribuem à escrita o estatuto de representação, como a psicologia do desenvolvimento e a cognitiva, por exemplo, que consideram a aprendizagem da escrita como fruto “da construção conceitual das relações de representação, que se daria como efeito de situações de ensino-aprendizagem facilitadoras das operações cognitivas necessárias para tal fim” (Borges, 2010, p. 83), entendemos que ao lançar mão de um projeto que visa, ao mesmo tempo, alfabetizar e letrar, Soares tira a escrita da posição de representação da linguagem oral e possibilita pensar a alfabetização como um fato de linguagem, além, também, de deixar de lado a ideia de classificação e/ou categorização da criança em fases do desenvolvimento.

Assim, se pudermos falar em alfabetização a partir de uma nova perspectiva, diríamos que “alfalettrar” consiste em uma proposta que mantém certa distância das teorias psicológicas de alfabetização para aproximar-se mais de teorias linguísticas. Aqui, é possível pensar que Alfalettrar mantém aproximação com o estruturalismo linguístico, isso porque ao afirmar que a criança apropria-se do sistema de escrita “aprendendo a associar significantes a significados (ler) e a representar significados com significantes (escrever)” (Soares, 2021, p. 43), como destacado no item anterior, para explicar a aprendizagem da escrita e da leitura pela criança, Soares coloca essas duas atividades (leitura e escrita) numa relação de constituição mútua e não de representação, o que tira a escrita da posição de materialização gráfica da fala.

Diante disso, é importante realçar que levar em consideração o estruturalismo linguístico, no campo das investigações sobre a escrita, tem três efeitos, a saber,

tira a escrita da posição subalterna de representação da linguagem oral em que “sempre” foi colocada [...]; em segundo lugar, permite que se perceba o reducionismo dos estudos que objetivando a descrição das especificidades da escrita, colocam exclusivamente na materialidade gráfica a fonte de sua diferença; além disso, possibilita/força o deslocamento das investigações, na área, do campo da psicologia para o seu campo próprio, que é o da linguística. (Borges, 2010, p. 105)

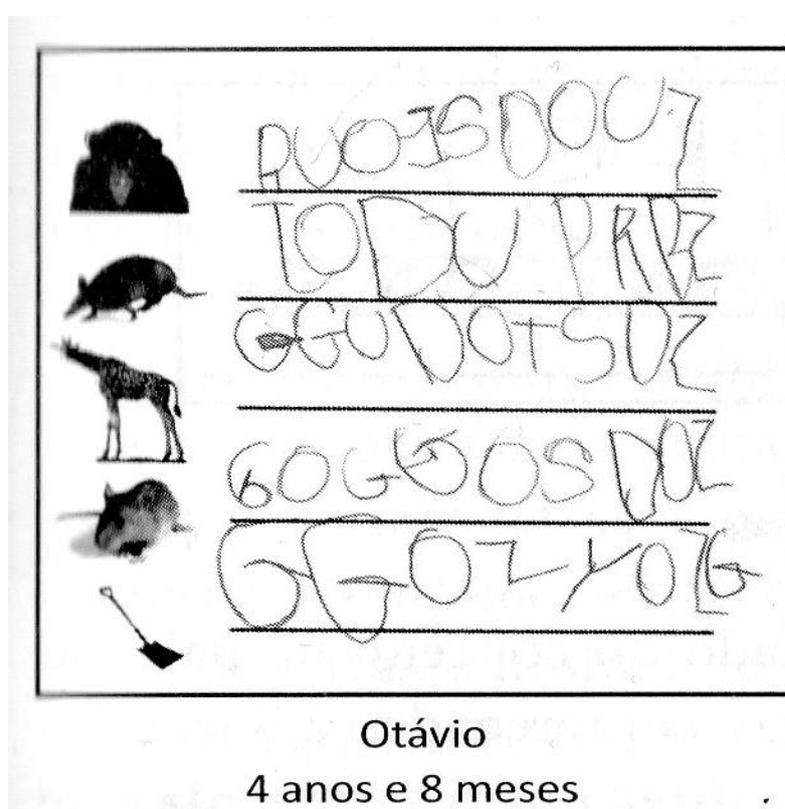
Nesse sentido, é possível pensar que ao explicar a apropriação da escrita como uma associação entre significados e significantes, Soares reconhece a inscrição do processo de alfabetização no campo da linguística e abre espaço para que a alfabetização seja compreendida como um processo que vai além da concepção representacionista. Com isso, a proposta de alfalettrar distancia-se das teorias psicológicas de alfabetização e aproxima-se de teorias da linguagem que compreendem a aquisição da escrita como processo linguístico, em que “a imersão em textos promove ou é determinante do processo de aquisição da escrita” (Borges, 2006, p. 149). Em outras palavras, ao dizer que o contato da criança com variados textos permite que ela compreenda como se dá a escrita, Soares parece aproximar-se de teorias como o interacionismo brasileiro, por exemplo, que entende que o acesso da criança à escrita e, por conseguinte, à leitura requer que ela circule pela variedade de textos.

Convém abrimos um parêntese para esclarecer que o interacionismo brasileiro é uma proposta teórica formulada pela estudiosa brasileira Cláudia de Lemos, no campo da aquisição de linguagem, com destaque para a fala inicial da criança. Entretanto, os desdobramentos dessa teoria, na investigação da aquisição da escrita, devem-se, principalmente, aos trabalhos de Sônia Borges e Zelma Bosco, que compreendem o contato com textos escritos de natureza diversa como fundamentais para a aquisição da escrita. Nessa perspectiva teórica, as primeiras manifestações da escrita da criança são reconhecidas como um fenômeno linguístico, que, além de dar a ver a língua em movimento, permite observar a criança como protagonista da mudança de posição de não-escrevente e não-leitora para escrevente e leitora. Havendo, portanto, um distanciamento da noção de desenvolvimento e também da noção de escrita como representação da linguagem oral.

No que diz respeito à noção de representação, o interacionismo brasileiro compreende, que o acesso da criança implica representações, não a escrita como figuração da linguagem oral, mas “simulacros, semblantes imaginários e simbólicos construídos pelos

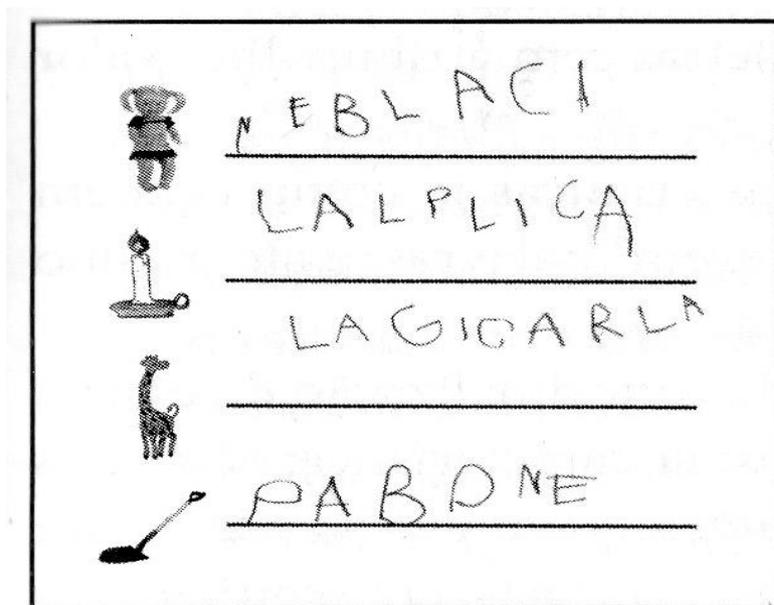
discursos” (Borges, 2010, p. 97). Em outras palavras, as situações de leitura e de escrita de textos, como sugerido na proposta de alfaletar, permitem que a criança reproduza representações simbólicas da língua, pois “imersa em textos, colocada em situações de leitura e de escrita de textos, a criança representa a língua escrita” (Borges, 2010, p. 97), como é possível observar nos exemplos apresentados por Soares, e reproduzidos a seguir, das produções escritas de Otávio, Isabel e Aquiles. Vejamos:

Figura 1 – Exemplo de escrita com letras



Fonte: Soares (2021, p. 65)

Figura 2 – Exemplo de escrita com letras

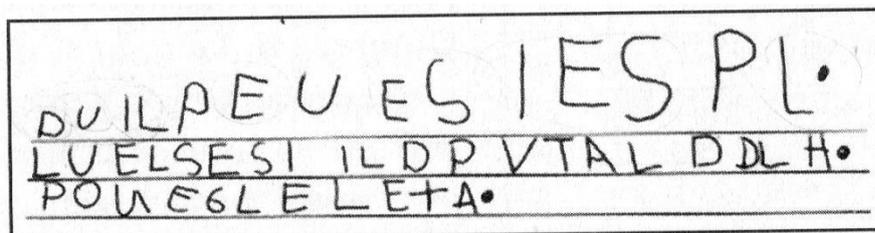


Isabel

4 anos e 8 meses

Fonte: Soares (2021, p. 65)

Figura 3 – Exemplo de escrita com letras



Aquiles

5 anos e 2 meses

Fonte: Soares (2021, p. 66)

Nesses textos, é possível observar que as crianças, entre quatro e cinco anos, já escrevem com letras do alfabeto e embora as atividades não solicitem que elas produzam textos, mas que escrevam os nomes das figuras impressas, as letras escritas aparecem linearmente como em frases da língua constituída, o que nos leva a compreender que essas crianças já possuem um entendimento acerca do funcionamento da linguagem escrita. No texto de Aquiles, é interessante observar o aparecimento das letras que compõem o seu

nome. Isso em razão de que independente dos espaços entre os grupos de letras, da linearidade e da direção da escrita, notados por Soares, em todas as linhas aparecem letras de seu nome.

Outro fato interessante diz respeito à frequência com que as letras se repetem, sendo a letra “A” a única que aparece somente duas vezes, embora seja uma das primeiras letras que as crianças costumam aprender e, também, por ser a letra inicial do nome dessa criança. A emergência das letras do nome da criança, nessa produção escrita, remete-nos mais uma vez às discussões do interacionismo brasileiro, quando Bosco (2009) afirma que as letras do nome são as primeiras que surgem na escrita inicial infantil e permitem que a criança se reconheça e seja reconhecida como escrevente. E é, justamente, a relação da criança com textos escritos que possibilita o destaque de letras que aparecem em seu texto e ressignificam sua escrita.

Nesse sentido, as letras do nome não são representações, mas imitações/simulacros de textos que circulam em sala de aula, o que reforça nosso entendimento de que a proposta de Alfalettar distancia-se, de certa forma, de teorias psicológicas de alfabetização e aproxima-se de teorias linguísticas de aquisição da escrita, que compreendem a necessidade de a criança ser colocada em situações de escrita e de leitura que representem a língua escrita, em razão de que “escrever, para a criança, é essencialmente uma atividade de imitação das representações do que é ‘possível’ na escrita” (Borges, 2006, p. 98). E isso é reconhecido por Soares quando diz que “a criança *imita* o que as pessoas *fazem* quando escrevem: usam letras” (Soares, 2021, p. 67, grifos da autora).

Em vista disso, ao levarmos em consideração as teorias de alfabetização articuladas em Alfalettar e ainda o entendimento da autora de que para aprender a produzir textos é necessário que a criança seja colocada em situações de interação com textos, entendemos que a proposta conjunta de alfabetização e letramento mantém aproximação tanto com teorias psicológicas de alfabetização quanto de teorias linguísticas, o que nos leva a entender que uma proposta efetiva de alfabetização não precisa estar “presa” a uma ou outra teoria, mas pode transitar entre várias, pois o que importa é a sua funcionalidade em sala de aula com vistas a resultados satisfatórios de aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo o que nos é apresentado por Soares em seu projeto pedagógico de ação conjunta de alfabetização e letramento, entendemos que a obra “Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever” apresenta-se como uma proposta eficiente para o campo da alfabetização, visto que o ensino conjunto de alfabetização e letramento é possível desde o início da entrada da criança na escola.

No entanto, o que Soares nos apresenta não é um método de ensino, mas uma ação pedagógica com foco na aprendizagem da escrita, leitura e produção de texto, fundamentada em diferentes teorias. Nesse sentido, Alfalettrar orienta o professor a trabalhar com método, a partir de metas de continuidade e integração que permitem a esse profissional considerar a forma como a criança aprende o sistema alfabético e seus usos para, a partir disso, acompanhar, mobilizar, orientar e intervir na aprendizagem. Convém ressaltar que, nessa perspectiva, embora os processos de alfabetização e letramento não sejam os mesmos e demandem diferentes procedimentos de ensino, o texto é o ponto de convergência que vai possibilitar a articulação entre a alfabetização e o letramento de forma interdependente, visto ser esse o objeto de práticas sociais e linguísticas a que a criança tem acesso desde cedo na vida em sociedade. Por isso, no Alfalettrar, o texto é tomado como eixo central das atividades, não só pela possibilidade de representar a finalidade da aprendizagem da escrita, mas também por permitir à criança a apropriação do sistema alfabético, a aquisição e aprimoramento das habilidades de leitura, interpretação e produção escrita.

O que encontramos como resposta a nossa inquietação foi que Alfalettrar articula um conjunto de teorias voltadas para o campo da alfabetização e da linguística, o que justifica sua aproximação de teorias que divergem quanto à noção de representação, sendo a representação para as abordagens psicológicas de alfabetização como o que está relacionado aos processos cognitivos, com estatuto de imagem, quando se considera a escrita como representação da fala, enquanto as teorias linguísticas, que investigam a aquisição da escrita pela criança, e mantém proximidade com o Alfalettrar como o interacionismo brasileiro, compreendem o termo representação como a reconstituição

simbólica de situações reais de escrita, leitura e produção de textos e são determinantes para o processo de aquisição da escrita e da leitura pela criança.

Para finalizar, é preciso dizer que admitimos o fato de que nossas reflexões aqui não são inéditas, mas entendemos que para além do ineditismo ou ausência de contraposição de novos dados aos apresentados na obra em questão, como professoras que atuam na educação básica, somos constantemente exigidas a aplicar práticas e metodologias de ensino que “gerem” resultados positivos, o que nos faz buscar diferentes propostas e estratégias, foi por isso que ao nos depararmos com Alfalettrar alguns pontos teóricos que embasam a proposta nos inquietaram e nos fizeram refletir a respeito. Entendemos que a proposição de um trabalho conjunto de alfabetização e letramento é desafiador e por isso a necessidade de articulação de diferentes perspectivas teóricas para dar conta do processo de aprendizagem da criança.

## REFERÊNCIAS

BORGES, S. *Psicanálise, linguística, linguística*. São Paulo: Escuta, 2010.

BORGES, S. X. A. A aquisição da escrita como processo linguístico. In: LIER-DE VITTO, M. F.; ARANTES, L. (Org.). *Aquisição, patologias e clínica da linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006. p. 149-159.

BOSCO, Z. R. *A criança na linguagem: a fala, o desenho e a escrita*. São Paulo: Cefiel/IEL/UNICAMP, 2005.

BOSCO, Z. R. *A errância da letra: o nome próprio na escrita da criança*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOARES, M. *Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*, 1.e.d. São Paulo: Contexto, 2021.

Recebido em 07 de agosto de 2024.

Aprovado em 05 de setembro de 2024.





## COLONIZAÇÃO, IDENTIDADE GAUCHA E ASCESE DO TRABALHO EM MATO GROSSO, NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

DOI: 10.48075/ri.v26i2.34036

Ely Bergo de Carvalho<sup>1</sup>

**RESUMO:** A forma como as identidades são associadas a processos de preservação ou degradação ambiental são, quase sempre, estereotipadas. Ao invés de buscar uma essência identitária que explique um dado padrão de relação com o mundo natural, se busca explicar como nossos padrões de interação com o mundo natural são articulados com a emergência de dadas identidades. O presente ensaio aborda o estudo de caso da identidade gaúcha na colonização dirigida no estado de Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980. A busca de construção de uma ascese do trabalho de uma sociedade capitalista-industrial é o elemento articulador daquela identidade e do processo de colonização. Gerando, em algumas cidades, uma memória homogeneizadora de tal colonização, laudatória e ao mesmo tempo, hoje, de penitência.

**Palavras-chave:** Ascese do trabalho; Identidade gaúcha; Colonização dirigida.

## COLONIZATION, GAUCHO IDENTITY AND WORK ASCETICISM IN MATO GROSSO IN THE 1970s AND 1980s

**ABSTRACT:** The way in which identities are associated with processes of environmental preservation or degradation are almost always stereotyped. Instead of looking for an identity essence that explains a given relationship pattern with the natural world, we seek to explain how our interaction patterns with the natural world are articulated with the emergence of given identities. This essay deals with the case study of gauchó identity in directed colonization in the state of Mato Grosso in the 1970s and 1980s. The quest to build an asceticism of work in a capitalist-industrial society is the driving force behind that identity and the colonization process. In some cities, this has generated a homogenizing memory of this colonization, which is both laudatory and, today, penitential.

**Keywords:** Asceticism of work; Gaucho identity; Directed colonization.

<sup>1</sup> Doutor em História, professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Geras, Belo Horizonte, Minas Geras, Brasil. E-mail: elycarvalho@ufmg.br.

## INTRODUÇÃO

Qual o vínculo entra a identidade étnica gaúcha e a destruição da Amazônia e do Cerrado, nas décadas de 1970 e 1980 no estado do Mato Grosso, Brasil? Por quê, – mesmo os sul-rio-grandenses sendo demograficamente minoria, mesmo na elite, – o grande processo de colonização dirigida, que transformou profundamente a sociobiodiversidade de Mato Grosso, foi associada a figura do “gaúcho”<sup>2</sup>.

Foi no século XXI que a identidades gaúchas tiveram que lidar com a pecha de serem “gafanhotos”: destruidores contumazes das florestas (Rocha, 2006, p. 139). Essa é uma construção realizada a partir da década de 1990, foi a emergência do discurso verde (Barbosa, 1991) que associou – em algumas regiões – a identidade gaúcha aos aspectos ambientais negativos da expansão da fronteira agrícola. Por outro lado, tal identidade é associada frequentemente ao trabalho e ao crescimento econômico. Isso não mudou nos últimos quarenta anos, o que mudou foi a apreciação do crescimento econômico como “progresso” e agora visto de forma mais ambivalente, considerando suas contradições socioambientais.

Há determinados fenômenos que são mais bem compreendidos em uma duração mais longa. A colonização “gaúcha” em Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980, é um exemplo disso. Não apenas porque temos que entender o processo de imigração que ocorreu no século XIX e início do XX que deu origem a grande parte da população que formou esse fluxo migratório, mas porque entendemos melhor o que está em disputa quando percebemos processo no longo prazo.

Iniciemos pelo primeiro conceito do título: “colonização”, Bosi afirma: “a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante [...]” (Bosi, 1992, p. 13). Sendo assim:

[...] colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer (Ibid., p. 15).

---

<sup>2</sup> Questionamento que levantei pela primeira vez no XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Ver: CARVALHO, 2021.

Submeter a natureza e os nossos semelhantes são atributos do processo de colonização. E não seria diferente para o que foi denominado por Waibel de “colonização européia”, do século XIX e XX (Waibel, 1958, p. 206). Processo amplamente estudado, que visava, entre outras coisas, “civilizar” o Brasil, no sentido de aproximar mais o Brasil do ideal de sociedade burguesa europeia. Sendo que em suas versões mais racistas acreditavam mesmo, que a inclusão de “sangue branco” iria embranquecer o Brasil e “melhor a raça”.

No Rio Grande do Sul as elites pecuaristas do Sul tiveram nos imigrantes europeus uma forma de tentar modernizar a agricultura, em especial, no que tange a produção de alimentos. Sendo, uma parte do contingente de aproximadamente cinco milhões de imigrantes que o Brasil recebeu, entre as décadas de 1840 e 1930, a maioria fugindo da pobreza e da expropriação na Europa. Um fluxo migratório estruturalmente vinculado ao processo de abolição oficial da escravidão. Por exemplo, como já demonstrou Zarth (2002), conforme tal população foi destinada às áreas de interesse marginal para aquela elite pecuarista, às áreas de florestas, houve uma expulsão da população de nacionais que tinham, no acesso a florestas, uma forma de não se subordinar totalmente ao trabalho da grande fazenda de gado pampiana. Sem a floresta, com esta sendo sistematicamente ocupada por imigrantes, ficava mais fácil subordinar os homens e mulheres livres pobres ao trabalho.

A eliminação das relações escravistas implicava a existência de um contingente populacional sem acesso livre aos meios de subsistência, o que era difícil num território de recursos abundantes e densidade demográfica muito baixa. Diante dessa situação, a estratégia dos grupos dominantes deu-se no sentido de eliminar os espaços disponíveis aos camponeses nacionais, submetendo-os ao trabalho nas estâncias, sob diversas formas de coerção ligadas ao controle da terra (Zarth, 2002. p. 194).

Tais imigrantes “civilizadores”, entretanto, tiveram, como se sabe, de adequar-se às técnicas da nova terra, mais do que impor o seu padrão de agricultura. O arado, por exemplo, em terras montanhosas e ainda cheias de raízes da floresta era de difícil utilização, era um instrumento criado para um clima temperado, que não demonstrava o mesmo ganho de produtividade em terras subtropicais, onde a forte insolação na terra revirada tendia mais a matar do que a revigorar os microorganismos presentes no solo. De forma que os imigrantes europeus e seus descendentes adotaram as práticas básicas nativas do cultivo da coivara, mas em pequenas propriedades, o que tende a ampliar o processo de degradação ambiental.

Embora se tenham desenvolvido modelos de manejo que, em alguns casos, mais sustentáveis e, ainda hoje, praticados (Dalmora, 2004).

De qualquer forma, por vários fatores, em tal processo de migração formou-se não uma “*via farmer*”, capitalista, como alguns dos seus propugnadores do século XIX desejavam, mas um “campesinato específico” (Seyferth, 2004, p. 69-150).

Apesar disso, e por causa disso,<sup>3</sup> a superioridade da tecnológica e o “amor ao trabalho” dos imigrantes europeus e seus descendentes, foram argumentos utilizados para justificar a priorização destes em boa parte da expansão da fronteira agrícola durante o século XX no Brasil. São argumentos encontrados por Zarth (1999) na colonização no final do XIX e início do XX no Noroeste do Rio Grande do Sul. Mas também são encontrados dentre os motivos que levaram o Estado a financiar imigrantes japoneses para Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970, os japoneses eram agricultores considerados intrinsecamente modernos e trabalhadores, capazes de difundir essas características entre os “brasileiros”.<sup>4</sup> Mesmo que esses brasileiros, no caso em sua maior parte, fossem descendentes de imigrantes italianos e alemães que a uma ou duas gerações foram trazidos para “civilizar/modernizar” a agricultora anteriormente existente.

Argumento que se repete quando do *boom* populacional – apenas na década de 1980 a população de Mato Grosso aumentou 78% – da colonização dirigida no atual Estado de Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980. Devemos ter presente que os biomas do Cerrado e da Amazônia não foram gentis para aqueles que procuraram reproduzir lá sua condição de pequenos agricultores (Teixeira, 1999). Em condições ecológicas adversas, os saberes acumulados sobre como plantar, como derrubar a mata, demonstraram-se insuficientes. Todavia, no bojo do processo de implantação da chamada “Revolução Verde”, surge um padrão tecnológico com sementes selecionadas, máquinas automotoras agrícolas e agroquímicos que permitiu, para aqueles que já haviam acumulado capital para ingressar em tal padrão, a produção de novos cultivos nesses biomas, em especial a soja. Nesse contexto,

---

<sup>3</sup> A forte presença de agricultores familiares é um fator fundamental para a representação do “Sul maravilha”, e para crença que se tratava de um “modelo” a ser seguido, no que fosse possível, pelo restante do país. (BOSI, 1992, p. 286; LENHARO, 1986).

<sup>4</sup> Difícil de acreditar que três décadas antes havia uma intensa campanha para abolir a imigração japonesa, pois consideravam essa deletéria para a cultura nacional, dados os seus “vícios intrínsecos” e “incapacidade de ser assimilado”. Todavia, no pós-Segunda Guerra Mundial os japoneses não eram mais o “perigo amarelo” e, sim, aqueles que passavam por uma vertiginosa recuperação econômica, exemplos a serem seguidos. Como mostraram Martinello e Carvalho (2010) em pesquisa sobre os japoneses em Santa Catarina.

houve uma forte migração rural-rural em especial do Sul e Sudeste, (mas também dentro da própria região Sudeste e Sul), para o Centro-Oeste, para o Norte, em algumas áreas do Nordeste e, até mesmo, para fora do país, em especial para o Paraguai e Bolívia. Estabelecendo, nesses lugares, um padrão de agricultura dita “moderna” e competitiva em termos do mercado internacional de *commodities*.

Tal explosão populacional em Mato Grosso, esteve associado aos esforços da colonização contrata a reforma agrária, um processo de colonização dirigida promovido, principalmente – mas não exclusivamente – pelo Governo Federal. A pretensão era deslocar a população das regiões em que havia fortes conflitos agrários – Sul, Sudeste e Nordeste -, para regiões em que houve terra “disponível” – Centro-Oeste e Norte. Obviamente a terra não estava vazia, os “povos da floresta” – como vão se identificar, a partir da década de 1980, indígenas, seringueiros dentre outros – tinham suas formas próprias de ocuparem aquele território. Assim, apesar das tentativas de colonização dirigida, efetuada pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, em especial no Estado Novo, foi só com a ditadura iniciada com o Golpe Civil-Militar de 1964, que reúnem-se condições para proceder tal colonização sistemática.

Então, o Governo Federal, o Governo Estadual e empresas colonizadoras privadas estiveram envolvidos na venda de terras nesse momento. E havia um colonizador ideal: o agricultor sulista. Como afirma Guimarães Neto:

Foi o pequeno proprietário empobrecido do Sul que se constituiu no tipo ideal de colono para as empresas colonizadoras da Amazônia, sobretudo na fase de implantação dos projetos, uma vez que, depois, o mercado de terras ficava aberto a ‘investidores mais caros’ (Guimarães Neto, 2002, p. 106-107).

Identificar-se com esse perfil, sulista, descendente de europeus, e como veremos “gaúcho”, possibilitava o acesso a um “capital relacional”, o qual facilitava a compra de terras, financiamento, assistência técnica, dentre outras vantagens. Esse contexto favorecia especialmente os agricultores tecnificados e capitalizados do Sul e Sudeste, e também favorecia a concentração fundiária, mas tal processo de colonização não era apenas uma operação econômica, pois os sujeitos traziam “nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer” (Bosi, 1992, p. 15). Ou seja, não se trata apenas de *now how* diferente, mas de racionalidades diferentes que se encontram na fronteira agrícola.

A etnografia na década de 1990 assim registra a interpretação de um fazendeiro brasileiro, gaúcho, sobre a população e as terras em que vivia na Bolívia:

‘- Aqui dá para viver com um pouco mais do que nada. Nós chegamos e compramos as coisas mais caras do que são, mesmo estando ridiculamente baratas, ganhamos dinheiro, mostramos que o trabalho traz benefícios, temos vontade de ganhar dinheiro, acumular riquezas. Isto acaba mudando a cabeça deles. Pronto... *esculhambamos o paraíso.*’ (Kaiser, 1999, p. 139) [grifo nosso].

Tal afirmação pode ser encontrada em Mato Grosso, seja a respeito das populações indígenas, extrativistas (como ribeirinhas e seringueiros), de pequenos agricultores autóctones, ou até mesmo de migrantes nordestinos que vieram para a região na mesma época (Freitas, 2006). Todos esses grupos foram o “Outro”, em relação ao “gaúcho trabalhador”. Contudo, se por um lado eles receberam a pecha de “preguiçosos”, na tentativa de deslegitimar seu acesso à terra; por outro lado, tal população teve um investimento simbólico que favoreceu sua reivindicação por terras com a emergência do novo ambientalismo, nos anos 1980, ainda que, foi uma positividade desses diferentes modos de vida em termos bastante idealizados.

A ideia de uma população pobre que vive quase sem trabalhar graças a uma natureza dadivosa já era produzida pelos viajantes coloniais sobre as Américas. Todavia, nas últimas décadas, tal ideia é apropriada em uma representação desses povos como “bons selvagens ecológicos”. Ou seja, em grande parte é uma imagem positiva das comunidades extrativistas e de pequenos agricultores que foi produzida pelo movimento ambiental, ao identificar esses modos de vida como estando em uma suposta “harmonia com a natureza” e pelos movimentos sociais que incorporaram tal argumento legitimador em sua autorrepresentação. Mas devemos lembrar sempre no potencial de transformação que tais comunidades ditas tradicionais têm de seu ambiente, não estando elas em “harmonia” com a natureza (Dean, 1996, p. 38).

Todavia, por maiores que sejam as alterações ambientais que comunidades extrativistas, ligadas ao mercado internacional ou agricultores familiares que se utilizavam da coivara, pudessem causar, em especial em longo prazo, não eram comparáveis à degradação gerada pelos projetos de colonização, pautados no corte raso da floresta amazônica e do Cerrado. Desta forma, as tecnologias utilizadas pelos autóctones deslegitimada como “primitivas e inferiores”, quando julgada sob uma perspectiva ecológica podem ser consideradas mais viável em longo prazo. Hoje em dia, aqueles que defendem um

agroecossistema ecologicamente sustentável e socialmente justo, consideram fundamental a valorização desses saberes tradicionais, não para reproduzir o passado (modo de vida, tecnologias) no futuro, mas para produzir um futuro diferente que incorporem tais saberes locais/tradicionais em novos modelos de agroecossistemas, mais sustentáveis. Desta forma, a pedra rejeitada pode tornar-se a pedra angular (Altieri, 2002).

No caso estudado, apesar de uma fração de elite regional sustentar um projeto modernizador extrativista, na primeira metade do século XX; foi a eliminação das florestas e seus povos que veio a tornar-se uma política pública sistemática, na segunda metade do século XX (Galetti, 2012). Mato Grosso no final do século XIX e início do século XX, tinha uma economia pautada na produção de gado, em engenhos de cana-de-açúcar decadentes e no extrativismo. Estrangeiros e os setores mais esclarecidos da sociedade criticavam fortemente as atividades extrativistas, seja a feita por grandes empresas, como, então, era a *Mate Laranjeira* (que extraía erva-mate) ou por “sertanejos”, por serem imprevidentes, “sem técnica”, que destruíam uma produção no longo prazo em nome de uma maximização imediata da riqueza. Então, a elite intelectualizada de Mato Grosso possuía um projeto de modernização pautada em novas tecnologias extrativistas e na abertura de vias de transporte e comunicação. Mas no decorrer da década de 1930, tal projeto é suplantado por outro. O projeto extrativista, que percebia a floresta em pé como riqueza natural a ser preservada, foi substituído pelo projeto nacional da colonização para a agricultura. A “terra nua” e trazer braços migrantes para torná-las produtivas agora era o que importava (Castro; Galetti, 1994, p. 2-188). A população pobre nativa era vista como incapaz de tal transformação. Tal como nos ensina Said (1995), o colonizador (e até mesmo a elite local) olha para o espaço sempre “vazio” da colônia, pois não percebe os colonizados como atores capazes de ação.

Isso leva ao outro termo do título desse texto: “a ascese do trabalho”. Para se entender a centralidade de uma ascese do trabalho, é necessário pensá-la na longa duração. Ou seja, deve-se pensá-la como parte da luta por estabelecer a disciplina do trabalho em uma sociedade em modernização, na qual não se busca apenas implantar uma nova tecnologia industrial, mas formular novos valores e uma nova forma de se relacionar com o tempo, no qual o “tempo seja dinheiro”, o tempo seja voltado para a produção. O que não se dá de forma homogênea e nem sem conflito, como argumentava, já em 1967, Thompson: “o que os moralistas mercantilistas disseram sobre o fato de os ingleses pobres do século XVIII não

reagirem aos incentivos e às disciplinas”, sendo preguiçosos incorrigíveis “é frequentemente repetido, por observadores e por teóricos do crescimento econômico, a respeito de povos dos países em desenvolvimento na época atual” (Thompson, 1998, p. 267-304). No Brasil, desde pelo menos, a abolição da escravidão em 1888, vários projetos modernizadores procuraram deslegitimar qualquer *modo de vida* – caipira, sertanejo, caçara, indígenas etc. – no qual o tempo não seja principalmente “dinheiro”, no qual o trabalho não seja uma missão central na vida, introjetados tais valores na forma de uma ascese do trabalho.

Todavia, não se trata de uma simples oposição entre uma concepção capitalista para o trabalho e para a maximização dos lucros; e outra para qual o trabalho é um “meio de sustento”. Para grupos que mantêm ou mantiveram uma campesinidade forte, o trabalho é uma “categoria nucleante” (Woortmann, 1987, p. 23), centro de sua visão de mundo e inseparável de “família” e da “terra”. De toda forma, por mais que sejam múltiplos os lugares do trabalho nas culturas, a representação do trabalho ligado à formação de uma sociedade moderna-industrial, tem no estereótipo do preguiçoso, o seu contraponto. No nosso caso, o “brasileiro preguiçoso”, sem dúvida, tem aí a linha de força fundamental de sua formação, o seu Outro (Linhares; Silva, 1999, p. 85).

Na disputa pelo acesso à terra, os “estabelecidos” se autorrepresentaram como os “trabalhadores”, e os Outros como “preguiçosos”. De tal forma, os membros do *establishment* têm reforçado um controle social para manter sobre si uma dada conduta, voltada para o trabalho; e para os *outsideres* (Elias; Scotson, 2000), a deslegitimação e a superioridade de poder econômico dos “estabelecidos” forçavam em direção à adoção de uma dada ética do trabalho.

Desta forma, se estabelece uma configuração em que colonizadores (*establishment*) e colonizados (*outsideres*) vão ao encontro de uma ascese do trabalho, enquanto produção e acumulação *ad infinitum*.

Mas por que são os “gaúchos” que têm o papel de “esculhambar o paraíso” do Outro? No século XIX gaúcho identificava, no Rio Grande do Sul, o habitante do bioma da Pampa, que dedicava-se a cuidar do gado bovino. Foi só na primeira metade do século XX que emergência de uma elite local no Rio de Sul proveniente no norte do estado e descendente da imigração alemã e italiana, levou a consagração dessa identidade como gentílico para os nascidos no estado. Por um lado, a velha elite do Pampa se sentia ameaçada pela nova elite de “imigrantes”; por outro era uma identidade que poderia ser apropriada pela nova elite. Afinal,

em meados do século XX havia mais Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), na serra (norte) do que no Pampa (sul) do Rio Grande do Sul. De forma semelhante, com a migração de sul-riograndenses para Oeste de Santa Catarina e Oeste do Paraná, na primeira metade do século XX e, posteriormente, na segunda metade do século XX, com a migração de pessoas do Sul do Brasil para o Centro-Oeste, Norte e para o Paraguai, o número de CTGs fora do Rio Grande do Sul, chegou ao final do século passado, maior que dentro do estado. Assim, aqueles que no Rio Grande do Sul se identificavam como “alemães”, “italianos” adotaram preferencialmente a identidade gaúcha, em especial ao migrarem para fora do seu estado natal. A bibliografia sobre o tema há muito indicou a existência de uma “rede étnico-regional gaúcha”, na qual a identidade étnica gaúcha presente nas fronteiras agrícolas, nesse processo de colonização, pressupunha a conquista de novas terras, na qual o Outro é deslegitimado e domesticado (Kaiser, 1999, p. 35; Haesbaert, 1997).<sup>5</sup>

Um bom exemplo, dentre outros, é a pesquisa feita por Rocha, sobre Lucas do Rio Verde, cidade mato-grossense fundada em 1986 depois de poucos anos de colonização dirigida. Dos vários elementos diacríticos para a identidade gaúcha, que marcam a fronteira entre Nós e o Outro, o “trabalho” é um elemento central. Ocorre que o grupo de “posseiros” que comprou grandes propriedades logo no início da colonização da região, a maioria vinda do Rio Grande do Sul, identificavam-se como “gaúchos”, sendo o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), fundado por eles, um elemento aglutinador central na cidade. De tal forma que os fazendeiros paulistas que fundaram a cooperativa, outra instituição fundamental para o sucesso econômico da cidade, na medida em que possibilitou a obtenção de financiamentos estatais e a agregação de valor por meio da constituição de agroindústrias, em grande parte, se integraram ao CTG e passaram a identificar-se com o tradicionalismo “gaúcho”. Todavia, um grupo de migrantes sul-riograndenses estabelecido na região pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em lotes de 200 hectares, mas que não obtiveram sucesso econômico, tendo, na sua grande maioria vendido os lotes para os “fazendeiros” mais antigos, eram silenciados nas entrevistas, e quando os moradores “gaúchos” da cidade se referiam a tais sul-riograndenses, os identificavam como gaúchos anômicos, pois –

---

<sup>5</sup> Sobre etnicidade, ver: POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 1998, sobre identidades, ver: OLIVEIRA, 2006.

supostamente - lhes faltava o “trabalho”, o trabalho acompanhado do sucesso financeiro (Rocha, 2006).

Quando abordamos os números sobre a migração para o Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, podemos perceber que os sul-riograndenses não foram tão expressivos em termos populacionais. O Censo Demográfico de 1991 informa que, dos brasileiros natos por local de nascimento, o Estado do Paraná aparece em primeiro lugar com 227.373, seguido de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e, só então, em sexto, o Rio Grande do Sul, com 67.845 natos morando em Mato Grosso.

<b>Mato Grosso - Brasileiros natos por unidade da Federação de nascimento - 1991</b>	
1- Paraná	227.373
2- Minas Gerais	104.721
3- São Paulo	132.082
4- Goiás	94.756
5- Mato Grosso do Sul	72.905
6- Rio Grande do Sul	67.845
7- Bahia	47.164
8- Santa Catarina	39.403
9- Outros	139.373
Mato Grosso	1.095.641
Total	2.021.263

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991.

Há que se considerar, obviamente, que a população do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná são, em sua maioria, descendentes de migrantes sul-riograndenses, e possuem vários elementos culturais que os identificam com o Rio Grande do Sul. Mas, apenas as migrações internas do Rio Grande do Sul para os outros Estados sulinos não explicam por que tal população minoritária passou a identificar uma população bem maior, originária de outros estados. Afinal, às vezes, em Mato Grosso denomina-se genericamente todo sulista de “gaúcho”. E ainda é presente a ideia de que os “gaúchos” “invadiram” Mato Grosso.

Esclarecedor é conhecer cidades como Sapezal. Uma cidade, cujo loteamento começou em 1987 e em 1994 já havia se tornado município, fundada pelo pai do ex-governador do Estado e um dos maiores produtores de soja do mundo, Blairo Maggi. Cidade, na qual, a presença do tradicionalismo gaúcho é muito forte, sendo considerada uma cidade de “cultura gaúcha”. Mas, professores da cidade, ao averiguarem a origem de seus alunos, perceberam que a maioria dos alunos era nordestino, que migraram pela oportunidade de emprego nas agroindústrias e nas fazendas<sup>6</sup> (Freitas, 2006).

A rede social formada pelos migrantes gaúchos, e o apoio institucional do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, criaram uma sobre visibilidade para tal identidade. Que, enquanto grupo étnico, recebe adesões não apenas de sul-riograndenses e seus descendentes, mas de outros grupos. Apesar de nem todos os “gaúchos” serem fazendeiros, bem pelo contrário, a identidade “gaúcha” no Estado de Mato Grosso é associada ao *establishment* (KAISER, 1999, p. 150). Todavia, independente de serem patrões ou empregados, a adoção do “trabalho” como uma característica para demarcar a fronteira entre o Nós e o Outro contribui para impelir tanto aos “gaúchos” como aos Outros em direção de uma ascese do trabalho, na qual tempo é dinheiro, e trabalho é igual a produção de riqueza pecuniária.

Desta forma, o projeto de modernização adotado pela elite mato-grossense na década de 1930, pode ser tomado como tendo sua realização na “colonização gaúcha”. Como afirma um entrevistado “cônsul do tradicionalismo gaúcho”, quando perguntei sobre o papel dos gaúchos na história de Mato Grosso afirmou: “[...] eu acho que, queira ou não queira, a cultura gaúcha aqui no Estado do Mato Grosso [...] alavancou a potência que o Mato Grosso é por natureza [...] acorda[ram] a potência do Mato Grosso que tava tão parada” (Busanella, 2010).

No entanto, longe de “dormir em berço esplêndido”, a população pobre, até então, vivia por uma racionalidade não produtivista que foi e vai de encontro a uma ascese do trabalho moderna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>6</sup> Caso semelhante foi constatado em Tangará da Serra–MT, por professores locais, conf.: FREITAS, 2006.

Em suma, há duas considerações gerais, extraídas desse breve ensaio sobre a “colonização gaúcha” em Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, uma que se refere à relação com os seus semelhantes, e a outra sobre a relação com a natureza.

A primeira é que ter o “trabalho” como um fator diacrítico da identidade “gaúcha” em relação ao Outro é uma forma de deslegitimar o Outro e de tentar implantar uma ascese do trabalho, produtivista, típica da sociedade capitalista-industrial.

A segunda é que, afinal, os “gaúchos” não são os “gafanhotos das florestas”, apesar de que a identidade étnica gaúcha esteve e está<sup>7</sup> imersa em um processo de colonização que implica o controle da terra/natureza e dos semelhantes. Desta forma, as identidades étnicas não são os fatores que explicam a relação que se tem com a natureza, mas os fatores a serem explicados, de como distintas configurações sociais constroem identidades étnicas e relações diferenciadas com a natureza. Em um mundo, com hoje, em que é vigente o “multiculturalismo”, em que os problemas sociais cada vez mais são resolvidos por uma via identitária, devemos saber pensar os problemas sociais mais amplos no que eles transcendem (e às vezes ajudam a formar), as fronteiras identitárias.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Tradução Eli Lino de Jesus, Patrícia Vaz. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BARBOSA, L. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BUSANELLA, Eduardo. *Eduardo Busanella: depoimento*. [Entrevista concedida a] Ely Bergo de Carvalho [12 jun. 2010]. Cuiabá, 2010.

CARVALHO, E. B. de. Esculhambando o Paraíso: colonização gaúcha, ascese do trabalho e história ambiental. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia. (org.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 117-126.

---

<sup>7</sup> Uma vez que a expansão da fronteira agrícola, com a ampliação de complexos agroindustriais como o da soja, ainda hoje ocorre nas áreas já citadas.

CASTRO, M. I. M.; GALETTI, L. S. G. Um histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso. In: CASTRO, C. F. A. *Diagnósticos do setor florestal em Mato Grosso*. Brasília: IBAMA/ITTO/FUNATURA, 1994. p. 2-188.

DALMORA, E. *O Papel da Agricultura Familiar no Processo de Conservação da Mata Atlântica em Santa Catarina*: Modos de apropriação e transformações no sistema de gestão ambiental na década de 1990. Tese (Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FREITAS, L. F. R. *A pedagogia do gauchismo*. Uma análise da diáspora gaúcha. Tese (Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8578>. Acesso em: 22 ago. 2024.

GALETTI, L. da S. G. *Sertão, Fronteira, Brasil: Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2012.

GUIMARÃES NETO, R. B. *A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HAESBAERT, R. *Dês-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, Ed. da UFF, 1997

KAISER, J. *Ordem e Progresso: O Brasil dos gaúchos*. Florianópolis: Insular, 1999.

LENHARO, A. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. *Terra prometida? Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINELLO, A. S.; CARVALHO, E. B. Japoneses em Santa Catarina: Etnicidade e Modernização Agrícola. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). *Imigrantes Japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 97-121.

OLIVEIRA, R.C. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

POUTIGNAT, P.; STREIFF\_FERNART, J. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

ROCHA, B. N. *“Em qualquer chão: sempre gaúcho!” – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ: 2006.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEYFERTH, G. Imigração, colonização e estrutura agrária. *In: WOORTMANN, E.F. (org.). Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 69-150.

TEIXEIRA, C. C. *Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC, 1999.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In: \_\_\_\_\_*. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: O Campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 11-73, 1987.

ZARTH, P.A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

ZARTH, P.A. História Regional/História Global: uma história social da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil). *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n.1, p. 190-128, jun. 1999.

Recebido em 22 de agosto de 2024.

Aprovado em 16 de setembro de 2024.





## E AQU(ELA) QUE DIZ NÃO? UMA ENCENAÇÃO ACADÊMICA E SUAS INTERFACES SOCIAIS

DOI: 10.48075/ri.v26i2.32222

Caroline Sergel<sup>1</sup>

**RESUMO:** A análise aborda uma encenação audiovisual elaborada, editada e apresentada por estudantes de mestrado e doutorado como parte de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste - Cascavel no ano de 2021, durante a pandemia da COVID-19. A encenação teve como base uma ópera escolar de Bertolt Brecht e incorporou intertextualidade e transposição para refletir o contexto histórico vivido pela sociedade naquele momento. Para analisar a ópera, sua transposição cênica e o contexto histórico e social representado na encenação, foram utilizados os referenciais teóricos de Santiago (2018), Koudela (2008) e Berth (2019). A mudança de gênero de uma das personagens da ópera revelou-se uma atitude subversiva de resistência e estímulo ao pensamento crítico em momentos nos quais decisões sociais precisam ser tomadas.

**Palavras-chave:** Encenação acadêmica; Pandemia; Jogo teatral; Intertextualidade.

## AND SHE WHO SAYS NO? AN ACADEMIC PERFORMANCE AND ITS SOCIAL INTERFACES

**ABSTRACT:** The analysis focuses on an audiovisual performance crafted, edited, and presented by master's and doctoral students as part of a course in the Graduate Program in Literature at Unioeste - Cascavel in the year 2021, during the COVID-19 pandemic. The performance was based on a school opera by Bertolt Brecht and incorporated intertextuality and transposition to reflect the historical context experienced by society at that time. The theoretical frameworks of Santiago (2018), Koudela (2008), and Berth (2019) were employed to analyse the opera, its scenic transposition, and the historical and social context portrayed in the performance. The alteration of the gender of one of the opera's characters proved to be a subversive act of resistance and encouragement for critical thinking in moments when social decisions need to be made.

**Keywords:** Academic performance; Pandemic; Theatrical play; Intertextuality.

<sup>1</sup> Pedagoga e Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. E-mail: carolsergel@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

A encenação áudio visual aqui analisada foi resultado de uma atividade orientada pela professora Dr<sup>a</sup>. Alai Garcia Diniz aos discentes da disciplina eletiva ‘Tópicos de Literatura e Dramaturgia’, ministrada por ela no Programa de Pós-Graduação em Letras- nível Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, campus Cascavel, no primeiro semestre do ano letivo de 2021. A proposta apresentada por ela foi realizar uma encenação partindo de algum texto dramático à escolha dos discentes e apresentá-la a um público exterior ao Programa, até mesmo à universidade, com o intuito de fazer valer o caráter extensionista que qualifica a Unioeste como uma universidade, aproximando a produção acadêmica e o conhecimento produzido na universidade com a sociedade, numa troca de experiências e ampliando os debates e diálogos que são possibilitados pela simbiose universidade/sociedade.

O espaço escolhido para a reprodução do áudio visual, encenado e produzido pelo grupo, foi um dos encontros do sarau “Nóis é Pezão”, um projeto fundado na cidade São Paulo no ano 2020 em homenagem ao dramaturgo, repórter fotográfico, poeta e agitador cultural Marco Antonio Iadocicco (1951-2019), mais conhecido como Marco Pezão. Juntamente com o poeta e amigo Sergio Vaz fundou em 2001 o Sarau da Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia) numa busca pela democratização da literatura e da descentralização do acesso à cultura e a visibilização da poesia e de outras expressões culturais da periferia. Devido a essa e outras iniciativas e atuações culturais, recebeu o Prêmio Governador do Estado de São Paulo em 2014.

Mediado pela professora Alai, o sarau realizava os encontros de maneira remota síncrona devido à pandemia da COVID-19 via plataformas de videoconferências. Esta foi a alternativa e meio encontrados para realizar a encenação respeitando a regras de distanciamento social e preservando a saúde e segurança dos participantes/espectadores. O texto dramático, sugerido pela professora e adotado pelo grupo foi a ópera escolar de Bertolt Brecht intitulada “Aquele que diz sim” e “Aquele que diz não” (1929-1930).

Em suas peças didáticas, Bertold Brecht

[...] experimentou a encenação sem a divisão plateia e palco. Os alunos são, ao mesmo tempo, atores e espectadores, e, por meio do estranhamento, refletem e fazem ilações com suas vidas, com os problemas do seu cotidiano, de forma a estabelecerem novas perspectivas. Assim, a peça é aberta aos discentes e o texto

dramático não é árido, pois pode sofrer ou não modificações e ser base para um novo texto realizado pelos alunos, com suas ressignificações. O fundamental do trabalho consistirá no processo vivenciado pelos sujeitos participantes. Dessa forma, o aluno cria e trabalha todo o seu corpo sensorial, e ativa o cérebro no campo dos saberes e das interconexões criativas (Santiago, 2018, p. 15).

Nesta abertura dialógica que o autor possibilita aos espectadores, que neste contexto se configuram como sujeitos participantes e ativos do processo dramático, me insiro e não podendo falar pelas demais pessoas que participaram e vivenciaram a encenação áudio visual, apresento neste artigo os efeitos em mim suscitados. De modo específico, em como a substituição da personagem 'O menino' pela personagem 'A menina' subverte as concepções baseadas na visão patriarcal da mulher como sujeito submisso e subjugado aos quereres e dizeres dos agentes sociais e nas intermedialidades e intertextos trabalhados e referenciados pelos acadêmicos/atores no papel 'O grande coro' ao decorrer da encenação.

## DO JOGO TEATRAL COMO MODELO DE AÇÃO À RECEPÇÃO ATIVA

Ao escolherem a ópera escolar como modelo de ação para construir a apresentação áudio visual o grupo se apropriou também das características e instrumentos didáticos para o jogo teatral propostos por Brecht

Ao encarar o texto como pré-texto, Brecht convida o jogador a um exercício de identificação e questionamento do texto. O texto perde o estatuto de verdade, não importando a fidelidade a ele. O texto da peça didática pode inclusive estar impresso, grafado, projetado na cena, valorizando-se a sua materialidade, tanto sonora como visual. O texto não mais limita a cena, mas delimita a superfície do mergulho no processo de sua apropriação. O texto é um objeto estético, estilístico, que sugere um universo de referências (Koudela, 2008, p. 46).

Não contendo o estatuto de verdade, o texto se torna um universo de referências, possibilitando aos atores sua contextualização com o momento histórico e social que vivenciam, podendo inclusive haver a inserção de outros elementos e signos que permitam a contextualização do texto e a concretização da encenação com o público de espectadores.

No texto reescrito em formato de apresentação, meus colegas e então atores e produtores do áudio visual, utilizam as falas contidas no texto original, mas alteram o gênero de uma personagem. Aquele que é retratado por Brecht como 'O menino' se torna, na encenação, na 'A menina', mudança cuja intencionalidade primeira desconheço, mas que subverte toda uma representação do contexto social que estamos inseridos, no qual as mulheres continuam lutando por seu lugar de fala, por sua liberdade e autonomia, propondo

desconstruir o olhar engessado e ampliando as possibilidades de existência e de organização social.

Para construir a apresentação em meio a pandemia da COVID-19, os alunos/atores precisaram se adequar a tal contexto. Para isso, cada um dos participantes precisou gravar suas encenações em suas casas, com os equipamentos de que dispunham para em seguida ser realizada a edição e montagem da apresentação áudio visual. Foi cogitada a ideia de realizar a encenação de maneira síncrona via videoconferência, mas devido ao receio com as possíveis instabilidades na rede e de sua consequente perda de qualidade, a montagem e edição foi a opção que melhor viabilizou a apresentação. Não podendo contar com um cenário em comum, os alunos/atores se apresentam em um espaço com luz focada em seus rostos, com um fundo e roupas pretas.

Nos primeiros minutos da encenação, dois acadêmicos/atores (uma mulher e um homem) representam o papel 'O grande coro' e realizam gestos e expressões enquanto uma terceira acadêmica verbaliza a primeira fala da ópera escolar - "O mais importante de tudo é aprender a estar de acordo. Muitos dizem sim, mas sem estar de acordo. Muitos não são consultados, e muitos estão de acordo com o erro. Por isso: O mais importante de tudo é aprender a estar de acordo." - O homem e a mulher estão usando, abaixo da boca e do nariz, máscaras do tipo cirúrgicas descartáveis, e enquanto a terceira fala, as máscaras vão sendo movimentadas pelas mãos dos atores, que ora as levam até a boca, ora até os olhos, em um momento o homem leva as mãos aos ouvidos, tapando-os. Sobre o texto cênico no jogo teatral, Koudela (2008, p. 52) enfatiza que,

Toda transposição de um modelo para o palco baseia-se na interpretação do encenador e do coletivo de todos os colaboradores artísticos. A análise do texto escolhido e/ou a pesquisa temática levam a uma concepção de encenação que necessita ser desenhada e traduzida cenicamente com o auxílio de signos (e de cenas teatrais) (Koudela, 2008, p. 52).

É perceptível que o modelo de ação foi contextualizado com base na realidade social vivenciada pelos sujeitos da encenação, e aqui faz-se necessário localizar social e geograficamente tais sujeitos, acadêmicos da pós-graduação em Letras, membros integrantes da sociedade brasileira no ano de 2021 em plena pandemia da COVID-19 que, até a data de 04 de setembro de 2021, provocou 583.362 óbitos no Brasil. O país ainda era cenário de crises política, econômica e social; de discursos anticientíficos, disseminação de notícias falsas e um

montante de 136 documentos enviados ao presidente da Câmara dos Deputados pedindo o Impeachment do então presidente Jair Bolsonaro.

É nesse contexto e por meio das condições características dele que a encenação foi apresentada. As máscaras, e as mãos, que ora cobrem apenas a boca, ora os olhos e por fim os ouvidos, enquanto a primeira fala está sendo pronunciada, remete a lenda ‘Os três macacos sábios’ que faz parte da mitologia chinesa que narra que três criaturas são enviadas à Terra pelos deuses como observadores e mensageiros cuja função seria relatar as maldades e os atos da humanidade para as divindades. Da mensagem original que cada macaco significava (“não ouvir o que o leve a fazer maldades”, “não ver as más ações como algo natural” e “não falar mal sem fundamento”) para a mensagem ocidental atual e deturpada de “não ver, não ouvir e não falar”. Essa última condiz a representada na encenação podendo ser interpretada e lida no contexto em que vivemos como uma crítica ao negacionismo, aos pronunciamentos anticientíficos e atos do governo que geraram ações e comportamentos na sociedade, que agravaram a disseminação do vírus e o surgimento de novas variantes. Podemos interpretar os gestos também como uma referência sarcástica ao comportamento do presidente em coletiva, na qual ele faz o uso inadequado da máscara de proteção facial.

Durante a apresentação, por outro lado, o espectador interpreta os eventos que lhe são mostrados a partir da sua perspectiva, completando-se só então a encenação propriamente dita. A intenção do encenador, a estrutura de sua narrativa em formas cênicas influencia a recepção do espectador. A elaboração de ações e interações no sistema cênico nunca ocorre desvinculada de suposições sobre a futura plateia. Já a escolha do texto dramático ou tema e sua elaboração dependem do contexto social e histórico no qual a encenação concreta está sendo realizada (Koudela, 2008, p. 52).

É com essa troca dialética de um conjunto de referências que a encenação vai sendo concretizada no receptor. Essa intertextualidade da encenação permite que o receptor/espectador a relacione com o seu tempo presente.

O áudio visual segue, os diálogos são representados e narrados, ‘O menino’ ali tornado ‘A menina’ acompanha o professor e os demais para a viagem até a cidade que fica além das montanhas em busca de remédios e instruções com os grandes médicos que ali moram, na tentativa de curar sua mãe, que também ficou doente com a epidemia que surgiu na sociedade. A caminhada é perigosa e ‘A menina’ quase não consegue resistir a subida e não se sente muito bem, ‘Os três estudantes’ e ‘O grande coro’ questionam o ‘Professor’ sobre o estado d’A menina’ ao que ele diz que ela está apenas cansada da subida, mas eles não acreditam nisso e dizem ao ‘Professor’ que ele deve falar com ela, pois depois da primeira

cabana a passagem é estreita e é preciso segurar na rocha com as duas mãos, se ‘A menina’ está doente ela não irá conseguir fazer a passagem e entre eles há o antigo e grande costume: aquele que não consegue continuar deverá ser jogado no vale. O grande costume também exige que se pergunte a quem ficou doente se se deve voltar por sua causa ou se ela está de acordo com o costume, ao qual ela deve dizer que ‘sim’, que está de acordo com os costumes.

‘O grande coro’ aparece novamente com as máscaras cirúrgicas: uma cobrindo os olhos de um e a outra abaixo da boca de outra. Mas agora as máscaras estão sujas e encharcadas de sangue. Seria uma forma de expressar apenas a posição dos acadêmicos/atores sobre o antigo costume? Ou novamente um intertexto relacionado ao contexto social de negacionismo, de pronunciamentos e atos que se caracterizaram como genocídio?

O professor vai até ‘A menina’. A reprodução do áudio visual é interrompida quando o ‘O grande coro’ pergunta: - E vocês? O que pensam sobre isso? A vida dela depende da decisão coletiva. - Aqueles que estão assistindo são convidados a dar a sua opinião sobre o que ‘A menina’ deve responder aos costumes: ‘sim’ ou ‘não’ e decidirem sobre o seu futuro.

A ópera escolar de Brecht é caracterizada por ter duas versões “Aquele que diz sim” e “Aquele que diz não”, mas que geralmente são encenadas em conjunto. Na apresentação da encenação, o momento em que ‘O professor’ vai até ‘A menina’ questioná-la sobre qual decisão irá tomar é escolhida para se fazer uma pausa na apresentação e abrir um espaço para que as opiniões dos espectadores sejam discutidas e saber o que eles acham sobre o futuro d’A menina’ e como ela deve responder ao grande e antigo costume: com o ‘sim’ ou o ‘não’, para então seguir com a reprodução com a resposta d’A menina quanto ao antigo costume.

Houve o debate e os participantes ficaram em conflito e com opiniões divergentes em relação a decisão que ‘A menina’ deveria tomar: seguir ou não seguir os costumes. Segundo Santiago (2018, p. 39)

A peça didática O que diz sim e O que diz não traz, na sua estrutura a problemática do ser humano, estar ou não de acordo com uma regra social predefinida. É uma peça para escolares com cunho pedagógico que traz a possibilidade de mudança nas atitudes da sociedade (Santiago, 2018, p. 39).

Questionar sobre o futuro e a vida d’A menina’ coloca a situação em outra perspectiva, dá aos sujeitos/espectadores, não só o poder de fala e de contribuição para o debate, mas suscita a dúvida sobre qual decisão tomar: seguir os costumes antigos e aceitos até o

momento pela sociedade e abandoná-la/jogá-la no vale, ou voltar por ela, preservando sua vida.

Após ouvir a opinião daqueles que quiseram expô-la, a apresentação segue para sua segunda parte, na qual é revelada qual foi a resposta d'A menina'.

## POR FIM, O 'NÃO' RESSIGNIFICADO

Na segunda parte da apresentação do áudio visual, a resposta d'A menina chega, ela diz 'não' ao grande e antigo costume. Negativa que causa alvoroço n'Os Três estudantes'

OS TRÊS ESTUDANTES – Ela disse não. Por que você não responde de acordo com o costume? Aquele que disse a, também tem de dizer b. Naquele tempo quando lhe perguntavam se você estaria de acordo com tudo que esta viagem poderia trazer, você respondeu que sim. / A MENINA – A resposta que eu dei foi falsa, mas a sua pergunta, mais falsa ainda. Aquele que diz a, não tem que dizer b. Ele também pode reconhecer que a era falso. Eu queria buscar remédio para minha mãe, mas agora eu também fiquei doente, e, assim, isto não é mais possível. E diante desta nova situação, quero voltar imediatamente. E peço a vocês que também voltem e me levem para casa. Seus estudos podem muito bem esperar. E se há alguma coisa a aprender lá, o que eu espero, só poderia ser que, em nossa situação, nós temos que voltar. E quanto antigo grande costume, não vejo nele o menor sentido. Preciso é de um novo grande costume, que devemos introduzir imediatamente: o costume de refletir diante de cada nova situação (Brecht, 2004, n. p).

'A menina' ao dizer 'não' ao grande antigo costume subverte não só o que se era esperado de alguém em sua posição, mas contesta tal costume e suas razões de ser que não lhe parecem ter sentido algum. Atitude de alguém que possui uma capacidade crítica de analisar o contexto em que vive e que antes de responder a uma nova situação, reflete sobre ela e suas possibilidades. Após debaterem sobre a resposta d'A menina', 'Os três estudantes' e 'O professor' decidem por voltar e acompanhar 'A menina' até sua casa, mesmo sabendo que seu retorno poderia ser motivo de zombaria e desprezo, todos optam por seguir o bom senso, ignorando o antigo costume em favor a uma ideia justa.

Sobre a consciência crítica, empoderamento e suas possibilidades de transformar a realidade social Joice Berth salienta que

É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstruem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. Em outras palavras, se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda,

desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser. [...] a consciência crítica é condição indissociável do empoderamento (Berth, 2019, p. 54).

Ao alterar o gênero da personagem, a encenação passa a ser sobre a resposta de uma mulher perante a um costume da tradição da sociedade representada. A categoria mulher, apesar de ser maior em quantidade, ainda se constitui como minoria quando falamos sobre representatividade nas decisões sobre políticas públicas e até mesmo sobre seus corpos. As desigualdades se tornam ainda maiores quando analisamos as interseccionalidades pelas quais o gênero é atravessado (classe, raça, orientação sexual). Ao ser uma mulher, sujeita socializada nos moldes patriarcais no qual ela é ensinada que deve sempre priorizar o Outro em detrimento de si mesma, quando essa sujeita, que personifica toda uma categoria, quebra os padrões comportamentais e diz 'Não' aos costumes, sua atitude causa estranhamento perante uma situação nova e gera um grande potencial de mudança e de crítica ao sistema social vigente.

'A menina' dizer 'não' ao grande costume também pode ser interpretada como a sociedade se negando a seguir determinada ideologia. Ao fim do áudio visual os acadêmicos/atores que representaram 'O grande coro' ao pronunciarem as últimas falas da encenação, se apresentam com as máscaras cirúrgicas colocadas de maneira adequada, subvertendo o comportamento anterior, quebrando assim a disseminação e reprodução de um comportamento/costumes que não faziam sentido e que colocavam a vida em risco.

Assistir à encenação produzida por minhas colegas e meus colegas da pós-graduação foi um momento que ecoou e suscitou muitas reflexões, tanto sobre a encenação quanto sobre o processo criativo e técnico por detrás de sua elaboração. Cada participante precisou dedicar suas habilidades e se reinventar para criar algo em meio a condições sociais e históricas que subverteram toda a realidade social conhecida até então. A pandemia da Covid-19 desmascarou as desigualdades sociais antes submersas pela rotina insana consequente de uma sociedade fundamentada no sistema capitalista, expôs os medos e a fragilidade da vida humana e da organização social vigente até então. Muito mais do que um vírus que provocou milhares de morte, a pandemia causou ferimentos graves na saúde mental e emocional de crianças, mulheres e homens.

Ao se posicionar contra os grandes e antigos costumes, a personagem 'A menina' mostra que novos caminhos, atitudes e posicionamentos podem ser tomados diante de

situações vividas socialmente, ressignificando e dando novos sentidos a nossa vida e a da vida em sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA (Brasil). *Os pedidos de impeachment de Bolsonaro*. Disponível em: [https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/#\\_](https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/#_). Acesso em: 05 set. 2021.

ALEXANDRE, Gisele. 'Não escrevemos para pessoas, escrevemos com elas', diz Sérgio Vaz sobre Cooperifa. *Mural: Agência de jornalismo das periferias*. São Paulo, on-line. 10 nov. 2018. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/nao-escrevemos-para-pessoas-escrevemos-com-elas-diz-sergio-vaz-sobre-cooperifa/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ALFANO, Bruno. Especialistas em epidemias apontam erros de Bolsonaro no uso de máscara em coletiva. *O Globo: Revista Época*. Brasil. 19 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/especialistas-em-epidemias-apontam-erros-de-bolsonaro-no-uso-de-mascara-em-coletiva-24314199>. Acesso em: 05 set. 2021.

A MENTE É MARAVILHOSA (Brasil). *Os ensinamentos dos três macacos sábios do santuário de Toshogu*. 2017. Seção de Psicologia. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/ensinamentos-tres-macacos-sabios/>. Acesso em: 05 set. 2021.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 184 p. 2019. (Feminismos Plurais).

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. *Coronavírus Brasil: painel coronavírus*. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2021.

BRECHT, Bertolt. Aquele que diz sim. Aquele que diz não. In: BRECHT, Bertolt. *Teatro Completo* (12 volumes). Trad: Luís Antônio Martinez Corrêa e Marshall Netherland. Vol.3. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 213-232. 2004.

JORNAL SÃO PAULO ZONA SUL. Jardim da Casa das Rosas terá sarau. *Jornal São Paulo Zona Sul*. São Paulo, 4 fev. 2022. Cultura, on-line. Disponível em: <https://jornalzonasul.com.br/jardim-da-casa-das-rosas-tera-sarau>. Acesso em: 08 nov. 2022.

KOUDELA, Ingrid Dormien. A encenação contemporânea como prática pedagógica. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas/ Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Teatro.*, Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 45-54, dez. 2008. Anual. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101102008045>. Acesso em: 05 set. 2021.

SANTIAGO, Luciana Ataíde Dias. *Diz que sim, Diz que não*: experimento teatral brechtiano na escola formal. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12457?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12457?locale=pt_BR). Acesso em: 05 set. 2021.

VELOSO, Lucas; DEUS, Lara. Cofundador da Cooperifa, jornalista e escritor, Marco Pezão morre aos 68 anos. *Mural: Agência de jornalismo das periferias*. São Paulo, on-line. 14 out. 2019. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/cofundador-da-cooperifa-jornalista-e-escritor-marco-peza-morre-aos-68-anos/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

YOUTUBE (Brasil). *Aquele que diz sim, Aquele que diz não!* 2021. Elaborado por Literatura Dramaturgia. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=M\\_IF1uKc9k0&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=M_IF1uKc9k0&t=1s). Acesso em: 05 set. 2021.

Recebido em 13 de novembro de 2023.

Aprovado em 21 de julho de 2024.

